



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ROSÂNGELA RAMSDORF ZANETTI

**OS PROGRAMAS *STRICTO SENSU* DA UEL NA
PERSPECTIVA DO REGIME DE INFORMAÇÃO:
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE AVALIAÇÃO**

Londrina
2012

ROSÂNGELA RAMSDORF ZANETTI

**OS PROGRAMAS *STRICTO SENSU* DA UEL NA
PERSPECTIVA DO REGIME DE INFORMAÇÃO:
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE AVALIAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do Título de Mestre.

Área de Concentração: Gestão e Organização do Conhecimento.

Orientadora: Prof^a Dr^a Terezinha Elisabeth da Silva

Londrina
2012

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Bibliotecária responsável: Marlova Santurio David – CRB 9/1107

Z28p Zanetti, Rosângela Ramsdorf.
Os programas *stricto sensu* da UEL na perspectiva do regime de
informação: contribuições para o processo de avaliação / Rosângela
Ramsdorf Zanetti. – Londrina, 2012.
166 f : il.

Orientador: Terezinha Elisabeth da Silva.
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) – Universidade
Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-
Graduação em Gestão da Informação, 2012.
Inclui bibliografia.

1. Universidades e faculdades – Pós-graduação – Avaliação – Teses. 2. Cursos
de mestrado e doutorado – Avaliação – Teses. 3. Gestão da informação – Teses. I.
Silva, Terezinha Elisabeth da. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de
Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Gestão da
Informação. III. Título.

CDU 2:378.4

ROSÂNGELA RAMSDORF ZANETTI

**OS PROGRAMAS *STRICTO SENSU* DA UEL NA PERSPECTIVA DO
REGIME DE INFORMAÇÃO:
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE AVALIAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do Título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Terezinha Elisabeth da Silva
UEL – Londrina - PR

Prof^a Dr^a Vera Lúcia Tieko Suguihiro
UEL – Londrina - PR

Prof^a Dr^a Brígida Maria Nogueira Cervantes
UEL – Londrina - PR

Londrina, 1 de novembro de 2012.

Dedico à minha família e, em especial, à minha filha Jaqueline que soube compreender as minhas ausências, mas que sempre esteve e está ao meu lado, me apoiando e me dando forças para prosseguir. E que neste momento, também está me proporcionando, junto com meu genro, Rafael, mais uma grande alegria: a de ser avó.

AGRADECIMENTOS

Obrigada Senhor!

Uhuhu!!! Finalmente chegou o momento de agradecer a todas as pessoas que, mais próximas ou mais distantes, estiveram comigo nesta caminhada, sem as quais, muito provavelmente, não conseguiria chegar onde cheguei...

À Deus que me concede tantas oportunidades, que me abriu os caminhos e me ajudou nesta difícil, mas, gratificante trajetória, sempre me sustentando em todos os momentos.

Aos meus amados pais, Rosa e Ary, grandes incentivadores da minha história e que sempre me fizeram acreditar em mim mesma, minha eterna gratidão por doarem o melhor de vocês e pelas muitas orações que fizeram para que esse momento finalmente chegasse.

Às minhas irmãs Roseclair e Rosely e aos meus sobrinhos e sobrinhas (Junior, Ronaldo, Meire Helen, Mariana e Ane Karoline) que sempre me incentivaram e estimularam.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Terezinha Elisabeth pela atenção, profissionalismo, paciência, disponibilidade e segurança transmitidos nos nossos encontros (presenciais e virtuais), sempre motivando e contribuindo para o meu desenvolvimento.

Aos membros da banca Prof^a Dr^a Vera Suguihiro e Prof^a Dr^a Brígida Cervantes pela disposição, dedicação e sugestões que contribuíram para o aprimoramento do trabalho, e aos docentes suplentes Prof^a Dr^a Sueli Bortolin e Prof. Dr. Miguel Contani pela disponibilidade e aceite do nosso convite.

À Coordenadora do Mestrado Profissional em Gestão da Informação, Prof^a Dr^a Brigida Maria Cervantes, pelo carinho, sensibilidade, seriedade e profissionalismo com que conduziu o Programa, sempre acreditando no nosso potencial.

A todos os docentes do MPGI pela competência, ética e firmeza no desenvolvimento de suas atividades, porém, sem perderem a ternura, atenção e respeito com seus alunos.

Aos coordenadores dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL que gentilmente colaboraram com este estudo e enriqueceram minha pesquisa.

Ao pessoal da Secretaria do Departamento de Ciência da Informação (Juliana, Maurício e Taynara) e da Secretaria do MPGI (Francielle e Katleen) que sempre nos atendeu com carinho, atenção e entusiasmo.

Aos amigos e amigas da Turma MPGI 2010, por todos os momentos de alegria e angústias, compartilhados em nossa intensa convivência.

À UEL por mais esta oportunidade para meu crescimento profissional e acadêmico e que espero continuar retribuindo no desempenho das minhas funções.

Aos colegas da Proplan pela amizade, companheirismo, compreensão, apoio e esforços por “segurarem as pontas” durante os períodos em que precisei me ausentar e, em especial, ao Juliano e à Tomiko, sempre solícitos/prestativos nos assuntos de informática, e ao Rogério, à Rosa e à Ivani, da Proppg, que sempre me atenderam com muito empenho e dedicação, e a todos que torceram por mim.

Não poderia deixar de lembrar da minha amiga Maria Luiza (*in memoriam*) que me estimulou muito para ingressar no Mestrado, mas que, infelizmente, não está mais aqui para compartilhar comigo esta benção.

Muito obrigada a todos!

ZANETTI, Rosângela Ramsdorf. **Os programas *stricto sensu* da UEL na perspectiva do regime de informação**: contribuições para o processo de avaliação. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

A política de avaliação da Capes constitui-se em uma importante política governamental para impulsionar o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Trata-se de um processo amplo e complexo, que tem por principal base a coleta de dados, com informações de desempenho sobre todos programas nacionais, e é trabalhado por técnicos e consultores da Capes, a partir de critérios de qualidade dos programas, definidos por cada área. Este processo envolve vários elementos: atores, recursos, canais e mensagens que, na concepção de González de Gómez, estão presentes no regime de informação, conseqüentemente, nas políticas de informação, tendo a informação como motivo condutor destes temas e como fator determinante para a organização e para as relações que se estabelecem no contexto da atual Sociedade da Informação. Esta pesquisa tem como contexto os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, e como objetivo principal identificar e analisar o regime de informação adotado no processo de avaliação destes programas, para atendimento às exigências da Capes, bem como as possíveis situações que interferem neste processo. Para tanto, a partir dos pressupostos teóricos sobre as questões que envolvem o regime de informação no contexto da Ciência da Informação, do processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação da Capes e da UEL e do relato de um coordenador experiente no processo, foi realizado um mapeamento parcial do processo informacional da avaliação proposta pela Capes que subsidiou a elaboração do roteiro de entrevistas, aplicada aos coordenadores de programas no contexto da UEL, sujeitos da pesquisa. Com base neste embasamento teórico e documental, além da percepção dos coordenadores, por meio das entrevistas, foi possível identificar a conformação do regime de informação presente nesse processo, seus elementos e as possíveis interferências para o desenvolvimento dos programas no contexto da pesquisa. Os resultados desta pesquisa propiciaram reflexões que podem corroborar para a melhoria do processo de informação em atendimento à Capes e para o planejamento de políticas institucionais de desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu*, da produção científica e tecnológica em âmbito institucional, conseqüentemente, dos resultados e dos conceitos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, atribuídos pela Capes. Espera-se assim, que a proposta se consubstancie em subsídios e reflexões aos gestores acadêmicos e administrativos da UEL para uma melhor gestão da informação, para o estabelecimento de políticas que contribuam para o desenvolvimento dos programas e das atividades de pós-graduação *stricto sensu* e para o processo de avaliação.

Palavras-chave: Regime de informação. Gestão da informação. Política da informação. Avaliação da Capes. Programas de pós-graduação *Stricto Sensu* da UEL.

ZANETTI, Rosângela Ramsdorf. **UEL's *stricto sensu* programs from the information system perspective: contributions to the evaluation process.** 2012. 166 p. Dissertation (Masters in Information Management) - Londrina State University, Londrina, 2012.

ABSTRACT

The evaluation policy of Capes constitutes an important government policy to boost the development of postgraduate programs and scientific and technological research in Brazil. This is a broad and complex process, which is mainly based on data collection, with performance information on all national programs, and is run by Capes staff and consultants, based on criteria of quality of programs, defined by each area. This process involves several elements: actors, resources, channels and messages that, in the notion of González de Gómez, are embodied in the system of information, consequently, in information policies, having information as the guiding force of these themes and as a determinant for the organization and the relationships established in the context of the current Information Society. This research has as its context the *stricto sensu* postgraduate programs at UEL, and its main objective is to identify and analyze the information system adopted in the evaluation process of these programs to meet Capes' requirements, as well as the possible situations that interfere in this process. Therefore, from the theoretical assumptions on the issues involving the information system in the context of Information Science, the Evaluation Process of Postgraduate Programs at Capes and UEL and the report of a coordinator, experienced in the process, we partially mapped the informational process of evaluation proposed by Capes, which subsidized the development of scripts for the interviews, which were applied to the program coordinators in the context of UEL, the research subjects. Based on this theoretical and documentary foundation, besides the perception of coordinators, through the interviews, it was possible to identify the conformation of the information system present in this process, its elements and the possible interference on the development of programs in the context of research. The results of this research led to reflections that can contribute to the improvement of the information process in compliance with Capes and to the planning of institutional policies of development of *stricto sensu* postgraduate programs, scientific and technological production in the institutional scope, consequently, improving the results and ratings assigned by Capes to *stricto sensu* postgraduate programs at UEL. Therefore, it is expected that the proposal will provide academic and administrative managers at UEL with substantial data and reflections in order to improve information management, to establish policies that contribute to the development of *stricto sensu* postgraduate programs and activities, and to the evaluation process.

Keywords: Information system. Information management. Information policy. Capes evaluation. *Stricto sensu* Postgraduate Programs at UEL.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Representação Gráfica do Regime de Informação do Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL 135
- Figura 2** – Atores do Regime de Informação presente no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL 136
- Figura 3** – Recursos do Regime de Informação presente no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL 137
- Figura 4** – Canais do Regime de Informação presente no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL 138
- Figura 5** – Mensagens do Regime de Informação presente no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL 139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número total de alunos matriculados nos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UEL, por nível, no período de 2001 a 2009	84
Gráfico 2 – Número total de concessão de bolsas destinadas por diferentes Órgãos de fomento aos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UEL, no período de 2001 a 2009.....	85
Gráfico 3 – Número total de alunos titulados nos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UEL, por nível, no período de 2001 a 2009	86
Gráfico 4 – Número total de dissertações e teses defendidas na UEL, no período de 2001 a 2009	86
Gráfico 5 – Número total de programas avaliados pela Capes, por triênio, no período de 2001 a 2009	88
Gráfico 6 – Programas (Novos) de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> , ofertados na UEL em 2010 e 2011	89
Gráfico 7 – Conceitos Capes aos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> avaliados na UEL, em percentual, por triênio, no período de 2001 a 2009	90
Gráfico 8 – Demonstrativo da situação geral dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UEL em relação aos Triênios 2001-03 / 2004-06.....	91
Gráfico 9 – Demonstrativo da situação geral dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UEL em relação aos Triênios 2001-03 / 2004/06, em percentual	91
Gráfico 10 – Demonstrativo da situação geral dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UEL em relação aos Triênios 2004-06 / 2007-09.....	92
Gráfico 11 – Demonstrativo da situação geral dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UEL em relação aos Triênios 2004-06 / 2007-09, em percentual	93

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Categorias, definição e subcategorias dos elementos do Regime de Informação no processo de avaliação da Capes, no contexto da UEL	66
Quadro 2 – Fluxo do processo de avaliação da Capes – Fluxograma Vertical	99
Tabela 1 – Número de Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> ofertados na UEL, por nível (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), no período de 2001 a 2009	83
Tabela 2 – Total de Docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> , por vínculo no programa, no período de 2001 a 2009	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
C&T	Ciência e Tecnologia
CA	Conselho de Administração
CAPES	Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (de 1951 a 1964)
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (após 1964)
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCB	Centro de Ciências Biológicas
CCE	Centro de Ciências Exatas
CCH	Centro de Letras e Ciências Humanas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CECA	Centro de Educação, Comunicação e Artes
CEFE	Centro de Educação Física e Esporte
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
CFE	Conselho Federal de Educação
CIUS	Conselho de Interação Universidade–Sociedade
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPG	Conselho Nacional de Pós-Graduação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPA	Comissão Permanente de Avaliação
CTA	Conselho Técnico Administrativo
CTC	Conselho Técnico-Científico
CTC-ES	Conselho Técnico-Científico - Ensino Superior
CTU	Centro de Tecnologia e Urbanismo
CU	Conselho Universitário
DAU	Departamento de Assuntos Universitários
FAP	Fundações de Amparo à Pesquisa
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
ISI	Institute of Information Scientists
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PDEE	Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-PG	Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PSEC	Plano Setorial de Educação e Cultura
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
SETI	Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior
SNDCT	Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
TWAS	Third World Academy of Science
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	O REGIME DE INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	23
2.2	O CONCEITO DE REGIME DE INFORMAÇÃO	25
2.2.1	Elementos do Regime de Informação: Identificação e Caracterização.....	28
2.2.1.1	Atores	28
2.2.1.2	Recursos	30
2.2.1.3	Canais	31
2.2.1.4	Mensagens	33
2.3	UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E A POLÍTICA DA INFORMAÇÃO	35
2.4	A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO DA CAPES	41
2.4.1	A Pós-Graduação no Brasil e o Sistema Nacional de Pós-Graduação.....	43
2.4.2	Sistema Nacional de Avaliação Pós-Graduação da CAPES	52
2.4.3	O Processo de Avaliação da Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i>	56
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
3.1	AMBIENTE DA PESQUISA	67
4	MARCO EMPÍRICO	71
4.1	CONTEXTO INSTITUCIONAL DA PESQUISA	71
4.2	A PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> DA UEL.....	73
4.3	A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> DA UEL.....	78
4.3.1	Desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> e os resultados da Avaliação da Capes.....	82
4.4	MAPEAMENTO DO FLUXO INFORMACIONAL DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> NA UEL	95
4.5	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	112
4.5.1	Atores	114
4.5.2	Recursos	119

4.5.3	Canais	124
4.5.4	Mensagens	125
4.5.5	Outros Aspectos Importantes	130
4.6	IDENTIFICANDO O REGIME DE INFORMAÇÃO	134
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
	REFERÊNCIAS.....	149
	APÊNDICES	156
	APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido	157
	APÊNDICE B – Roteiro para as entrevistas.....	160
	ANEXOS	164
	ANEXO A – Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UEL ofertados e respectivos conceitos CAPES – avaliação trienal 2001 a 2009	165
	ANEXO B – Evolução da avaliação da produção científica dos programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UEL nas avaliações trienais da capes (2004, 2007 e 2009)	166

1 INTRODUÇÃO

A informação sempre esteve presente no cotidiano das pessoas e da sociedade nas mais variadas culturas. Em razão do advento da Revolução Industrial adquiriu, nas últimas décadas do século XVIII, uma nova concepção. Mas, somente em meados do século XX é que a informação pode ser considerada como o grande fenômeno da contemporaneidade e utilizada para diversos fins.

Dado o seu caráter complexo e polissêmico, tal como se vivencia hoje, nem sempre é possível utilizar a informação na sua totalidade. Neste sentido, a ausência na precisão de conceito de informação é um dos grandes problemas e se torna necessário pensar e definir o que é informação no âmbito da política de informação (SILVA; PINHEIRO, 2011).

Ainda segundo as autoras, o termo informação é explorado por diferentes autores sob muitos aspectos, sendo utilizado para vários fins. No entanto, é foco de nossa pesquisa pensar e perceber a informação enquanto elemento constituinte de fenômenos sociais, como uma força constitutiva da sociedade, o que a torna importante insumo para o campo da política da informação.

Braman (1989, 2004) apresenta contribuições significativas para reflexões acerca da informação no âmbito da política de informação, fornecendo uma categorização que facilita a compreensão do termo nesse contexto: a) informação como recurso; b) informação como *commodity*; c) informação com percepções de padrões; d) informação como agente; e) informação como conjunto de possibilidades; f) informação como força constitutiva da sociedade. E é nesta última categoria que reside o fator primordial para as questões relativas à política de informação.

Assim, como há dificuldades em se compreender e se utilizar a informação na sua totalidade, da mesma forma, quando se fala em política e, precisamente, “política de informação”, percebe-se também a dificuldade da sociedade e dos próprios pesquisadores em compreender este termo.

No campo da Ciência da Informação, as discussões também ocorrem de maneira breve ou sem densidade. Além disso, a ausência de um conceito mais claro sobre os termos que a compõem (política e informação) também contribui para uma aparente neutralidade sobre a política de informação.

Tal como a informação, a política de informação é resultante de fenômenos socioculturais, exercidos pela sociedade e, de um modo geral, com a ideia de controle. Vários estudos no campo da Ciência da Informação referem-se às políticas de informação às ações do Estado, para subsidiar decisões governamentais.

Assim, para Silva e Pinheiro (2011, p. 1631),

[...] pode-se dizer que política de informação é o conjunto de ações e/ou regras para obtenção e/ou direção/produção/divulgação e fluxo de informação em um determinado contexto. Tratando-se de política pública de informação, esta pode ser entendida como planos, programas e projetos de ações ou empreendimentos públicos na área da informação.

Na realidade, na grande maioria dos casos, são princípios e objetivos do governo, principalmente para avaliação de resultados, sendo que “o uso da informação, e não a informação propriamente dita, que torna a informação valiosa para o indivíduo e a sociedade” (SARACEVIC; WOOD, 1981, p. 7).

As contribuições de González de Gómez (1999b, 2002) ampliam a compreensão do tema política de informação ao introduzir o conceito de regime de informação, desenvolvido por Frohmann (1995), a partir de Foucault, no qual as políticas de informação assumem formas específicas e atuam de maneira distinta sobre os fluxos de informação quando influenciadas por contextos cultural, acadêmico, financeiro, institucional, entre outros.

E é nesse contexto, que a avaliação dos programas de pós-graduação, realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) há mais de 35 anos, com base em informações coletadas junto aos próprios programas, constitui-se em uma importante política governamental para impulsionar o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil.

A política de avaliação da Capes, implantada em 1976, por meio do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação, é reconhecida nacional e internacionalmente pela comunidade científica devido ao excelente desempenho e pelo envolvimento dos pesquisadores nas definições e na avaliação propriamente dita.

O Sistema de Avaliação da Capes abrange dois processos, conduzidos por comissões de consultores do mais alto nível, vinculados a

instituições das diferentes regiões do país: a avaliação dos programas de pós-graduação e a avaliação das propostas de cursos novos de pós-graduação.

Os dois processos – avaliação dos programas de pós-graduação e avaliação das propostas de novos programas e cursos – são alicerçados em um mesmo conjunto de princípios, diretrizes e normas, compondo, assim, um só sistema de avaliação, cujas atividades são realizadas pelos mesmos agentes: os representantes e consultores acadêmicos.

Nesta pesquisa foi abordado apenas o processo de avaliação dos programas de pós-graduação, que compreende um acompanhamento anual, com base na coleta de dados e informações, repassados pelas instituições à Capes, resultando sempre em relatórios (Relatório Data Capes), elaborados por analistas da Capes, e uma avaliação trienal, realizada por pares da área, por meio de visitas *in loco*, quando apontada essa necessidade pelos analistas.

A coleta de dados, realizada por intermédio do Aplicativo Coleta de Dados, tem por objetivo coletar informações dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* do país, para subsidiar a avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), além de prover a Capes de informações necessárias ao planejamento de seus programas de fomento e delineamento de suas políticas institucionais.

Diante das suas características, pode-se dizer que o processo de avaliação dos programas de pós-graduação é amplo e complexo e envolve vários elementos: atores sociais, recursos e canais informacionais, além de ações provenientes dos procedimentos utilizados.

Tais elementos, na concepção de González de Gómez (1999b), conformam e compõem os regimes de informação, conseqüentemente, as políticas de informação e as políticas públicas, sendo a informação o motivo condutor destes temas e o fator determinante para a organização e para as relações que se estabelecem no contexto da atual Sociedade da Informação.

Com o objetivo de dar maior entendimento ao que se propõe a pesquisa, é relevante destacar o conceito de regime de informação que González de Gómez (2002, p. 34) elaborou a partir do conceito de Frohmann (1995), por sua vez, apoiado na concepção de Foucault:

Um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição.

Pode-se dizer que o item mais importante no regime de informação é a própria informação, e é neste sentido que se reafirma a concepção de Marchiori (2002), quando diz que se a informação for gerenciada de forma efetiva, ética e crítica poderá definir espaços sociais, políticos, econômicos e culturais. Assim, é necessário traçar diretrizes para a gestão e uso da informação, sendo que o uso efetivo da informação e a maneira de governá-la podem alterar os rumos de uma organização, ou determinada atividade na organização.

E tal como afirma González de Gómez (1996, p. 60),

À **polissemia** dos discursos e ao **polimorfismo** das mensagens – que dão existência social aos saberes – agrega-se a **polifonia** das organizações e dos empreendimentos que, agindo num plano diferenciado, disputam a **interpretação pública** do escopo, do alcance e da abrangência de uma área do saber (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996, p. 60, grifo do autor).

Assim, não só a ausência, mas a proliferação das informações, assim como as inúmeras facilidades de acesso na atual sociedade têm dificultado o processo de produção social de conhecimento, ou seja, de definição de estratégias ou de mecanismos de acompanhamento da informação para o estabelecimento de política de gestão da informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996).

Partindo deste pressuposto é que se torna importante aperfeiçoar estudos e reflexões acerca da política de avaliação, proposta pela Capes, para os programas de pós-graduação *stricto sensu*, principalmente no que se refere à etapa que compreende a coleta e o tratamento anual de dados e a construção de indicadores.

A partir das informações sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu*, repassadas pelos coordenadores de programas à Capes, é que se estabelecem os conceitos da avaliação (de 1 a 7) atribuídos aos programas pela Capes. Os itens avaliados referem-se a características do corpo docente e discente, estrutura curricular, atividades de pesquisa e produção científica, técnica e artística.

Se os regimes de informação são modos de produção informacional dominantes numa formação social, pressupõem, necessariamente, que abriguem em

seu contexto fontes de informação que são disseminadas e que exerçam influência no contexto social em que estão inseridas.

Neste sentido, pode-se dizer que o conceito de Regime de Informação estabelece uma ponte com a Ciência da Informação na medida em que o fluxo de informação ocorre através de canais de informação, envolvendo produtores e/ou emissores de informação, estruturas organizacionais e receptores específicos. Enfim, esse conceito tem sido utilizado nas discussões, ainda que de maneira discreta, como parte dos esforços para situar e compreender a informação nas dinâmicas organizacionais e sociais.

E é neste contexto que a dinâmica do processo da política de avaliação dos programas de pós-graduação, proposta pela Capes, no âmbito das instituições de ensino superior (IES), está intimamente relacionada ao regime de informação adotado. Sua conformação, a partir dos elementos que o compõem, pode influenciar e/ou definir não só uma política de informação para os cursos de pós-graduação, mas, também subsidiar o estabelecimento de políticas internas de avaliação e de planejamento da pós-graduação em âmbito organizacional e social.

A motivação para o desenvolvimento da pesquisa justifica-se, principalmente, pela atuação funcional da pesquisadora no âmbito institucional da Diretoria de Avaliação e Acompanhamento Institucional e da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Acadêmico, da Pró-Reitoria de Planejamento, da UEL, e também pela participação na Comissão Permanente de Avaliação da UEL (CPA/UEL), como uma das representantes do corpo técnico da Instituição. No desempenho dessas funções, cada qual dentro de suas competências, estabelecidas por resoluções internas, tem como responsabilidade acompanhar, diagnosticar e auxiliar com subsídios o desenvolvimento e a melhoria das atividades institucionais e acadêmicas.

A partir dessas considerações é que se justifica a proposta de realização deste trabalho, ou seja, destacar a importância da informação e, principalmente, da gestão da informação a ser definida e implementada pelos gestores dos programas de pós-graduação, a partir da percepção dos coordenadores de programas, responsáveis pela busca, organização e repasse das informações à Capes.

Diante disso, propôs-se como questão problema desta pesquisa o estudo da conformação do regime de informação, adotado nos programas *stricto sensu* da Universidade Estadual de Londrina (UEL), para atendimento às exigências da Capes, e suas possíveis interferências no desenvolvimento do processo.

Assim, faz-se necessário identificar o regime de informação adotado no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, bem como os elementos que o compõem, visando atender as exigências da Capes. Além disso, a partir da conformação do regime de informação adotado e dos elementos que o compõem, busca-se verificar também possíveis situações que possam interferir nesse processo.

Este trabalho visa, portanto, identificar e analisar o regime de informação adotado no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, para atendimento às exigências da Capes.

Para alcançar este objetivo geral, foi necessário o desenvolvimento dos seguintes objetivos específicos:

- a) delinear panorama teórico a respeito das questões que envolvem o regime de informação no contexto da Ciência da Informação e sobre o processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação da Capes e da UEL;
- b) identificar os elementos do regime de informação presentes no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, a partir do mapeamento do processo informacional e da visão dos coordenadores de programas; e
- c) identificar as possíveis situações presentes no regime de informação identificado que possam interferir no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL.

Com os resultados da pesquisa procura-se apresentar reflexões que corroborem para a melhoria do processo de informação em atendimento à Capes, e para o planejamento de políticas institucionais de desenvolvimento da pós-graduação, da produção científica e tecnológica em âmbito institucional. Além disso, apresenta contribuições que podem se constituir em melhoria da gestão da informação neste contexto e, conseqüentemente, dos resultados e dos conceitos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, atribuídos pela Capes.

O desenvolvimento do trabalho, estruturado em capítulos que se complementam, propiciou o alcance aos objetivos propostos. No capítulo 2, está descrito o panorama teórico da nossa área de estudo, sendo abordados temas relacionados à Ciência da Informação, além de contextualizar a adoção de regimes de informação na Sociedade da Informação como espaços onde se determinam a dinâmica das relações sociais e organizacionais, tendo a informação como elemento determinante da gestão da informação e do estabelecimento de políticas de informação em determinada sociedade ou determinado contexto, incluindo a política de avaliação da Pós-Graduação da Capes.

O capítulo 3 é reservado à parte metodológica e trata dos procedimentos e instrumentos adotados, além de identificar e demonstrar o ambiente da pesquisa.

Já o capítulo 4 trata do marco empírico da pesquisa e refere-se ao desenvolvimento da Pós-Graduação, bem como às questões da avaliação da Capes no contexto da Universidade Estadual de Londrina (UEL), além do mapeamento do fluxo desse processo, os resultados da pesquisa e a identificação do regime de informação, configurado no processo de avaliação, na percepção dos coordenadores de programas.

E, finalmente, no capítulo 5 são apresentadas algumas considerações, a título de conclusão do trabalho, acerca do regime de informação configurado no processo de avaliação da Capes, no contexto da UEL e que, de alguma maneira, interferem no processo, além de reflexões acerca de aspectos que também interferem no processo, conforme a visão dos coordenadores, e que merecem atenção dos gestores acadêmicos e administrativos visando uma melhor gestão da informação para estabelecimento de políticas que contribuam para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL.

Com esta proposta espera-se contribuir para o contexto institucional da pesquisa oferecendo subsídios e reflexões para o processo de melhoria dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, a partir do processo de informações, no contexto da avaliação da Capes.

Estudos semelhantes foram realizados por Delaia (2008) e Leal (2009), quando, à luz do Regime de Informação, analisaram contextos institucionais específicos visando contribuir para a elaboração de políticas e ferramentas de

informação que subsidiassem a gestão da informação, e que auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa.

Ressalta-se que a proposta do trabalho foi autorizada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEL, assim como o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UEL, atendendo às exigências legais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A escolha do referencial teórico-conceitual que fornece os subsídios e embasam a pesquisa, refere-se a temas e conceitos no campo da Ciência da Informação e foram aqui desenvolvidos de forma a demonstrar a estreita relação entre eles no contexto da pesquisa.

Importante destacar que não foram abordados de maneira a demonstrar qualquer hierarquia ou grau de importância entre eles, ao contrário, entende-se que os temas não estão hierarquizados e que, em alguns momentos, estão ou assumem o mesmo grau de importância teórica no contexto da Ciência da Informação. Observa-se ainda que há uma dinâmica muito próxima entre eles e que um tem interferência sobre o outro, dependendo do momento temporal e das condicionantes sociais e estruturais no Estado e na sociedade.

2.1 O REGIME DE INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Nas últimas décadas, tem se verificado um aumento expressivo dos diferentes meios de comunicação, além do desenvolvimento de um grande conjunto de tecnologias e inovações relacionadas, em especial, às tecnologias de informação e comunicação – evolução das TIC.

Tal evolução tem influenciado todas as esferas sociais e observa-se não só uma aproximação, mas uma diluição das fronteiras informacionais que anteriormente existiam. O uso dessas tecnologias não só alteram as “relações de poder” da sociedade em si, mas também as relações nos contextos sociais, políticos e econômicos, possibilitando a criação de uma nova comunidade local e global: a Sociedade da Informação.

O conceito de Sociedade da Informação surgiu a partir de Touraine (1969) e Bell (1973) sob a influência dos avanços tecnológicos nas relações de poder, identificando a informação como ponto central da sociedade contemporânea.

Albagli (2007) corrobora essa afirmação enfatizando que o atual sistema social que vivenciamos denomina-se Sociedade da Informação, na qual a informação e conhecimento adquirem um novo estatuto neste cenário.

Nesse sentido, pode-se dizer que a informação é o insumo básico do paradigma dessa Sociedade, inclusive com agregação de valores na sociedade, aos espaços informacionais e em instâncias de níveis decisórios. Em razão dessa evolução e considerando a mudança de paradigma de informação, inúmeras têm sido as transformações verificadas no âmbito social, econômico e político, ou seja, a informação adquirindo um papel fundamental na organização e na inter-relação dos segmentos da sociedade (BORGES, 1995).

Nesse contexto, evidencia-se que na Sociedade da Informação as necessidades informacionais, embora diferenciadas das necessidades físicas, são tão fortes e prementes que podem pertencer à categoria das necessidades humanas básicas (LE COADIC, 1996), o que, conseqüentemente, atribui aos sistemas de informação uma importante função entre as atividades humanas. Dessa forma, torna-se fundamental uma interação harmônica entre os sistemas de informação e seus usuários, para atendimento às necessidades informacionais.

Sob essa perspectiva, na Sociedade da Informação o fenômeno “informação” é o fator determinante na forma como os segmentos da sociedade se organizam e se inter-relacionam. Para isso, é necessário o estabelecimento de regras para que os segmentos envolvidos administrem os recursos disponíveis de forma harmônica, visando o atendimento as necessidades dos seus usuários.

A atual sociedade é determinada por uma abundância de informações, tendo sua recuperação e seu acesso facilitados pelas tecnologias de informação e comunicação, facilitando e desenvolvendo uma nova estrutura social, a sociedade em rede, na qual se agrupam “[...] redes de empresas, organizações e instituições para formar um novo paradigma sociotécnico”, cujos aspectos centrais representam a base material da sociedade da informação (CASTELLS, 1999, p. 7).

As sociedades, em diferentes contextos, adotam regimes de informação por meio dos quais organizam a produção material e documental e, ao mesmo tempo, determinam a dinâmica das relações sociais, por exemplo, o regime escravagista, o regime feudal, o industrial e, atualmente, o regime de informação.

Assim, o conceito de regime de informação pode ser designado para o local das relações de informação no espaço público e para as diferentes formas de organização, produção e utilização da informação, ou seja, são as regras do uso da informação em determinada sociedade e em um determinado contexto.

Castells (1999, p. 47) atribui a real importância da informação e do regime de informação na Sociedade da Informação:

O termo sociedade da informação destaca o papel desta última na sociedade. Sustentarei, porém, que a informação, em seu sentido mais amplo, ou seja, como 'comunicação do conhecimento', tem sido fundamental em todas as sociedades, incluída a Europa medieval, que estava estruturada e em certa medida unificada em torno do escolasticismo, isto é, em conjunto, um marco intelectual [...]. Em contraste, o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social na qual a geração, processamento e transmissão da informação convertem-se em fontes fundamentais da produtividade e do poder, devido às novas condições tecnológicas que surgem neste período histórico.

González de Gómez (1999b) corrobora a visão de Castells (1999) quando afirma que na sociedade de informação todos os regimes sociais, econômicos, culturais das comunidades e do Estado são caracterizados e condicionados pelo regime de informação, no qual a centralidade da comunicação e da informação levaria à dispersão das questões da política da informação, assim como de todas as outras políticas que se estabelecem em âmbito governamental ou organizacional: públicas, informais, tácitas, explícitas, diretas ou indiretas.

Neste sentido, a autora afirma que “a sociedade da informação poderia ser entendida como aquela que o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do estado” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999a).

Observa-se que no âmbito da “sociedade da informação” são grandes os desafios para a construção de políticas de informação, dada a complexidade de funções da própria informação e da relação com outras políticas e regimes. Pode-se dizer assim, que ocorrem, com mais frequência, “apenas planos e ações de caráter limitado, refletindo um imediatismo compulsivo e compulsório, que responde a interesses puramente econômicos” (HIGINO; ARAÚJO; SCOTT, 2008, p. 299).

2.2 O CONCEITO DE REGIME DE INFORMAÇÃO

A primeira abordagem acerca desse tema surge com o conceito de “modo de informação”, de Mark Poster, como sendo “[...] as novas experiências da linguagem do século XX, originadas em sua maior parte pelos avanços na eletrônica

e as tecnologias que lhe são relacionadas [...]”, superando o conceito de “[...] modo de produção [...]” (POSTER, 1987, p. 10).

Durante a 23ª Conferência Anual da Associação Canadense de Ciência da Informação, Frohmann (1995, p. 5), introduziu o conceito de regime de informação, como sendo “[...] um sistema ou rede, mais ou menos estável, na qual a informação flui através de determinados canais - de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos”.

Este construto de Frohmann (1995) acerca do regime de informação foi elaborado apoiando-se na teoria de Bruno Latour (Teoria Ator-Rede), como referencial analítico e metodológico para mapear a construção e circulação da informação-artefato em redes heterogêneas, e a Michel Foucault para traçar sobre essas redes as relações de poder. Essa concepção visa abranger a complexidade e a diversidade apresentada nos regimes e considerando, principalmente, a existência de vários elementos: naturais, sociais e discursivos.

Para Braman (1989, p. 234), para “um analista de política de informação, um regime é um dispositivo organizacional que se concentra na convergência de expectativas considerando princípios, normas, regras e procedimentos em áreas de interesses particulares”, ou seja, o conceito de regime de informação fundamenta-se no conceito de regime, um sistema de normas e regras não tão rígido quanto um sistema legal, mas que também agrupa partes e pessoas.

Além disso, Braman (2004) considera que numa sociedade internacionalmente globalizada, ainda que se considere a complexidade dos processos, há uma forte e natural tendência de um “regime global de informação”.

Segundo González de Gómez e Chicanel (2008, p. 3), o conceito de regime de informação de Frohmann (1995) estabelece a ponte entre o conceito de “regime de informação” e a “Ciência da Informação” na medida em que o fluxo de informação ocorre através de canais determináveis, envolvendo produtores, estruturas organizacionais e consumidores ou usuários específicos.

Como destacado anteriormente, a partir do conceito de Frohmann e apoiada na concepção de Foucault, González de Gómez (2002, 2003), elabora o conceito de regime de informação como:

Um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Ainda de acordo com González de Gómez e Chicanel (2008, p. 3), “regime de informação constituiria o horizonte em que acontecem as ações de informação, ações que especificam e dão ancoragem espaço-temporal as interseções entre as dinâmicas sociais e as variações tecnológicas”.

Sob essa ótica, um regime de informação é reconhecido por suas linhas de força dominantes e pode ser considerado um “divisor de águas” na relação entre a política e a informação, definindo, em sua aplicabilidade, todos os elementos envolvidos (destinatários ou receptores específicos ou amplos, redes sociocomunicacionais formais ou informais, canais, organizações, regras e autoridades informacionais), além de condicionar e orientar todos os outros regimes vigentes na sociedade (sociais, econômicos, culturais).

Dessa forma, a centralidade da comunicação e da informação, produz certa dispersão das questões políticas da informação, decorrente e/ou interrompidas por todas as outras políticas (públicas, informais, tácitas e explícitas, diretas ou indiretas) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, 2003).

De acordo com Silva e Tomaél (2009), as contribuições de González de Gómez (2002), acerca do conceito de regime de informação, refletem em uma das mais significativas para os estudos e reflexões sobre política de informação no Brasil. Tal conceito possibilita a ampliação e o detalhamento do entendimento da política de informação, desmistificando e substituindo termos restritivos, vagos, confusos e imprecisos, até então utilizados: “sistema de informação”, “contexto de informação”, “âmbito de informação”, entre outros.

Ainda de acordo com as autoras é fato que no conceito de política de informação, elaborado por González de Gómez, ainda persiste a ideia quase que exclusiva do Estado como responsável pela formulação dos marcos regulatórios, direcionando e impondo políticas, principalmente às políticas públicas. “[...] em última instância é a regulação que seria capaz de promover maior equilíbrio das condições de produção, distribuição, acesso e uso dos recursos de informação e comunicação” (SILVA; TOMAÉL, 2009, p. 18).

Assim, não se pode desconsiderar a forte relação entre regime de informação e política de informação, sendo a informação o motivo condutor desses temas e, como já dito anteriormente, fator determinante para a organização e para as relações no contexto da atual sociedade.

2.2.1 Elementos do Regime de Informação: Identificação e Caracterização

Os elementos abordados abaixo se constituem no que González de Gómez (1999b, 2002, 2003) enfoca em seus textos, ou seja, Recursos, Canais, Atores e Mensagens. Optou-se por identificar os elementos do regime de informação dentro do que essa autora aborda em detrimento, por exemplo, da abordagem de Frohmann (1995) por uma questão de linguagem. Entende-se que, para o foco deste estudo acerca dos elementos do regime de informação, uma linguagem filosófica não seria tão elucidativa (FROHMANN, 1995).

2.2.1.1 Atores

Em um diagrama da rede social, os atores são representados por “nós” e suas relações por traços que as demonstram. Os “nós” são classes de equivalência, quando se identifica indivíduos estruturalmente equivalentes e isso caracteriza uma rede reduzida. “A equivalência estrutural dos atores possibilita distinguir os papéis representados na rede, determinando os atores que têm papéis similares” (TOMAÉL, 2005, p. 155).

A autora supracitada comenta que os atores podem se relacionar mediante a participação em um evento, pois fazem parte de um mesmo grupo, no trabalho, ou curso e a isso é chamado de Relação de Afiliação. Afirma ainda, que alguns “nós” têm um grande número de conexões, enquanto que a maioria dos “nós” apresenta pouca conexão. Isso é o que se chama de redes sem escala, pois partilha uma importante propriedade dentro de uma variedade de sistemas complexos.

Tomaél (2005) lembra que, em sua maioria, os “nós” mais populares parecem não possuir escala, pois podem ter centenas ou milhões de vínculos. Já para Frohmann (1995) os “nós” são também os elementos de um regime de

informação específico. Complementa Marteleto (2010) que os atores podem ser políticos, sociais e econômicos.

No caso das relações existentes entre os atores:

Por exemplo, uma pessoa pode dar apoio social a uma segunda pessoa, há duas relações nessa ligação: uma dando apoio e a outra recebendo. Alternadamente, atores podem compartilhar indiretamente relacionamentos de amizade, nesse caso entra uma terceira pessoa na relação. Relações também diferem quanto à intensidade, continuam as autoras. Em se tratando da comunicação, as pessoas podem comunicar-se o tempo todo, uma vez ao dia, semanalmente ou anualmente. Podem trocar grandes ou pequenas quantidades de capital social: dinheiro, bens, ou serviços. Podem fornecer informações importantes ou triviais. Diferentes tipos de relacionamento podem ser avaliados de acordo com sua intensidade (TOMAÉL, 2005, p. 146).

Apesar de uma variedade de relações serem estabelecidas entre atores por diferentes motivos, interesses e intenções, podem existir momentos de interrupção do fluxo comunicacional por parte justamente dos “nós”/atores impedirem o fluxo de seguir sua trajetória.

Para Passarelli e colaboradores. (2009), nas redes sociais, quem decide por se envolver ou não se envolver em uma ação coletiva é o ator, e para tomar essa decisão ele mesmo é quem avalia o seu lugar no grupo.

Vale ressaltar que, onde há pessoas interagindo, há transformações, há influências de variadas formas e há o compartilhamento. Entretanto, para Costa (2005), existe uma complexidade maior em cooperar do que no compartilhar, pois envolve uma sincronia de comportamentos que exige mudança e adequação entre a subjetividade e o coletivo.

A forma mais simples de cooperação utilizando ferramentas em redes sociais é a conversação, ela cria maior senso de comunidade que o ato de compartilhar, mas também envolve novos problemas que necessitam de soluções próprias, dadas por seus próprios participantes (PASSARELLI et al., 2009).

O ator se caracteriza hoje, por identificações as quais são moldadas pela instantaneidade das relações, seja por meio de hábitos de consumo, como a moda, seja por meio da própria relação afetiva, o que independe do espaço físico que habita, seja por meio das relações de trabalho e dos próprios hábitos compartilhados em sua nação.

Neste contexto, é possível se caracterizar “atores” na concepção de alguns autores estudiosos sobre o tema “regime de informação”, a exemplo de Frohmann (1995), González de Gómez (1999b, 2002, 2008) e Unger (2006).

Segundo Frohmann (1995) “atores” são: distribuidores de filmes, órgãos ou departamentos da administração pública; produtores; consumidores; grandes corporações; consumidores específicos.

Na concepção de González de Gómez (1999b, 2002, 2008) consideram-se “atores” os sujeitos; instituições; autoridades informacionais, grupos; médicos e pacientes (área da saúde); clientela; produtores; organizações; receptores; usuários específicos; públicos amplos; empresa; universidades; domicílios; associações; atores comunitários; coletivos profissionais; agências governamentais.

Para Unger (2006) “atores” são: estoques de informação; produtores de informação; seres humanos com suas necessidades informacionais; pessoas de diferentes camadas sociais e econômicas; ambiente cultural, social, econômico, político.

2.2.1.2 Recursos

No contexto das tomadas de decisões e em âmbito organizacional, é mister que a informação deve ser entendida e compreendida, tratada e organizada como um recurso tão importante quanto os recursos humanos, materiais e financeiros (CARVALHO, 2001).

Complementam esse pensamento, Vieira, Campello e Paim (1990, p. 174) ao afirmarem que “[...] os recursos informacionais devem ser considerados do ponto de vista do valor que representam para a organização e para a sobrevivência desta no ambiente”.

A informação, por volta de 1967 ainda não era considerada um recurso ou insumo, entretanto, Ackoff (1967) apontava nessa época, mesmo refutando essa hipótese, que a informação melhoraria as decisões administrativas.

Cronin (1990, p. 199) ilustra que a informação:

[...] satisfaz os requisitos para ser considerada um recurso. É uma necessidade. Os custos associados à sua coleta, disseminação, armazenagem, análise e descarte são elevados, o que é contrabalançado pelo fato de ela possuir valor significativo nas áreas administrativas, operacional e de planejamento do governo. Em qualquer organização, e especialmente no serviço público parece ser correto considerar a informação como recurso importante.

Esse conceito é corroborado por Savic (1992) ao considerar que a informação é adquirida por um custo, ela possui seu valor, seu consumo pode ser custeado ou capitalizado, tem um ciclo de vida e pode ser processada, expandida, compreendida, substituída, transportada, difundida e disseminada.

Horton Júnior (1979) indica que os itens que compõem os recursos informacionais são as bibliotecas, os centros de informação, bancos de dados computadorizados, arquivos digitalizados, arquivos oficiais, gravações em geral, jornais, gravações sonoras, filmes, correspondências, mensagens e formulários dos mais diversos tipos, além de produtores, fornecedores, usuários e distribuidores de informação em todas as suas formas, desde dados brutos até informações já tratadas e têm como função principal orientar as atividades desenvolvidas em uma organização.

Ainda estão incluídos nesses recursos, o conhecimento, a informação e os dados, que podem ser tratados por meio de recursos humanos ou tecnológicos, os quais abrangem todos os setores da organização, advindos tanto do ambiente interno quanto do ambiente externo da organização.

Assim, dentre várias concepções pode-se caracterizar “recursos” como: tecnologias da informação; acesso aos documentos (FROHMANN, 1995); regras, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, distintas maneira de produzir, processar, selecionar e distribuir informação, arranjos organizacionais, bases de dados, acervos documentais textuais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999b, 2002, 2008); instrumentos tecnológicos e documentos, linguagens documentárias, sistemas de informação, diretrizes políticas, armazenamento, recuperação e transferência de informação (UNGER, 2006).

2.2.1.3 Canais

Para Back (1972 apud OLIVEIRA; SILVA; NOVAIS, 2005) os canais de informação são classificados como canais formais, canais semiformais e canais

informais. De acordo com o autor, os canais formais constituem-se em livros, textos, artigos de periódicos, manuais, revisões, trabalhos de congressos, índices e bibliografias, *abstracts*, catálogos de bibliotecas e meios audiovisuais. Já os semiformais, de teses e relatórios não publicados, catálogos de fornecedores, manuscritos e periódicos comerciais. E os canais informais de discussões pessoais, chamadas telefônicas, correspondência privada, encontros locais e seminários.

Para Moresi (2003, p. 5):

Nos canais informais o processo de comunicação é ágil e seletivo. A informação circulada tende a ser mais atual e ter maior probabilidade de relevância, porque é obtida pela interação efetiva entre os pesquisadores. Os canais informais não são oficiais nem controlados e são usados geralmente entre dois indivíduos ou para a comunicação em pequenos grupos para fazer disseminação seletiva do conhecimento.

Moresi (2003) enfatiza também que é função dos canais informais, por meio do contato face a face ou mediados por um computador, a troca de ideias, discussão e *feedbacks* com os pares. Atualmente, com o advento da Internet, as listas de discussão representam um canal informal semelhante aos colégios invisíveis e os círculos sociais dos tempos passados. Elas ainda permitem a criação de comunidades virtuais onde pessoas com interesses em comum discutem, trocam informações instantaneamente, sem barreiras de tempo e espaço.

Nos canais formais o processo de comunicação é lento, mas necessário para a memória e a difusão de informações para o público em geral, eles são oficiais, públicos e controlados por uma organização, destinam-se a transferir informações a uma comunidade, e torna público o conhecimento produzido. São fundamentais, por exemplo, aos pesquisadores porque permitem comunicar seus resultados de pesquisa, estabelecer a prioridade para suas descobertas, obter o reconhecimento de seus pares, o que aumenta sua credibilidade no meio técnico ou acadêmico (MORESI, 2003).

Dalla Zen (1989) afirma que se constituem vantagens dos canais informais a informação corrente que dissemina o conhecimento, de forma seletiva, eliminando os itens irrelevantes e ocasionando o direcionamento da pesquisa. Como desvantagem cita o fato de que as informações disponíveis são repletas de dados incompletos e que poucas pessoas têm acesso a elas.

Em relação aos canais formais a autora menciona como vantagens o fato de serem registradas todas as informações e, por serem públicas e acessíveis, além de permanentes, permitem que se cubra todo conhecimento produzido dentro de uma área. Como desvantagens “[...] a publicação e o aparecimento em alguma fonte, e, ainda, seu formato ser fixado e igual para todos os usuários” (DALLA ZEN, 1989, p. 37). Outra possível desvantagem seria o fato de serem registradas em suportes muitas vezes passíveis de degradação, o que leva a informação a se perder ao longo do tempo de uso.

Para Frohmann (1995) “canais” são caracterizados por: difusão por rádio e TV; distribuidora de filmes; bibliotecas; publicações acadêmicas, internet; fluxos de transbordamento de dados e a infovia (infraestrutura onde se projeta um regime de informação da atualidade).

Na concepção de González de Gómez (1999b, 2002), “canais” podem ser caracterizados por: conversas informais, TV, jornais, internet, discursos e para Unger (2006): as representações nas informações disponíveis, estoques de informação (dinâmicos e estáticos), necessidades informacionais entre pessoas de diferentes camadas socioeconômicas.

2.2.1.4 Mensagens

Todas as vezes que uma informação é requerida, ela obrigatoriamente é enviada como mensagem e isso independe se a solicitação é voluntária ou involuntária. A recepção e interpretação como informação é posterior. Há sempre uma mensagem (sinal com significado) que é emitida, tendo sido solicitada ou não, mas há diferentes possibilidades para tal mensagem ser recebida e interpretada como informação (signo/significado semântico) em qualquer processo que envolve a comunicação da informação (MATHEUS, 2005).

Para Portella (2005, p. 50) “[...] no contexto da Teoria Matemática da Comunicação, a mensagem ou sinal (que não é informação) é algo físico que um emissor transmite a um receptor”.

Frequentemente as mensagens têm significado, isso é, referem-se ou são correlacionadas a algum sistema com certas entidades físicas ou conceituais.

O aspecto significativo é a mensagem real ser selecionada de um conjunto de mensagens possíveis (PORTELLA, 2005).

Capurro (2003, apud MATHEUS, 2005) afirma que uma mensagem é dependente do emissor, ou seja, ela é baseada em uma estrutura heteronômica e assimétrica. Esse não é o caso da informação: nós recebemos uma mensagem, mas nós solicitamos uma informação. Uma mensagem supostamente traz algo novo e/ou relevante para o receptor e esse também é o caso da informação. Uma mensagem pode ser codificada e transmitida via diferentes meios ou mensageiros. Este também é o caso da informação. A mensagem é uma fala que dispara a seleção pelo receptor por meio de um mecanismo de liberação ou interpretação.

No caso específico do objetivo das mensagens, o autor argumenta que a sociedade do século XXI seria a sociedade da mensagem e não sociedade da informação. A sociedade da mensagem se caracterizaria então, pela gama de meios de comunicação descentralizados que surgem especialmente como redes digitais globais, as quais permitem a interação de muitos para muitos, o que foge do conceito de um para um, dos meios de comunicação de massa centralizados, anteriormente disponíveis.

Entretanto, ao se querer estudar o campo da Teoria da Mensagem é preciso primeiro se observar diversos elementos, dentre eles estão as dimensões da mensagem, relativas à forma, ao conteúdo, ao objetivo, aos emissores e aos receptores; natureza, que pode ser imperativa, indicativa ou opcional; aspectos, que podem ser divididos em gerais (relevância, interpretação, seleção), sociais (origem, propósito, estruturas de poder, técnicas, meios de difusão, história) e outros (psicológicos, políticos, econômicos, estéticos, éticos, religiosos); princípios éticos, dentre os quais o autor destaca o respeito, a confiança e a reserva.

Frohmann (1995) caracteriza “mensagens” como: emissores e receptores (difusão por rádio e TV, distribuidores de filme, fluxos de dados transfronteiriços, infovia), produtores para consumidores.

González de Gómez (1999b, 2002, 2008) como: emissores e receptores (internet, jornais, conversas informais, meios e recursos de informação), diálogo, produtores, usuários.

Unger (2006), por sua vez, caracteriza “mensagens” como: emissores e receptores: seres humanos com suas necessidades informacionais, meios físicos que permitem o ir e vir da informação.

2.3 UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E A POLÍTICA DA INFORMAÇÃO

Ainda no campo da Ciência da Informação, tendo a Sociedade da Informação como contexto social no campo da nossa pesquisa, torna-se imprescindível lançar um olhar sobre os temas relacionados – gestão da informação e política da informação –, na busca de uma maior objetividade e clareza nas relações e interações que se estabelecem entre si.

Como dito anteriormente, na atual Sociedade a Informação a informação é reconhecida como o principal insumo dos processos produtivos, assumindo, portanto, uma importância crescente, tornando-se imprescindível para o desenvolvimento de qualquer setor e qualquer área de conhecimento.

No entanto, o termo informação pode ter diferentes significados, para diferentes atores e em diferentes contextos, dependendo da perspectiva adotada.

Silva e Pinheiro (2011, p. 1628) corroboram essa afirmação quando afirmam que “informação pode significar muita coisa, tudo e nada”, e que recorreram a vários autores para pensar e definir o que é informação, dado a imprecisão do conceito e a polissemia do termo, para o desenvolvimento de pesquisa relacionada a informação.

O conceito de informação que mais se aplica no âmbito desta pesquisa é o de informação como força constitutiva da sociedade, em que assume papel ativo como agente transformador que afeta e modela o ambiente. Ou seja, neste conceito, a informação não está somente inserida num contexto social, ela também cria, altera, modela o contexto social, na medida em que guia, controla e reordena as atividades econômicas (BRAMAN, 1989).

Neste sentido, buscar uma melhor efetividade no gerenciamento da informação e eficácia na sua utilização, em virtude de sua abrangência, é um dos grandes desafios da atualidade e que tem tido espaço garantido nas produções

científicas de todas as áreas de conhecimento, não somente na área da Ciência da Informação.

Partindo do pressuposto que gestão significa gerência ou ato de gerir, administrar, é importante também trazer o significado de Administração para uma melhor compreensão da relação entre gestão e informação. Administração, de acordo com definição do Houaiss (2001, p. 1), é o “Ato ou efeito de administrar; ação de governar ou gerir empresa, órgão público [...]. Exercer mando, ter poder de decisão (sobre), dirigir, gerir”. Tal definição pode ser aplicada com a finalidade de ordenar a estrutura e o funcionamento de toda organização, pública ou privada.

O termo Gestão, na visão de Cianconi (1999, p. 33), significa “planejamento, seleção, coleta, análise, organização, otimização de fluxos, normalização, disponibilização para uso e avaliação”.

Assim, os termos gestão e administração referem-se ao ato de governar pessoas, organizações e instituições. Portanto, gestão diz respeito à capacidade de dirigir e se relaciona de forma estreita ao exercício do poder.

Diante disso, a gestão se caracteriza como uma atividade que contempla ações de planejamento, coordenação, controle, definição de normas e princípios para um determinado fim, podendo estar relacionada a diversos segmentos da organização: recursos humanos, patrimônio, informação, entre outros.

O termo gestão da informação começou a despertar interesse da comunidade acadêmica e gerencial a partir da década de 1980, nos Estados Unidos e Inglaterra, tendo como foco a informação considerada como recurso estratégico (CIANCONI, 1999; BARBOSA, 2008). No entanto, a questão da utilização da informação já era objeto de preocupação da Documentação, Biblioteconomia, da Arquivologia e Ciência da Informação.

Autores como McGee e Prussak (1994) e Davenport e Prussak (1998) fazem referência à Gestão da Informação como o processo para identificar as necessidades de informação: coletar, classificar, armazenar, tratar e disponibilizar por meio de produtos e serviços. No entanto, suas definições são mais aplicadas ao segmento empresarial, considerando a informação para negócios (auditoria, custos).

Para Unger (2006, p. 76):

A gestão de informação é abordada em diferentes áreas do conhecimento científico, como por exemplo, a Administração de empresas, na qual a gestão da informação visa incrementar a competitividade industrial e os processos de modernização organizacional, capacitando profissionais na administração de tecnologias da informação em sintonia com os objetivos empresariais; já a era de Tecnologia trabalha a gestão da informação como um recurso a ser otimizado, via diferentes arquiteturas de hardware, software e de redes de telecomunicações adequadas aos diferentes sistemas de informação – em especial aos empresariais. A velocidade de transmissão de dados, aliada à confiabilidade e requisitos dos sistemas de informação, indica a orientação de profissionais nessa “linha”.

Dessa forma, tal como já descrito no contexto de Sociedade da Informação, a informação assume diferentes dimensões e finalidades e, muitas vezes, determina as relações e interações dos diferentes segmentos da sociedade. Em todo o mundo, uma série de programas e ações, e cada país a seu modo, são desencadeadas, cada uma a seu modo para participar, obter benefícios e aproveitar as oportunidades vislumbradas neste novo cenário (MAGNANI; PINHEIRO, 2011).

Enfim, para uma melhor utilização da informação, torna-se necessário estabelecer normas, regras, protocolos para que tais segmentos possam administrar, de forma harmônica, os recursos e as tecnologias, a fim de atender ao público que se destina (DELAIA, 2008). Ou seja, o estabelecimento de políticas de informação faz parte do desafio de ultrapassar a compreensão da informação como elemento simplesmente teórico e gerencial e visualizá-lo como recurso estratégico para atingir as metas da organização.

A relação entre política e informação fica mais evidente a partir da década de 1950, num cenário pós-guerra quando o Estado se vê como agente privilegiado para a elaboração de políticas e a ciência e a tecnologia, como domínio de seu exercício. Assim, é nesse período e contexto, que começam a se explicitar os programas de governo e as políticas públicas.

Aun (1999, p. 5) afirma que “[...] a construção de uma Política de Informação, no seu sentido mais amplo, é sem sombra de dúvidas um desafio para todos os Estados”. Ao longo dos anos muitos esforços foram concentrados para se formular e efetivar políticas de informação em ciência e tecnologia, tais como: investimentos em infraestrutura, em tecnologias de informação (*software* e *hardware*), para criação de institutos de pesquisa, centros de informação, em periódicos em Ciência da Informação e em linhas específicas de financiamento de projetos de pesquisa em ICT.

Para González de Gómez (2002, p. 28), “[...] apesar de muitos e importantes esforços, a formulação das Políticas de Informação não consegue o sucesso esperado nos países em desenvolvimento”. O estabelecimento de uma política de informação é complexo e requer um esforço coordenado entre sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, meios e recursos de informação, padrões e arranjos organizacionais em uma formação social ou regime social (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999a).

Tal como o termo informação, o conceito de política de informação também se torna complexo e de difícil caracterização, talvez pela ausência de definição precisa da própria informação. No entanto, várias são as definições e concepções de política de informação que, na sua maioria, referem-se a leis, normas e diretrizes para a definição do campo da informação.

Visando ampliar a compreensão do termo para o contexto desta pesquisa, são apresentadas a seguir algumas definições de Política de Informação, na visão de González de Gómez (1999b). Tais definições, complementares entre si, procuram dar um sentido mais completo ao termo e são elaboradas a partir de quatro pilares epistemológicos: 1) como tema amplo e complexo; 2) como definidora e formuladora de objetivos, diretrizes e planos de ação coletivos; 3) como orientadora de princípios normativos e processos decisórios; e 4) como uma ação que conduza a consolidação de uma autonomia informacional. Os aspectos e a abrangência da abordagem referem-se, sobretudo, às políticas nacionais de informação, porém, são conceitos aplicáveis às organizações, de modo geral.

Numa primeira abordagem, com o objetivo de discutir a amplitude e complexidade do tema, González de Gómez diz que “uma Política de Informação, num sentido amplo, pode ser definida como o conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir o Regime de Informação, e podem ser tanto políticas, micro ou macropolíticas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999b, p. 58).

Visando abordar a Política de Informação como definidora de objetivos, diretrizes e planos de ação coletivos, González de Gómez (1999b, p. 59) afirma que:

[...] tratando-se de uma questão colocada num domínio coletivo de ação, existem conflitos entre as diferentes formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do domínio e em consequência, com respeito ao alcance, às prioridades e às metas das ações de informação, de modo tal que aqueles conflitos não poderiam ser equacionados ou resolvidos por meios técnicos ou instrumentais e requerem a reformulação deliberativa de princípios, fins e regras para a concretização de planos coletivos e coordenados de ação, ou a mudança das relações de força dos atores envolvidos.

Esta questão é corroborada por Davenport e Prusak (1998) quando enfatizam que, mesmo havendo conflitos internos e disputas de poder, é necessário ter definições acerca do uso da informação, assim como maneiras de governá-la no âmbito da organização.

Ao colocar a Política de Informação como orientadora de princípios normativos e processos decisórios, González de Gómez (1999b, p. 60) reconhece a necessidade de direcionamento por parte de gestores e dirigentes ao enfatizar que: “Falaremos de Políticas de Informação para designar as figuras decisórias e normativas do que seja desejável e prioritário para um sujeito coletivo (Organizações, Regiões, Estado Nacional, etc.) acerca da geração, circulação, tratamento e uso da informação”.

A autora considera ainda a política de informação como uma ação que conduz à consolidação de uma autonomia informacional dos atores envolvidos, quando diz que:

As Políticas de Informação teriam como meta abrangente a consolidação das formas coletivas da Inteligência Comunicacional, mantendo ativas as redes de informação com um duplo movimento: um deles objetivo, direcionado ao conhecimento e controle das estruturas e condições de produção do conhecimento do mundo natural e social (informação e meta-informação científica e tecnológica, estatística, administrativa e econômica), e o outro subjetivo, orientado ao monitoramento informacional dos contextos de ação, conforme processos de avaliação, reflexão crítica e idealização dos sujeitos coletivos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999b, p. 60).

Ainda segundo González de Gómez (1999a), os processos percorridos na Gestão da Informação são fundamentais para o uso decisório e estratégico da informação no contexto das políticas governamentais, assim como das organizações econômico-empresariais e sociais. Na prática não é possível dissociar a gestão da informação das metas e valores políticos que regem o trabalho com a informação, ou seja, das políticas de informação.

Orna (2008) dá importante contribuição na aplicação das políticas de informação às organizações a partir do uso efetivo da informação, ou seja, como base para uma ação, com o objetivo de evitar riscos (prejuízos financeiros, desperdício de tempo, falhas de inovação) e para obter benefícios (gerenciamento da informação com uso das tecnologias de informação).

Além disso, a autora enfatiza que as políticas de informação/estratégias são necessárias, acima de tudo, para minimizar as consequências do desequilíbrio de poder e apresenta perspectivas futuras, tanto em nível nacional quanto organizacional, para a política de informação, tais como: prestar mais atenção para o aspecto social, buscando formas de cooperação entre indivíduos e a tecnologia; estimular colaboradores para a gestão da informação; trazer produtos de informação para o âmbito das políticas e estratégias de informação (ORNA, 2008).

Um importante momento que pode ser considerado como um “divisor de águas” no que se refere ao desenvolvimento de uma política de informação foi o Programa Sociedade da Informação no Brasil (Livro Verde), cujo objetivo seria:

Integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global (TAKAHASHI, 2000, p. 11).

O conjunto de propostas apresentado no Livro Verde abrange vários aspectos para a instalação de uma política de informação: ampliação do acesso, meios de conectividade, formação de recursos humanos, iniciativa à pesquisa e desenvolvimento de novas aplicações, o que certamente resultaria em benefícios sociais. Sob este prisma, vários segmentos da sociedade, em todas as instâncias, do público ao privado, foram impulsionados pelas expectativas geradas no entorno da Sociedade da Informação.

Dentre as ações do Programa que mais se destacaram estão aquelas que se referiam à infraestrutura de informação. O termo infraestrutura informacional, como conceituado no Livro Verde, introduz uma quebra paradigmática. É neste contexto que ressaltamos a afirmação de González de Gómez:

A relação entre política e informação, nos novos cenários, deverá ser buscada em sua imersão nos domínios econômicos e tecnológicos, desde onde atua no plano implícito das micropolíticas, inscrita em componentes técnicos e não técnicos do desenho e operacionalização dos dispositivos de informação ou através de figuras econômicas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 30).

A partir das definições acima e de uma melhor compreensão a respeito das relações existentes entre os temas Gestão da Informação e Política da Informação, pode-se dizer que a política de avaliação da Capes se enquadra neste contexto e, conseqüentemente, em um processo complexo.

Assim, exige-se que as instituições de ensino superior, geradoras e usuárias das diversas informações que acompanham o processo, desenvolvam um olhar técnico e específico, principalmente, no que se refere às normas, ao corpo social envolvido, ao processamento, ao tratamento e à disseminação das informações e do conhecimento produzidos para que efetivamente ocorram ações de mudança e de transformação social – regras e políticas construídas coletivamente.

2.4 A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO DA CAPES

A temática avaliação tem sido ponto de pauta nas discussões governamentais e é utilizada para estabelecimento de políticas públicas, principalmente nas agências de fomento para definir liberação de recursos.

Barros (1998, p. 76) enfatiza a presença do Estado na modernização da economia nacional ao afirmar que “[...] o envolvimento do Estado no contexto propulsor das atividades de ciência e tecnologia (C&T) tem como justificativa a associação do domínio do conhecimento científico no desenvolvimento econômico”.

Essa afirmação é corroborada por Romêo, Romêo e Jorge (2004, p. 16) ao atribuírem a importância do Estado Brasileiro “[...] como promotor de políticas educacionais e científicas [...]” que adquiriu importância na medida em que a comunidade científica ia se formando e, conseqüentemente, a necessidade de institucionalização da ciência ia se tornando mais frequente.

Avaliar as universidades e as atividades por elas desenvolvidas é um tema de constante debate e que envolve atores (gestores, docentes, discentes, técnicos, parceiros, entre outros) e agentes externos do Governo e da sociedade

civil. Pesquisadores de todas as áreas de conhecimento têm se dedicado ao estudo de uma série de temas que compõem essa complexa tarefa.

Mecanismos de avaliação, a partir de diferentes critérios e indicadores, propostos por órgãos governamentais e não governamentais, têm sido criados para medir a qualidade das universidades e das atividades por elas desenvolvidas.

A Capes é uma agência de fomento e, como tal, concede várias modalidades de bolsas e auxílios. Sozinha, responde por mais de 50% das bolsas de mestrado e doutorado no Brasil. Somada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq/MCT) atende quase 90% das bolsas nesses dois níveis de formação pós-graduada. Além disso, seu portal de periódicos é um dos maiores e melhores do mundo (RIBEIRO, 2011).

No entanto, o que distingue a Capes de outras agências de fomento, como o CNPq e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP), é, sobretudo, o fato de ela ser um órgão de avaliação e de seu fomento estar vinculado à avaliação dos programas de pós-graduação. A avaliação coordenada pela Capes serve, inclusive, de referência para as demais agências, para a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e para as próprias instituições de ensino superior.

A avaliação é um importante mecanismo e definidor de políticas institucionais e governamentais, mas, corre o risco de ser apenas um exercício acadêmico se não tiver o fomento, outro importante mecanismo. E o fomento, por sua vez, pode ser cego, se não levar em conta os resultados da avaliação. Essa “relação virtuosa” e exitosa entre esses dois mecanismos são garantidas pela tradição brasileira da avaliação dos cursos de pós-graduação, iniciada em 1976, e que é vista, pela maior parte dos especialistas, como o fator que atribui qualidade internacional na educação brasileira, por meio da pós-graduação *stricto sensu*. (BARRIGA, 2003; RIBEIRO, 2011).

E é por essas características e por se tratar de uma das mais importantes políticas públicas no campo da educação superior, que o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação Brasileira, proposto pela Capes, especificamente o processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, será foco também desta pesquisa.

2.4.1 A Pós-Graduação no Brasil e o Sistema Nacional de Pós-Graduação

Estudiosos apontam que os primeiros passos da pós-graduação brasileira foram dados no início da década de 1930 com o surgimento de um novo tipo de intelectuais e cientistas que atribuíam à ciência um novo patamar de atuação na sociedade e seus produtos “[...] deveriam ser utilizados para tornar o país mais moderno, racional e eficiente” (MARTELETO, 2009).

Mas, o crescimento na demanda por conhecimento científico foi provocado no contexto pós Segunda Guerra Mundial e a presença do Estado Brasileiro foi definitiva, neste período, com ações tanto nas políticas para a ciência e tecnologia, quanto nos programas de informação científica e tecnológica. A criação, em 1951, do CNPq e da Capes são marcos fundamentais da institucionalização da pesquisa no país e até hoje são responsáveis pelo seu desenvolvimento. Desse período também data a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 1954, com ação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e de lideranças profissionais e políticas brasileiras.

No entanto,

[...] foi no final da década de 60, durante o período militar, que políticas mais sistemáticas e abrangente, voltadas para o segmento de Ciência e Tecnologia, vão surgir de maneira efetiva, principalmente com o Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED, que vigorou de 1968 a 1970 [...] (ROMÊO; ROMÊO; JORGE, 2004, p. 15).

Em 1964, ocorre a mudança no nome da Capes, passando de Campanha a Coordenação, com subordinação ao MEC e orientada por um Conselho Deliberativo, diminuindo a participação do corpo técnico da agência.

A implantação formal dos cursos de pós-graduação no Brasil deu-se em 1965, com o Parecer n.º 977 do Conselho Federal de Educação, nos moldes norte-americanos. A pós-graduação *stricto sensu* foi concebida em dois níveis independentes – mestrado e doutorado – e sem relação de pré-requisitos entre o primeiro e o segundo. Nesse ano de 1965, 27 cursos são classificados no nível de mestrado e 11 no de doutorado, totalizando 38 no país.

Na década de 1970, as ideias e os planejamentos, concebidos nos anos 1960, foram aperfeiçoados e executados, com várias reformas.

Em 1970, a Capes volta a ser órgão autônomo do MEC, em contato com o Departamento de Assuntos Universitários (DAU) e com o CNPq e, em 1974, cria-se o Conselho Técnico Administrativo (CTA), em substituição ao Conselho Deliberativo, com atribuição de propor linhas de atuação em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG).

O CNPq, inicialmente criado para formalmente organizar a ação governamental na área de C&T e ligado à presidência da República, passa a denominar-se Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1974), vinculado ao Ministério de Planejamento Econômico, com o objetivo de coordenar, a partir de 1975, o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), juntamente com a recém-criada Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Em 1976, o IBBD tem seu nome alterado para IBICT “[...] acompanhando as transformações de perfil do CNPq e o movimento disciplinas da informação científica e tecnológica em âmbito mundial” (MARTELETO, 2009).

A participação da Capes na institucionalização e regulamentação da pós-graduação no Brasil é incontestável e sua atuação junto ao DAU permitiu a elaboração e implantação do I PNPG, a partir de 1973, no âmbito do Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPq).

Barros (1998) apresenta toda a conjuntura do período (1970 a 1979) e demonstra o importante papel que o CNPG desempenhou com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), período em que a pós-graduação passou a ser vista como parte integrante do sistema universitário e, conseqüentemente, do sistema educacional brasileiro.

O I PNPG, articulado ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), através do Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC) e do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), foi desenvolvido em um contexto de abundância de recursos provenientes do FNDCT. Elaborado para um período de cinco anos (1975-1979), apresentava como diretrizes: institucionalizar o sistema de pós-graduação, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe financiamento estável; elevar os padrões de

desempenho e racionalizar a utilização de recursos; planejar sua expansão tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões (CAPES, 2010b).

Dentre as metas ressaltam-se: a capacitação de docentes nas instituições de ensino superior; o aumento da titulação e ampliação de vagas nos cursos de mestrado e de doutorado; a distribuição setorial e regional dos novos cursos levando em conta o papel estratégico das áreas científicas básicas (CAPES, 2010b).

No ano de implantação do I PNPG (1975), funcionavam no Brasil 195 cursos de mestrado e 68 de doutorado em 50 instituições de ensino superior. Foi a partir do I PNPG que se recomendou a criação das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP, 2003 apud ROMÊO; ROMÊO; JORGE, 2004).

Nesse momento de expansão da pós-graduação em que se evidencia a burocratização das universidades, transformadas em pesadas organizações, é que se exige regulação e controle das atividades desenvolvidas, principalmente nos programas de pós-graduação.

E é nesse contexto que a Capes implantou, em 1976, a sistemática de avaliação por meio de comissões de consultores – a avaliação por pares –, sendo a primeira delas realizada em 1978.

Segundo Cassandre (2008, p. 88):

A partir do ano de 1977 a CAPES se tornou responsável pela avaliação dos Programas de Pós-Graduação existentes no Brasil, contribuindo para o levantamento de informações acerca dos cursos existentes, subsidiando as decisões do governo no tocante às políticas públicas para ensino superior e alocação de recursos públicos de financiamento, como Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Financiadora de Projetos, a chamada Finep.

A década de 1980 foi de grandes avanços e desafios para a Capes, inclusive com a criação do Sistema CAPES/Conselho Federal de Educação (CFE) para a análise do credenciamento dos cursos de pós-graduação. Com a extinção do CNPG, a Capes teve suas atribuições aumentadas, deixando de ser órgão de distribuição de bolsas e assumindo, efetivamente, o papel de agência fomentadora de programas de pós-graduação e responsável pela elaboração do PNPG.

Ao longo dos anos 1980 houve maior investimento na estruturação e no aperfeiçoamento do sistema de monitoração e avaliação dos programas, com a progressiva informatização e aprimoramento dos formulários de coleta de dados.

Evidencia-se também, neste período, um maior envolvimento da comunidade acadêmica no processo avaliativo, com a criação de comissões de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e a realização das visitas *in loco*, por consultores das respectivas áreas (HOSTINS, 2006).

O II PNPG (1982-1985), elaborado em consonância com o II PND e o III PBDCT, sofreu com os efeitos da crise econômica pela qual passava o Brasil e que retraiu os recursos designados para a pós-graduação, e as metas expansionistas do plano anterior deram ênfase à discussão da qualidade do ensino superior. Seus objetivos enfatizavam também uma maior participação da comunidade científica nas decisões sobre a política e o processo de avaliação da pós-graduação, além de procurar adequar os programas às necessidades do país, seja para a produção científica e acadêmica, seja para o aumento de sua capacidade tecnológica e produtiva (CAPES, 2010b).

Romêo, Romêo e Jorge (2004, p. 20) afirmam que:

[...] o II PNPG foi bem sucedido na implantação da avaliação, que se tornou rotineira. A preocupação constante com seu aprimoramento conduziu a participação da comunidade acadêmica nesse processo. A presença de comissões de consultores científicos fez com que a Capes assumisse um papel importante na condução da política do país.

O III PNPG vigorou no período de 1986 a 1989 e teve como mérito uma maior articulação entre as agências de fomento, também objetivo do I PND da Nova República. Além disso, acrescenta a necessidade de institucionalização e ampliação da pesquisa como elemento indissociável da pós-graduação, de sua integração ao sistema nacional de ciência e tecnologia e a consequente consolidação e melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação. Nessa perspectiva, “[...] a ênfase principal desse plano está no desenvolvimento da pesquisa pela universidade e a integração da pós-graduação ao sistema de ciência e tecnologia” (CAPES, 2010b, p. 14).

As relações entre ciência, tecnologia e setor produtivo são também abordadas, indicando uma tendência a considerar essas dimensões de forma integrada. No entanto, é no III PNPG (1986-1989), no III PBCDCT (1980-1985) e no I PND da Nova República (1986-1989), no tópico referente à ciência e tecnologia, que se percebe maior preocupação com a integração das três dimensões. A desigualdade regional, tratada em planos anteriores, é enfatizada neste III Plano.

O período de 1982 a 1989 foi caracterizado por estabilidade da Capes, e nem mesmo a transição para a Nova República, em 1985, efetuaram-se grandes mudanças. A continuidade administrativa torna-se uma marca da Instituição que se destaca pela formulação, acompanhamento e execução da Política Nacional de Pós-Graduação.

Em regra, os PNPGs eram formulados com o intuito de rever o que fora realizado, definir novas metas e, eleger prioridades, estabelecer coordenadas no sentido de formular a política nacional sobre a pós-graduação. É no processo de elaboração dos planos nacionais que se mobilizam as agências de fomentos, os fóruns regionais e nacional dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação e da comunidade acadêmica no sentido de (re)discutir o aperfeiçoamento do sistema e as necessidades e desafios da política a ser implementada (ROMÊO; ROMÊO; JORGE, 2004, p. 20).

Pode-se dizer que os PNPG contribuíram para a institucionalização das bolsas de auxílio e para a ampliação das comissões avaliadoras com participação da comunidade científica, participação esta formalizada pela volta do Conselho Técnico-Científico (CTC), em 1986.

Segundo esses autores, os anos que se seguiram a 1989, último ano do III PNPG, foram um tanto conturbados e caracterizados “[...] por uma série de discussões e desinteresses políticos que acabaram por criar uma situação *sui generis* em relação às diretrizes e os objetivos da pós-graduação para a década de 90 e início do século XXI” (ROMÊO; ROMÊO; JORGE, 2004, p. 20).

Em 1990, por meio de uma medida provisória (Medida Provisória n.º 150, de 15-3-90), a Capes chegou a ser extinta, mas, graças a uma intensa mobilização da comunidade científica e do MEC, consegue-se reverter a medida que ainda seria apreciada pelo Congresso Nacional e, em abril do mesmo ano, a Capes é recriada (Lei n.º 8.028/1990, de 12-4-90) (ROMÊO; ROMÊO; JORGE, 2004).

As políticas atingiram seu clímax nos anos de 1994 a 2002, quando foram empreendidas ações com vistas à reforma universitária e à realização de mudanças radicais na educação superior e no modelo da pós-graduação brasileira. Duas estratégias podem ser consideradas cruciais: a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), por meio da Lei n.º 9.394/96, e o uso de dispositivos legais como decretos-leis, medidas provisórias, portarias

ministeriais, propostas de emendas constitucionais (EVANGELISTA; MORAES, 2002 apud HOSTINS, 2006).

Segundo Hostins (2006), a LDBEN contribuiu para a diferenciação e o desmembramento das atividades de ensino-pesquisa-extensão e para sua mercantilização, criando os centros de educação superior, institutos, faculdades, escolas superiores, universidades especializadas em campos específicos de saber, ou seja, flexibilizou as possibilidades de comercialização do conhecimento sob o *slogan* da democratização da educação.

De acordo ainda com esse autor, para sustentação dessas medidas, a referida legislação criou as condições para a diversificação de suas fontes de financiamento e o desenvolvimento de pesquisas, realizados no âmbito das instituições com vocação para tal, passa a ser realizado em associação com o setor produtivo público e privado, sob a alegação de produzir benefícios econômicos e sociais ao país.

As tendências de mudança no modelo de financiamento, a eficiência pela implantação de sistemas avaliativos e as pressões por relações mais estreitas com o setor produtivo, seguiam as orientações de agências internacionais como a Unesco e o Banco Mundial, com papel decisivo na legitimação de discursos de agenda de transformação.

No ano de 1996, a Diretoria-Executiva da Capes, formulou uma pauta de trabalho com vistas à execução de um novo Plano, com previsão de realização de um seminário sobre problemas e perspectivas da pós-graduação no Brasil. O Seminário Nacional: “Discussões da Pós-Graduação Brasileira”, ocorreu no final desse mesmo ano, contando com a presença de pró-reitores, representantes da comunidade acadêmica, da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), representantes de órgãos públicos e agências de fomento. Especialistas internacionais foram convidados para avaliar a sistemática de avaliação objetivando seu aprimoramento, bem como os programas com elevados níveis de “inserção internacional”. Naquele momento, também se constituiu a Comissão para elaboração do IV PNPG (HOSTINS, 2006).

Nessa ocasião, a Capes divulgou o documento: Discussão da Pós-Graduação Brasileira, contendo onze estudos que haviam sido encomendados anteriormente pela Capes, sobre temas considerados pela agência, fundamentais

para a formulação do IV PNPG: evolução das formas de organização da pós-graduação brasileira; formação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e o mercado de trabalho; integração entre pós-graduação e graduação; carreira acadêmica e qualificação do corpo docente no sistema de ensino superior; avaliando a avaliação da Capes; expansão da pós-graduação: crescimento das áreas e desequilíbrio regional; financiamento e custo da pós-graduação (CAPES, 2010a).

No ano de 1997, a Capes publicou um número especial do *InfoCapes* (edição comemorativa dos seus 45 anos) contendo as sínteses dos relatos dos Grupos de Trabalhos do Seminário Nacional.

Versões preliminares do IV PNPG foram elaboradas, porém com divulgação restrita a membros da Capes e a versão mais completa, que não se constituiu documento público, apresentava os seguintes tópicos: evolução do sistema; grandes desequilíbrios do sistema; pressão da demanda por pós-graduação; fatores estruturais que bloqueiam o desempenho do sistema; a Capes e sua integração com outros órgãos (CAPES, 2004).

A versão definitiva do Plano, não publicada oficialmente, deve-se ao fato de que,

[...] uma série de circunstâncias, envolvendo restrições orçamentárias e falta de articulação entre as agências de fomento nacional, impediu que o Documento Final se concretizasse num efetivo Plano Nacional de Pós-Graduação. No entanto, diversas recomendações que subsidiaram as discussões foram implantadas pela Diretoria da Capes ao longo do período, tais como expansão do sistema, diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional da pós-graduação (CAPES, 2004, p. 17-18).

Nesse período que antecede a elaboração do V PNPG é que surgem os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional. No final de 1995 uma portaria da Capes chamou a atenção para o fato de que a pós-graduação *stricto sensu* poderia conduzir a formação para o mercado não acadêmico, o que se chamava de mercado profissional. A concepção dessa modalidade merecia um olhar distinto da pós-graduação acadêmica, mas, dois anos depois da publicação dessa portaria, o sistema não havia reagido, e o número de propostas de mestrado profissional era muito pequeno (NEVES, 2002 apud HOSTINS, 2006).

Mesmo com a aparente indiferença do sistema, a Capes edita em 16-12-98, “a Portaria n.º 80 que dispõe sobre os pressupostos e procedimentos para a recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado profissional” (HOSTINS, 2006, p. 146).

Assim, o IV PNPG, elaborado a partir de processos de discussão amplamente participativos, representou o resgate de uma série de documentos, um conjunto de regras, diretrizes, objetivos, metas e finalidades e, embora não tenha sido assimilado como uma política de governo confere as bases para a discussão que se inicia, em 2004, para o V PNPG (2005-2010).

O V PNPG elegeu como objetivos para a pós-graduação no período de sua vigência, os seguintes temas: o fortalecimento das bases científicas, tecnológica e de inovação; a formação de docentes para todos os níveis de ensino; a formação de quadros para mercados não acadêmicos. Além disso, verifica-se a incorporação de questões como: as assimetrias regionais; estabilidade e indução de programas em áreas estratégicas; a integração da pós-graduação com o setor empresarial privado e o estatal; a formação de professores; e um novo desafio que é o ensino de pós-graduação a distância.

Enfim, o V PNPG conclui que:

Em síntese, o sistema nacional de pós-graduação, enquanto eixo estratégico do desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e social do país deve procurar atender às necessidades nacionais e regionais e continuar contando com políticas públicas que o façam crescer com qualidade e relevância (CAPES, 2004, p. 89).

No ano de 2011 entra em vigor o VI PNPG (2011-2020) que tem por objetivo definir novas estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

Paralelamente a esse Plano vem sendo elaborado o novo Plano Nacional de Educação (PNE) que se trata de um grande marco na história da educação brasileira, pois, pela primeira vez, um plano nacional de educação contemplará as metas de pós-graduação visto que o PNPG será parte integrante do PNE.

O grande destaque e desafio do VI PNPG reside na inter(multi)disciplinaridade na pós-graduação. As experiências multidisciplinares remontam aos anos 1990, com a criação em 1999 da área multidisciplinar. Em 2008,

depois da avaliação trienal concluída em 2007, em razão do crescimento da área, houve um rearranjo e a mudança na nomenclatura passando a ser designada por área interdisciplinar e compondo, com outras áreas, a grande área multidisciplinar (CAPES, 2010b).

As diretrizes fixadas para estas temáticas (multi e interdisciplinares), tanto para o fomento quanto para a avaliação, dão condições para que o SNPG incentive ou introduza uma nova política de criação de cursos, com vistas a dar um salto rumo à excelência.

Outras temáticas não menos importantes, também foram incorporadas ao VI PNPG, entre elas: as assimetrias; a educação básica: novo desafio para o SNPG; os recursos humanos para empresas; os recursos humanos e programas sociais; a internacionalização e a cooperação internacional; o financiamento da pós-graduação; a indução nas agências.

Analisando os PNPG fica evidente a evolução de seus objetivos e orientações. Criados a partir da década de 1970, os PNPG tinham como objetivos iniciais a institucionalização do sistema e a consolidação como atividade regular no âmbito das universidades, garantindo-lhes financiamento estável (I PNPG), passando pela institucionalização da pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação (II PNPG), a estabilidade e indução (V PNPG), até a questão da inter(multi)disciplinaridade destinados a projetos integradores multi e interdisciplinares, com foco nas questões de interesse da sociedade (VI PNPG).

De acordo com Cury (2004, apud MARTELETO, 2009, p. 4):

Entre as vantagens do processo de elaboração dos planos nacionais de pós-graduação está a mobilização das agências de fomento, dos programas de pós-graduação do país, do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, dos professores-pesquisadores, das sociedades científicas e dos pós-graduandos em torno de um debate cujo objetivo último é aperfeiçoar o sistema para melhor responder às necessidades do presente e aos desafios do futuro do Brasil e de todos os brasileiros. A existência de um PNPG faz com que o desenvolvimento científico, tecnológico e educacional do país não fique a mercê de interesses da ocasião (CURY, 2004 apud MARTELETO, 2009, p. 4).

Observa-se assim que a preocupação inicial da Capes era dar garantias às condições acadêmicas e ao desenvolvimento de pesquisas com eficiência e que, nos últimos anos, privilegia e estimula o princípio de que os

programas de pós-graduação devam atender, sobretudo, as demandas da sociedade.

2.4.2 Sistema Nacional de Avaliação Pós-Graduação da CAPES

O Sistema de Avaliação da Pós-Graduação da Capes foi implantando em 1976, com a finalidade de desenvolver a pós-graduação e a pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Para tanto, busca cumprir seu papel de: a) estabelecer o padrão de qualidade exigido nos cursos de mestrado e doutorado; b) impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG); c) contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação com eficiência; d) montar banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação; e) subsidiar a política de desenvolvimento da pós-graduação no País (MACCARI et al., 2011).

A Capes e o CNPq, ao longo de suas trajetórias, criaram dois importantes sistemas nacionais de avaliação acadêmica: o primeiro, orientado para avaliar a qualidade dos programas de formação de recursos humanos pós-graduados, e o segundo, voltado para avaliar individualmente os pesquisadores e os líderes de grupos de pesquisas (CAPES, 2004).

Na Capes, os sucessivos Planos Nacionais de Pós-Graduação contribuíram para aperfeiçoar o que conhecemos hoje como o Sistema Nacional de Avaliação de Programas de Pós-Graduação. Esse sistema vem sendo usado para o credenciamento e reconhecimento do caráter nacional dos programas de pós-graduação e seus diplomas, acarretando positiva repercussão na política de fomento à pesquisa nas universidades e na distribuição de bolsas de mestrado e de doutorado.

O Sistema de Avaliação da Pós-Graduação mantido pela Capes – órgão vinculado ao MEC – desempenha, desde sua implantação, papel fundamental no desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil, tendo se constituído em fator decisivo para a elevação da qualidade dos cursos de mestrado e doutorado do país.

A avaliação desenvolvida pela Capes acompanha a evolução da pós-graduação nacional e proporciona dados importantes para a política de investimento no setor.

Além disso, é caracterizada por três eixos: a) é feita por pares, oriundos das diferentes áreas de conhecimento e reconhecidos por sua reputação intelectual; b) tem natureza meritocrática, levando a classificação dos e nos campos disciplinares; e, c) associa reconhecimento e fomento, definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento dos programas.

O sistema abrange dois processos distintos – que se referem à entrada e à permanência dos Cursos de Pós-Graduação no SNPG –, conduzidos por comissões de consultores do mais alto nível, vinculados a instituições de ensino superior das diferentes regiões do país.

O processo de avaliação que caracteriza a entrada é a Avaliação das Propostas de Cursos Novos e o que caracteriza a permanência é a Avaliação dos Programas de Pós-Graduação.

Os dois processos – Avaliação das Propostas de Cursos Novos e Avaliação dos Programas de Pós-Graduação – são alicerçados em um mesmo conjunto de princípios, diretrizes e normas, compondo um só Sistema de Avaliação, cujas atividades são realizadas pelos mesmos agentes: os consultores acadêmicos.

A Avaliação das Propostas de Cursos Novos é parte do processo estabelecido para a admissão de novos programas e cursos como integrantes do SNPG. Ao avaliar as propostas de cursos novos, a Capes verifica a qualidade de tais propostas e se elas atendem ao padrão de qualidade requerido desse nível de formação. Os resultados desse processo são encaminhados ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para fundamentar a deliberação desse órgão sobre o reconhecimento dos novos cursos.

A Avaliação dos Programas de Pós-Graduação compreende os processos de Acompanhamento Anual e de Avaliação Trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o SNPG.

O Acompanhamento Anual é realizado no período compreendido entre os anos de realização das avaliações trienais. Tem por objetivo o estabelecimento de um diálogo entre a Capes e as instituições promotoras de cursos de mestrado e doutorado com vistas à orientação da atuação dos programas de

forma que possam elevar a qualidade de seu desempenho e superar os problemas que eventualmente estejam a enfrentar – se possível antes da avaliação trienal subsequente. O acompanhamento não implica na atribuição de conceitos aos programas, apenas na apresentação de um parecer com os comentários considerados pertinentes pela comissão de área, e não enseja que seus resultados sejam contestados mediante a apresentação de recursos ou pedidos de reconsideração.

A Avaliação Trienal é realizada ao final de cada triênio, sendo o ano de sua realização estabelecido pela sequência histórica do processo de avaliação da Capes. Os resultados da avaliação de cada programa são apresentados na "Ficha de Avaliação", definida pelo CTC, de que constam, no que se refere aos vários quesitos e itens avaliados, os atributos a ele consignados, com os respectivos comentários e justificativas da comissão avaliadora. Ao final, o desempenho do programa é expresso pela atribuição de um conceito na escala de "1" a "7", que corresponde ao desempenho do programa no triênio.

Tais resultados podem ser contestados pelas IES mediante a apresentação de recurso manifestando-se contrariamente à decisão inicial comunicada pela Capes e que, uma vez homologados pelo CNE/MEC, têm validade até a homologação dos resultados da avaliação trienal subsequente.

Os resultados da avaliação trienal realizada pela Capes, além de indicarem a qualidade do desempenho e a posição relativa de cada programa no contexto de sua respectiva área, servem de referência para as decisões dos órgãos governamentais de investimento na pesquisa e na pós-graduação e fundamentam as deliberações do CNE sobre quais cursos de mestrado e de doutorado obterão, para vigência no triênio seguinte, a renovação de seu "reconhecimento".

Os programas, após o processo de avaliação, quando obtêm conceito igual ou superior a 3 na avaliação da Capes, atendem às exigências mínimas da legislação vigente, sendo portanto, reconhecidos pelo CNE e, em decorrência, podem expedir diplomas de mestrado e ou doutorado com validade nacional.

A partir de 1998, a escala de conceituação mudou para o sistema numérico de 1 a 7, considerados cursos de padrão internacional os contemplados com os conceitos 6 e 7, sendo que os cursos 7 ocupam o topo do sistema. Durante a

implantação da escala numérica, a Capes adotou a sistemática de ratificar os cursos 7, mediante pareceres de consultores internacionais. Esse expediente, sem dúvida importante, não foi renovado nas avaliações trienais subsequentes (CAPES, 2010b).

Os conceitos básicos que caracterizam o nível de desempenho dos Programas/Cursos reconhecidos pelo MEC são expressos pelas notas e atribuídos conceitos: 5 (Muito Bom), 4 (Bom), 3 (Regular), 2 Fraco e 1 (Deficiente). Os conceitos 6 (Ótimo) e 7 (Excelente) são reservadas e atribuídas aos Programas enquadrados como conceito 5 na primeira fase de realização da avaliação trienal que apresentem desempenho equivalente aos dos centros internacionais de excelência e que tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais Programas da Área.

A principal finalidade do Sistema de Avaliação é obter os indicadores de produtividade da Pós-Graduação no Brasil, além de servir de base para a formulação de políticas para a área da pós-graduação e para o dimensionamento das ações de fomento (bolsa, auxílios, apoios).

Assim, pode-se considerar o Sistema de Avaliação da Capes como captador, organizador, controlador e produtor de indicadores dos programas de pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil.

Diante do histórico da evolução e dos resultados verificados no sistema de pós-graduação, nota-se que se trata de um processo extremamente positivo e que contribuiu para a constituição de um sistema sólido, exigente e respeitado. Trata-se de uma experiência bem sucedida, a despeito das imperfeições, e que pode ser aperfeiçoado, ajustando-se às mudanças e necessidades do conjunto das áreas do conhecimento (CAPES, 2010a).

Dentre as características apresentadas como motivo de sucesso institucional do sistema pode-se atribuir o envolvimento de docentes e pesquisadores, o que lhe confere um estilo ágil de funcionamento e se reflete na eficiência do seu trabalho.

No entanto, por ser de âmbito nacional, o sistema, muitas vezes, reflete distorções, dado as diferentes características de um país com as dimensões do Brasil. A atribuição de conceitos de avaliação deve considerar as assimetrias regionais, apontadas no V e VI PNPG. Essas diretrizes constituem-se em fator importantíssimo para o desenvolvimento da pós-graduação e do país.

Além disso, ainda que se reconheça o sistema de pós-graduação e o de avaliação que o acompanha, como experiência de grande êxito e reconhecida nacionalmente no meio acadêmico, é necessário introduzir mecanismos de correção no conjunto, considerando a sua complexidade, a sua maturidade e a sua dinâmica.

De acordo com Hortale (2003, p. 1838):

[...] o sistema de avaliação da Capes está mais orientado para a pesquisa do que para a qualidade do ensino. No instrumento de avaliação utilizado, não há indicadores próprios para avaliar os métodos de ensino, a qualidade é inferida com base na análise do número de publicações, da qualidade do corpo docente, das orientações realizadas e da carga horária docente do programa.

Neste sentido, espera-se que os resultados desta pesquisa, assim como as reflexões apresentadas possam consubstanciar no desenvolvimento de políticas institucionais no âmbito da Instituição, visando à melhoria do processo de avaliação interna, do desempenho dos programas e do desenvolvimento da política de pós-graduação em nível institucional, nacional, regional e internacional. Enfim, que a experiência adquirida e acumulada nas instituições de ensino superior, em especial, na UEL, a partir da consolidação do processo de avaliação da Capes, ultrapasse os limites de avaliação externa para efeitos específicos de avaliação e de regulação por parte do governo federal.

2.4.3 O Processo de Avaliação da Pós-Graduação *Stricto sensu*

O processo de avaliação dos programas de pós-graduação, que formam o Sistema Nacional de Avaliação de Programas de Pós-Graduação, implantando em 1976, pela Capes/MEC, compreende a coleta anual de dados, fase inicial do processo, o tratamento dos dados e a construção de indicadores, a análise e avaliação dos dados, e a consequente atribuição de conceitos aos programas.

A avaliação da pós-graduação *stricto sensu* tem por principal base a coleta de dados da Capes que, anualmente, recolhe dos programas, informações sob seu desempenho. São dados detalhados que constituem uma das mais importantes bases de dados do ensino superior do mundo. Essa base, por sua vez, é trabalhada pela Capes, atendendo aos critérios de qualidade dos programas, definidos por cada área.

O Sistema de Avaliação da Capes, tal como apresentado no Manual do Usuário, elaborado pela Capes (2012), é composto por um conjunto de aplicativos computacionais interligados e complementares, com finalidades e objetivos distintos, sendo que alguns são concebidos como instrumentos de avaliação dos programas de pós-graduação. São eles:

- **Aplicação Coleta de Dados:** um aplicativo destinado a reunir os dados dos programas (individualmente), com objetivos que possibilitam a interface de registro dos dados, consultas e utilização no programa, a emissão de relatórios, e a exportação dos arquivos para depósitos remotos. O outro aplicativo, utilizado pela Reitoria, reúne os dados de todos os programas da IES e tem como objetivos: dispor os dados para consultas e utilização na IES, emitir relatórios, e transferir dados para a Capes.
- **Aplicação Coleta de Dados – Capes:** o aplicativo reúne na Capes os dados coletados de todas as IES e tem como objetivos principais: dispor os dados para consulta e emissão de relatórios; dispor de possibilidade alternativa de coleta.
- **Aplicação Webqualis:** aplicativo que permite a classificação dos veículos de divulgação da produção intelectual, em periódicos, dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, bem como a divulgação do resultado dessa classificação (por área). Tem como objetivo principal possibilitar a classificação dos periódicos para fins de avaliação, a partir de oito estratos, sendo A1 o mais elevado, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C, com peso zero.
- **Aplicações Deadalus e Icaro:** aplicativos que consolidam os dados de todas as IES, realizam cruzamentos, calculam indicadores e preparam relatórios anuais e plurianuais. Tem como principal objetivo consolidar e sintetizar as informações para a avaliação dos programas e para a elaboração de catálogos e relatórios.
- **Aplicação Acompanhamento/SNPG:** aplicativo destinado à administração do processo de avaliação, auxiliando as definições da comissão de consultores, do calendário de avaliação e a preparação e divulgação dos relatórios da avaliação.

- **Aplicação Ficha de Avaliação:** aplicativo que oferece apoio direto à última etapa do processo de avaliação e é utilizada diretamente pelas comissões que analisam os dados coletados, bem como pelo CTC para atribuição dos conceitos aos programas.

O foco para nossa pesquisa é o Aplicativo Coleta de Dados, utilizado pelos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*, e considerado a base para todo o processo de avaliação desses programas.

O Aplicativo Coleta de Dados é um sistema informatizado desenvolvido com o objetivo de coletar, anualmente, informações dos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional, integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), para fins de acompanhamento e avaliação pela Capes. Os dados coletados também são importantes para a constituição da chamada “memória da pós-graduação” – acervo de informações consolidadas sobre o SNPG.

Além disso, “a coleta de dados objetiva, ainda, prover a Capes de informações necessárias ao planejamento de seus programas de fomento e delineamento de suas políticas institucionais” (CAPES, 2012, p. 6).

A concepção básica e o detalhamento da coleta de dados do Aplicativo são constantemente submetidos à apreciação e análise dos integrantes do SNPG (docentes, pesquisadores, coordenadores de programas e comissões de avaliação). Com base nas críticas e sugestões apresentadas, melhorias têm sido incorporadas no Aplicativo, quando pertinentes.

O processo de coleta de dados implica na obrigatoriedade que todos os programas, reconhecidos e cancelados pela Capes, têm de alimentar planilhas do sistema, apresentadas sob o formato de relatórios, de maneira a subsidiar os avaliadores indicados pela Capes, visando o acompanhamento e a avaliação de todas as atividades de ensino e pesquisa, realizadas ao longo do ano anterior, pelos docentes e discentes, vinculados a um determinado programa. Este processo é realizado no período compreendido entre os anos de realização das avaliações trienais.

Embora os indicadores sejam calculados com base nas informações quantificáveis dos programas, a ênfase do processo de avaliação reside nos aspectos qualitativos de seus desempenhos.

Apesar de estabelecer critérios gerais de avaliação, cada área tem autonomia para elaborar e definir aspectos essenciais de qualidade, mas levando-se em conta, essencialmente, a produção científica dos docentes e discentes, a formação do corpo docente, a qualidade da formação dos alunos e, também, o impacto social do programa.

Cada Programa de Pós-Graduação é avaliado na área de avaliação, que encerra sua Área Básica, que caracteriza o domínio de conhecimento que é referência de suas atividades e de seu cadastramento e recomendação pela Capes.

A etapa do processo de avaliação que corresponde à análise dos dados e consequente atribuição dos conceitos aos programas, compreende três fases:

- a) determinação dos critérios de avaliação;
- b) avaliação individual dos Programas; e
- c) elaboração do documento de área.

Na primeira fase são definidos os critérios a serem aplicados na apreciação dos itens componentes de cada um dos quesitos de avaliação e para atribuição dos conceitos. Nessa fase é elaborado o perfil de excelência da área de avaliação.

A segunda fase, que compreende a efetiva análise dos dados de cada Programa com aplicação dos critérios anteriormente definidos, resultará no conceito do Programa. Nessa fase também é feita a análise evolutiva e são apresentados comentários e recomendações.

Na terceira e última fase é elaborado o documento de área, no qual deve constar uma apreciação abrangente da situação e das perspectivas da área de avaliação. A análise comparativa dos resultados das avaliações individuais dos Programas pode ser utilizada para subsidiar ajustes dos conceitos atribuídos inicialmente.

Uma comparação entre os dados de cada Programa e os padrões de referência adotados pela comissão de área de avaliação antecede a fase de atribuição de conceitos. Para isso, os dados são dispostos num conjunto amplo e multifacetado de relatórios – síntese e indicadores, de modo a permitir uma apreensão abrangente das atividades e dos resultados do Programa avaliado.

Assim, são formados quatro agrupamentos de informação consolidada, com os respectivos aspectos e detalhamentos:

- a) proposta do programa: informações institucionais sobre os programas
 - proposta e objetivos: orientações gerais
 - cursos: nível e ano de início
 - área de concentração: linhas de pesquisa, áreas de conhecimento correlatas ou afins
- b) estruturação do Programa: refere-se à organização e estruturação do Programa para cumprimento de seus objetivos de pesquisa e de formação de pessoal.
 - recursos humanos: corpo docente; pesquisadores; outros participantes; discentes-autores.
- c) resultados das atividades (no ano-base):
 - corpo discente: fluxo de alunos.
 - produção intelectual: teses e dissertações; produção bibliográfica; produção técnica; produção artística.
- d) informações complementares: livremente encaminhados pelo programa, não sendo quantificável e não submetidas a tratamento.

Ao final é elaborado o Caderno Programa: Síntese dos Dados e Indicadores (Relatórios – Síntese e Indicadores sobre cada Programa, por Ano-Base).

A Capes conta com o CTC, composto por representantes de cada uma das grandes áreas, indicados pelos representantes de área, pelo presidente e pelos três diretores da Capes, por um representante do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação e por um representante da Associação Nacional dos Pós-Graduandos. Dentre as finalidades, o CTC auxilia na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico e dos PNPG.

Horta e Moraes (2005) destacam que, nesse sistema, os cursos de mestrado e de doutorado constituem-se em uma unidade básica, denominada Programa, não sendo mais avaliados separadamente, sendo que o sistema atribui

maior relevância aos cursos de excelência que possuem inserção internacional. Afirmam também que o Sistema dá uma organicidade para as questões de linhas de pesquisa, projetos, estrutura curricular, publicações, teses e dissertações, além de reforçar a ideia de que a pós-graduação deve ser, prioritariamente, o lugar da produção de conhecimento e da formação de novos pesquisadores.

A avaliação da pós-graduação brasileira, realizada pela Capes, tem sido amplamente estudada e debatida em diferentes níveis e instâncias, entretanto, são poucos os estudos que levam em consideração o ponto de vista dos coordenadores dos programas, dos docentes e de pesquisadores que neles atuam, menos ainda, se considerarmos o ponto de vista de Ciência da Informação.

Um referencial neste sentido é o trabalho de Saorim (2009) que analisou o sistema de avaliação da pós-graduação da Capes, a partir da visão dos gestores dos programas de pós-graduação da UFPB. Seu trabalho teve como foco investigar os pontos de vista dos coordenadores de programas em relação às dimensões e as subdimensões da avaliação da pós-graduação e, ao mesmo, debater as contribuições da Ciência da Informação para o bom funcionamento do Sistema de Avaliação da Capes.

O processo de avaliação dos Programas de Pós-Graduação compreende o acompanhamento anual e a avaliação trienal do desempenho, no qual os resultados são expressos pela atribuição de uma nota/conceito. No entanto, a principal base para o processo é a coleta de dados, sob a responsabilidade dos coordenadores de programas e repassados pelas respectivas IES à Capes, por meio do Aplicativo Coleta de Dados Capes.

Neste sentido, pode-se inferir que ocorram algumas situações durante o processo que, por vezes, dificultam ou impedem a melhoria dos programas, uma vez que grande parcela dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL não tem conseguido melhorar seus desempenhos.

Assim, acredita-se que uma das inúmeras finalidades e utilidades desse processo de avaliação é permitir que as próprias instituições avaliadas procedam análises criteriosas e detalhadas, não somente a partir dos resultados finais, mas também e, principalmente, a partir dos dados informados anualmente e dos pareceres emitidos pelas Comissões de Áreas que retratam o desempenho dos programas. Tais análises poderão auxiliar e subsidiar a definição de políticas de

aprimoramento interno para o desenvolvimento e desempenho dos programas, se possível, antes da avaliação trienal.

E é nessa direção que se propôs identificar e analisar o regime de informação adotado no processo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* da UEL, como uma proposta de melhoria do processo informacional no âmbito institucional, conseqüentemente, no desempenho dos programas, objetivando uma melhoria no processo de avaliação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem natureza aplicada e envolve o estudo de aspectos relacionados à Ciência da Informação, em especial, ao Regime de Informação e, conseqüentemente, à política de informação, visando à identificação de elementos que compõem o regime de informação e de situações relativas ao problema da pesquisa.

Quanto aos objetivos, num primeiro momento, a pesquisa pode ser classificada como exploratória, pois tal como afirmam Selltiz e colaboradores (1975, p. 59), é quando se busca familiarizar “com o fenômeno ou conseguir uma nova compreensão deste [...]”. Para tanto, a fim de compreender melhor o fluxo informacional do processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, proposto pela Capes, foi realizado um mapeamento parcial do processo informacional da avaliação proposta pela Capes, com base no relato e descrição de um coordenador de programa *stricto sensu* desta Instituição, com experiência no processo, além de informações extraídas do Manual do Usuário (versões simplificada e completa), disponíveis no sítio da Capes.

Trata-se de um mapeamento parcial do processo de avaliação da Capes porque detalha apenas a primeira etapa do processo – a coleta de dados dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, por meio do aplicativo Coleta de Dados Capes –, tendo em vista que somente nesta etapa os coordenadores de programas, sujeitos da pesquisa, têm participação e interferência direta. Além disso, é nesta etapa que consiste a base para todo o processo de avaliação da Capes e para emissão do conceito final do Programa.

As demais etapas demonstradas no mapeamento são de responsabilidade da Capes, de seus consultores e do MEC, não havendo, portanto, gestão dos coordenadores de programas. Este mapeamento foi consolidado durante as entrevistas realizadas com os coordenadores de programas.

No entanto, num segundo momento, a pesquisa também pode ser classificada como pesquisa descritiva que, segundo Gil (2007, p. 42), visa a “[...] descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Para o autor, esse tipo de pesquisa,

juntamente com as exploratórias, é indicado aos pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

De acordo com Vergara (2007), a pesquisa descritiva não se limita a apenas descrever o fenômeno, mas também serve de embasamento para demais explicações.

No que se refere à abordagem de análise, a pesquisa é de natureza preponderantemente qualitativa, dada a característica de possibilitar o entendimento de um fenômeno social (RICHARDSON et al., 1999) e de fornecer uma percepção mais aprofundada acerca dos fenômenos sociais analisados, apoiando-se em pressuposto de maior relevância do aspecto subjetivo da ação social (VALENTIM, 2005).

Para atingir os objetivos, os procedimentos técnicos utilizados foram: a) pesquisa bibliográfica que subsidiou como fundamentação teórica à principal questão da pesquisa no campo da Ciência da Informação que se refere ao Regime de Informação e às questões que o envolvem; e, b) pesquisa documental que aprofundou o conhecimento sobre o tema e contextualizou as informações identificadas no momento em que buscamos as fontes para o desenvolvimento do processo de avaliação dos programas de pós-graduação no contexto institucional.

Segundo Gil (2007, p. 44), a “[...] pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Ainda de acordo com o autor “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico” (GIL, 2007, p. 45) e, neste trabalho, foi desenvolvida no momento em que tratamos do processo de avaliação *stricto sensu* no âmbito da UEL.

Enquanto técnicas estratégicas de investigação qualitativa da pesquisa foram utilizadas: a) o mapeamento do processo informacional, demonstrado em 5 etapas, porém, detalhado apenas na primeira etapa que tem participação e interferência direta dos coordenadores de programas e; b) as entrevistas em profundidade, realizadas com os coordenadores dos programas, sujeitos da pesquisa.

Segundo Soliman (1998), mapeamento de processo é uma técnica usada para detalhar o processo de negócios focando os elementos importantes que influenciam o seu comportamento atual.

A entrevista em profundidade, também chamada de entrevista não estruturada, “[...] em vez de responder à pergunta por meio de diversas alternativas pré-formuladas, visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de um determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo” (RICHARDSON et al., 1999, p. 208).

Fundamentando-se na literatura, com base na consolidação dos autores da área em relação à identificação dos elementos do regime de informação e também na experiência institucional da pesquisadora, foram realizadas algumas escolhas para o desenvolvimento da pesquisa. Essas escolhas possibilitaram a identificação de elementos do regime de informação dentro do recorte do objeto da pesquisa e que foram caracterizados em categorias e subcategorias.

Para uma melhor compreensão e caracterização dos elementos do regime de informação, inseridos no processo de avaliação da Capes, no contexto da UEL, foi realizada uma sistematização de categorias e subcategorias que o compõem, assim como uma definição de cada elemento categorizado no processo demonstrada no Quadro 1, abaixo. Tal sistematização foi elaborada a partir dos estudos em documentos que explicitam o desenvolvimento do processo de avaliação da Capes, assim como na realização do mapeamento do processo que foca os elementos mais importantes e que definem ou influenciam o comportamento atual do processo.

Quadro 1 – Categorias, definição e subcategorias dos elementos do Regime de Informação no processo de avaliação da Capes, no contexto da UEL.

ELEMENTOS DO REGIME DE INFORMAÇÃO PRESENTES NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CAPES NO CONTEXTO DA UEL		
Categorias	Definição	Subcategorias
ATORES	Entendidos como as identificações em que se estabelecem relações pessoais e organizacionais: as instituições, os organismos, as agências, os departamentos e os sujeitos envolvidos no processo.	<p>Instituições: MEC e UEL.</p> <p>Organismos: Agências de Fomento, MEC/CAPES, MEC/CNE, CAPES/CTC, UEL/PROPPG, UEL/CEPE, UEL/Câmara de Pós-Graduação, UEL/Centros de Estudos, UEL/Departamentos, UEL/Comissões de Pós-Graduação, UEL/Colegiado.</p> <p>Sujeitos Externos: Coordenadores de Áreas, Membros do CTC-ES, Diretoria de Avaliação, Corpo Técnico da Capes.</p> <p>Sujeitos Internos: Coordenadores de Programas, Docentes, Discentes, Técnicos, Secretários da PG, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Diretor de Pós-Graduação, servidores da Proppg.</p>
RECURSOS	Compreendem os recursos/as ferramentas tecnológicas e os acervos documentais para a busca e o tratamento dos dados e das informações que subsidiam o processo, que podem advir tanto do ambiente interno, quanto do ambiente externo da Instituição, incluindo atos normativos que regem o processo.	<p>Tecnológicos: Aplicativo Coleta de Dados Capes, Currículo Lattes, Bases de dados, sistemas informacionais, email, arquivos eletrônicos.</p> <p>Documentais: PNPG, Fichas de Avaliação, Relatórios de Avaliação.</p> <p>Normativos: Deliberações, Resoluções.</p>
CANAIS	Constituem-se nos meios utilizados para a disseminação de forma a obter não só <i>feedback</i> , mas também o reconhecimento e a valorização dos pares, bem como para manter a memória, a difusão e a transparência das informações ou dos resultados produzidos.	<p>Impressos: Relatórios e Fichas de Avaliação.</p> <p>Tecnológicos: Site, Redes Sociais, Mensagens Eletrônicas.</p> <p>Orais: Seminários, Reuniões de Colegiados e de Departamentos.</p>
MENSAGENS	Referem-se aos efeitos, às dimensões, aos propósitos, ao significado do processo propriamente dito e envolvem: conteúdo, objetivo, relevância, natureza (imperativa, democrática, indicativa), aspectos sociais (propósito, estruturas de poder), políticos e econômicos.	<p>Finalidade: Desenvolvimento da PG e da pesquisa científica</p> <p>Objetivo: Avaliação dos PPGSS</p> <p>Conteúdo: Indicadores de Avaliação dos PPGSS</p> <p>Natureza: Imperativa / Democrática / indicativa</p> <p>Caráter: Processo reflexivo-pedagógico</p> <p>Dimensões:</p> <p>Social: Desenvolvimento do SNPG.</p> <p>Política: Delineamento de Políticas Institucionais.</p> <p>Econômica: Planejamento de Programas de Fomento.</p> <p>Colaborativa: Portal Periódicos Capes.</p>

Fonte: a autora (2012)

3.1 AMBIENTE DA PESQUISA

A pesquisa, desenvolvida no âmbito da UEL, local de trabalho da pesquisadora e contexto de sua atuação profissional (áreas de avaliação, planejamento e desenvolvimento acadêmico e institucional), teve os Centros de Estudos, por meio dos programas *stricto sensu* da UEL e de seus coordenadores, como órgãos e sujeitos diretamente envolvidos na pesquisa.

As Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação (Proppg) e de Planejamento (Proplan), assim como os demais integrantes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL – docentes, discentes, técnicos, colegiado, gestores “administrativos”, entre outros – estão envolvidos indiretamente na pesquisa. Ou seja, embora contemplados somente os coordenadores dos programas, como gestores “acadêmicos”, e sujeitos da pesquisa, todos os demais envolvidos têm extrema importância para a condução e direção do processo de avaliação deste nível na Instituição, respeitado as suas respectivas competências. O processo de tomada de decisões, a partir das condições em que são desenvolvidos os programas na Instituição e dos resultados apresentados no processo de avaliação da Capes, devem subsidiar discussões para melhorias e para o estabelecimento de políticas nas instâncias competentes.

Como já citado, a população para estudo e aplicação da pesquisa compreendeu os gestores “acadêmicos” dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL – coordenadores dos programas –, definidos pela pesquisadora, a partir de critérios descritos abaixo, observando-se a avaliação dos programas ofertados nos diferentes Centros de Estudos da UEL e os seus respectivos conceitos obtidos pela avaliação da Capes. Como recorte foi verificada a avaliação dos três últimos triênios, ou seja, as avaliações da Capes realizadas no período compreendido entre 2001 a 2009.

O Anexo A demonstra os programas de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UEL e seus respectivos conceitos na avaliação da Capes, nos três últimos triênios. Ao final de 2009, foram avaliados pela Capes, 30 programas *stricto sensu* na UEL, muitos deles, de acordo com seu ano de início, avaliados nos triênios anteriores.

Nesse contexto, a aplicação da pesquisa compreendeu na seleção de dois programas por Centro de Estudos que atendessem aos seguintes critérios: um programa que baixou ou manteve seu conceito nos três últimos triênios de avaliação (2001-2009) e um programa que elevou seu conceito neste mesmo período. Em caso de empate em algum destes critérios, foi escolhido o programa com maior tempo de oferta.

As exceções se deram no Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA), no Centro de Ciências da Saúde (CCS), no Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) e no Centro de Educação Física e Esporte (CEFE).

No CESA, apesar dos quatro programas ofertados, dois passaram por avaliações nos três últimos triênios (Direito Negocial que teve seu conceito rebaixado de 4 para 3, ao contrário do Programa de Serviço Social e Política Social que elevou seu conceito de 3 para 4). No entanto, conforme já explicitado anteriormente, o Programa de Serviço Social e Política Social não foi objeto de pesquisa, considerando que sua coordenadora compõe a banca de defesa deste trabalho, não podendo, portanto, fazer parte da pesquisa. Assim, para efeito da pesquisa só foi considerado o programa de Direito Negocial.

Já no CCS, apenas um programa passou pela avaliação nos três últimos triênios, apesar dos sete programas ofertados.

No CECA, a situação é semelhante, de três programas ofertados, apenas um passou pela avaliação nos três triênios (Educação) e, portanto, considerado para efeito da pesquisa.

O CEFE oferta apenas um programa de pós-graduação *stricto sensu* (Educação Física), com início em 2006 e passando somente pelas duas últimas avaliações trienais, ficando, portanto, este Centro de Estudo fora da pesquisa por não atender aos critérios de seleção.

O Centro de Estudo que possui dois programas avaliados nos três últimos triênios, como o caso do Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU), a pesquisa foi aplicada aos dois programas, sem considerar o critério acima.

Nos demais Centros de Estudos a seleção para a pesquisa ocorreu da seguinte forma:

No Centro de Ciências Agrárias (CCA), dos três programas avaliados nos três últimos triênios, um programa (Agronomia) elevou seu conceito de

4 para 5 e dois programas (Ciência Animal e Ciência de Alimentos) mantiveram conceito 5, sendo o de Ciência de Alimentos o mais antigo.

No Centro de Ciências Biológicas (CCB), um programa manteve seu conceito nos três últimos triênios (Microbiologia, com conceito 4) e três programas elevaram seus conceitos (Ciências Biológicas, de conceito 3 para 4, Genética e Biologia Molecular, passando de 3 no triênio 2001-2003 para 5 no triênio 2007-2009, e Patologia Experimental, de 4 para 5). Para a pesquisa considerou-se Microbiologia e Genética e Biologia Molecular.

No Centro de Ciências Exatas (CCE), dos nove programas ofertados, cinco foram avaliados nos três últimos triênios, sendo que três programas elevaram seus conceitos (Ensino de Ciências e Ed. Matemática, passando de conceito 4 para conceito 5, Geografia e Química, de conceito 3 para 4) e dois programas baixaram seus conceitos levando-se em conta os três últimos triênios (Biotecnologia, com conceito 3 no triênio 2001-2003, para conceito 5 em 2004-2006 e conceito 3 em 2007-2009, e Física, passando de conceito 5 no primeiro triênio para 4 no último triênio). Dos programas que atenderam aos critérios, os mais antigos são Química e Física.

No Centro de Letras e Ciências Humanas (CCH), dos cinco programas ofertados, três foram avaliados nos três últimos triênios e mantiveram seus conceitos (Ciências Sociais com conceito 3, Estudos da Linguagem e Letras com conceito 4). Assim, foram considerados para a pesquisa os dois programas mais antigos (Letras e Ciências Sociais).

Diante dos critérios predefinidos e explicitados acima, fizeram parte, como sujeitos da pesquisa, 13 coordenadores dos seguintes programas, nos respectivos Centros de Estudos:

- a) CCA: Agronomia (M e D) e Ciência de Alimentos (M e D);
- b) CCB: Genética e Biologia Molecular (M e D) e Microbiologia (M e D);
- c) CCE: Física (M e D) e Química (M e D);
- d) CCH: Letras (M e D) e Ciências Sociais (M);
- e) CESA: Direito Negocial (M);
- f) CCS: Saúde Coletiva (M e D);
- g) CECA: Educação (M);

h) CTU: Engenharia de Edificações e Saneamento (M) e Engenharia Elétrica (M).

Preliminarmente, para melhor compreensão do processo de avaliação dos programas em atendimento à Capes, houve necessidade de se pesquisar, de forma qualitativa e exploratória (como estudo piloto), os diversos elementos e/ou aspectos da práxis cotidiana, manifestada na ação dos coordenadores e responsáveis pela coleta de dados.

Assim, a partir de uma pesquisa exploratória, que consistiu no relato e descrição de um coordenador de programa *stricto sensu* da Instituição, com experiência no processo de avaliação da Capes, foi realizado o que denominamos de mapeamento do fluxo informacional desse processo, mais detalhadamente da primeira etapa, das cinco contempladas no processo de avaliação da Capes, considerando que esta etapa é a única em que há participação e gestão dos coordenadores dos programas.

Além disso, para corroborar o mapeamento do fluxo informacional desenvolvido na primeira etapa da avaliação – Coleta de Dados – foram observados os procedimentos e as orientações constantes no Manual do Usuário (versões simplificada e completa) na busca de melhor interpretação do desenvolvimento do processo nessa etapa.

Embora o mapeamento tenha sido, inicialmente, de forma preliminar, porém consolidado durante as entrevistas, foi possível conhecer situações e elementos que envolvem o processo de avaliação, desenvolvido no contexto da UEL, para atendimento à Capes.

A realização desse estudo piloto contribuiu também para a elaboração do roteiro de entrevista, aplicado aos coordenadores dos programas *stricto sensu* da UEL, conforme amostra já explicitada anteriormente, dando subsídios necessários para atingir aos objetivos propostos na pesquisa.

4 MARCO EMPÍRICO

4.1 CONTEXTO INSTITUCIONAL DA PESQUISA ¹

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) foi criada pelo Decreto Estadual n.º 18.110, de 28-1-70, sob forma de Fundação, a partir da junção das cinco Faculdades existentes em Londrina. Seu reconhecimento se deu em 1971 por meio do Parecer n.º 592, de 18-8-71 e do Decreto Federal n.º 69.324, de 7-10-71.

Suas atividades tiveram início em 1971 com 14 cursos de graduação: História, Geografia, Letras Anglo-Portuguesas, Letras Franco-Portuguesas, Pedagogia, Ciências (1º Grau), Matemática, Direito, Odontologia, Medicina, Farmácia e Bioquímica, Ciências Biomédicas, Ciências Econômicas e Administração.

As atividades de pós-graduação também se iniciaram na Instituição na década de 1970 com o retorno dos docentes que se encontravam em capacitação, sendo implantado, em 1972, o Curso de Especialização em Odontopediatria, seguido, no ano de 1973, pela implantação de seis áreas de Residência Médica e pelos Mestrados em Ciências de Alimentos, em 1976, e em Direito, em 1978. Desde então, a pós-graduação tem se desenvolvido qualitativa e quantitativamente de forma expressiva na Instituição.

A UEL é caracterizada como entidade de direito público, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial nas políticas educacionais, mas é dependente financeiramente do Governo Estadual, de onde origina a maior parte dos recursos que asseguram seu funcionamento e manutenção.

Vinculada ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná, a UEL tem como mantenedora a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior (SETI) e está hierarquicamente organizada de modo a regular as funções e atribuições de cada unidade, assegurando a eficiência das atividades com vistas a realização de sua finalidade. Tal constituição objetiva, primordialmente, a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

¹ Os dados desta seção foram fornecidos pela UEL/Proplan/DAAI, em setembro de 2011.

A Universidade está estruturada administrativa e academicamente de forma a realizar suas funções de ensino, de pesquisa e de extensão. Possui em sua estrutura os Órgãos Executivos da Administração Superior que congregam funções burocráticas e administrativas da Universidade, os quais estão agregados, direta ou indiretamente, à Reitoria. Cada órgão tem atuação conforme políticas e ações aprovadas nos Conselhos Superiores, com desenvolvimento de atividades relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Conta ainda com os Centros de Estudos e Departamentos que constituem as Unidades de ensino, pesquisa e extensão da UEL, sendo responsáveis pela organização dos cursos de graduação e de pós-graduação e dos projetos de pesquisa em ensino, de pesquisa e de extensão.

A UEL possui também em sua estrutura os Órgãos Suplementares com finalidade social, científica, cultural, técnica e esportiva subordinados administrativamente à Reitoria e que, vinculados academicamente aos Centros de Estudos, integram as atividades fins da Instituição com a comunidade interna e com a sociedade.

Além desses, possui também Órgãos de Apoio com a finalidade de atender à comunidade da UEL e à sociedade, constituindo campo de estágio para estudantes de graduação e de pós-graduação.

Em seu aspecto deliberativo, estrutura-se através do Conselho Universitário (CU), instância máxima da Instituição, composto pelas Câmaras de Legislação e Recursos, e de Finanças e Orçamento; do Conselho de Administração (CA); do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), no qual seus membros representam as Câmaras de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa, e de Extensão e do Conselho de Interação Universidade–Sociedade (CIUS), órgão consultivo e propositivo, constituindo-se um espaço privilegiado de interlocução da Universidade com os vários setores da sociedade.

No ano de 2011, a UEL ofertou vestibular com 3.100 vagas, distribuídas nos 64 cursos/habilitações de graduação presenciais estando matriculados 13.549 estudantes. Ofertou também quatro cursos de graduação para atendimento ao Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR/CAPES), com 327 estudantes matriculados.

Na pós-graduação ofertou em 2011, 19 doutorados, 39 mestrados acadêmicos, três mestrados profissionais, 118 especializações e 52 residências, estando matriculados 4.427 estudantes.

No campo da pesquisa, no ano de 2011, estavam em andamento 1.055 projetos com participação de 932 docentes e 5.254 estudantes e 63 projetos de pesquisa em ensino com 393 docentes e 1.000 estudantes envolvidos.

Na extensão, nesse mesmo ano, estavam em execução oito programas com 43 docentes 39 estudantes participantes e 164 projetos com 499 docentes e 1.023 estudantes envolvidos. Na prestação de serviços existem 14 programas em execução, com atuação de 21 docentes e 10 estudantes.

O corpo docente da UEL, formado por 1.635 docentes, dos quais 922 são doutores, 542 mestres, 131 especialistas e 40 graduados e o corpo técnico por 3.682 agentes universitários, sendo 1.818 lotados no Campus Universitário e demais Órgãos, e 1.864 no Hospital Universitário e Ambulatório do Hospital de Clínicas.

4.2 A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UEL

A pós-graduação *stricto sensu* da UEL surge no ano de 1976, com a implantação do primeiro programa de mestrado – Ciência de Alimentos –, mesmo ano de implantação do Sistema de Avaliação da Capes e seis anos após a criação da Instituição (1970).

Nesse mesmo ano (1976), a UEL cria a Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação (CPG), por meio da Resolução Nº 362/76, com a finalidade de dotar a Universidade de estrutura organizacional voltada à Pesquisa e à Pós-Graduação, considerando a importância de ambas para a formação de recursos humanos, a geração de conhecimento, ciência e tecnologia.

Atualmente a Proppg possui duas Diretorias: de Pesquisa e de Pós-Graduação e seis Divisões: Execução Financeira, Iniciação Científica, Projetos de Pesquisa, Admissão e Mobilidade, Registro Acadêmico e Colegiados de Cursos e Programas de Pós-Graduação. A Pró-Reitoria dispõe ainda de uma Secretaria Executiva e de uma Central Multiusuária de Laboratórios de Pesquisa (UEL, 2010).

Desde a implantação até hoje se evidenciou um crescimento expressivo em todos os níveis e nas várias áreas de conhecimento nos Centros de Estudos, principalmente nos últimos dez anos. Em 2000 somou 21 cursos *stricto sensu* e em 2010, ocupava a quinta posição nas IES do sul do país, depois da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e a primeira das estaduais ofertando 53 cursos (14 doutorados, 36 mestrados acadêmicos e três mestrados profissionais) (UEL, 2010).

De acordo com o Estatuto da UEL, aprovado em 2004,

[...] os programas de pós-graduação *stricto sensu* têm por objetivo a formação de docentes e pesquisadores em todas as áreas do saber e compreendem dois níveis de formação, o mestrado e o doutorado. O título de Mestre não constitui requisito para admissão nos programas de pós-graduação em nível de Doutorado (UEL, 2004).

Conforme o artigo 72, parágrafo único, do Regimento Geral da UEL, aprovado pelo Conselho Universitário em 2004 (Resolução 002/2004, de 20/01/04), o regulamento para os programas *stricto sensu* é elaborado pela Câmara de Pós-Graduação, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), órgão que tem por competência estabelecer e aprovar normas, regulamentos e políticas vinculadas às atividades fins da Universidade.

A normatização interna vigente que trata do Regulamento dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL é a Resolução CEPE nº 174/2007, de 25/10/07, tendo sido alterada em alguns artigos pelas Resoluções CEPE nºs 055/2008, de 27/03/08, e 121/2008, de 21/08/08.

No primeiro artigo dessa Resolução constam os principais objetivos desses Programas: “preparação de recursos humanos para a carreira docente, para o desenvolvimento da pesquisa nas áreas de conhecimento dos programas e o exercício profissional, através de atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão” (UEL, 2011c, p. 2).

O regulamento define que a Pós-Graduação *Stricto sensu* compreende dois níveis independentes e conclusivos, Mestrado e Doutorado, sem que o primeiro seja necessariamente requisito para o segundo. Define ainda que os Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL podem ser acadêmicos ou profissionais, sendo que estes últimos obedecerão à legislação específica aprovada

pelo CEPE. Esses poderão ser ofertados nas seguintes modalidades: na sede, fora da sede, associado e interinstitucional.

O documento que aprovou a criação e o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu*, Mestrado Profissional na UEL é a Resolução CEPE nº 012/2007, de 01/03/07.

A administração dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* está a cargo do Colegiado dos Programas de Pós-Graduação, de uma Comissão Coordenadora e do Coordenador de Programa.

O órgão encarregado pela supervisão dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* na Instituição é o Colegiado dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*, composto pelos Coordenadores de todos os Programas de Pós-Graduação e representante discente, cuja composição e atribuições estão definidas no Regulamento dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*, aprovado pelo CEPE.

As funções de coordenação pedagógica e administrativa do Programa são exercidas pela Comissão Coordenadora, constituída por três docentes doutores por departamento proponente do programa, um docente doutor por departamento vinculado ao Programa, um representante discente, eleito pelos pares, sendo que a constituição e as atribuições também estão definidas no Regulamento dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*.

O Coordenador e o Vice-Coordenador do Programa são eleitos pelos membros da Comissão Coordenadora do Programa, dentre os representantes do(s) Departamento(s) proponente(s) e nomeados por Portaria do Reitor.

O Regulamento dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* estabelece ainda mecanismos para instalação e para execução e funcionamento dos Programas nos diversos aspectos: estrutura curricular, corpo docente, orientações, corpo discente, assim com as normas acadêmicas e normas para a defesa de dissertação ou tese. Além disso, determina que os Programas tenham Regimentos próprios e sejam criados através de resoluções específicas que determinam sua estrutura e funcionamento. Os Programas de Pós-Graduação possuem *sites* próprios, com informações detalhadas sobre o corpo docente, áreas de concentração, linhas de pesquisa, objetivos, entre outras.

A proposta de implantação de Programas de Pós-Graduação ocorre por meio de apresentação de projetos por Centros de Estudos ou Departamentos interessados, elaborados com assessoria da Proppg, segundo as normas da Capes. As propostas deverão ser devidamente aprovadas pelo(s) Departamento(s) ou órgão proponente, ouvidos os Departamentos envolvidos, pela Câmara de Pós-Graduação, pelo CEPE e pelo Conselho de Administração (CA). O programa devidamente aprovado pelos Colegiados Superiores só iniciará suas atividades após recomendação da Capes.

Outro importante documento de regulamentação destas atividades na Instituição é o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2010-2015, aprovado pelo CEPE em 25 de novembro de 2010. Dentre as diretrizes estabelecidas para a pós-graduação, podemos destacar:

- 1) Manter o crescimento horizontal da Pós-Graduação *Stricto sensu*, identificando e estimulando os grupos com potencial a apresentarem propostas de novos cursos;
- 2) Intensificar ações em direção da consolidação dos Programas de Pós-Graduação, melhorando seus respectivos conceitos junto a avaliação da CAPES;
- 3) Verticalizar os Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* de forma a ampliar o número de Cursos de Doutorado;
- 4) Estimular os estudantes da Pós-Graduação *Stricto sensu* a concorrerem a programas de mobilidade e intercâmbio;
- 5) Intensificar contatos com as agências de fomento (CAPES, CNPq, Fundação Araucária, entre outras), buscando a ampliação do número de bolsas de mestrado e doutorado;
- 6) Política institucional para a Biblioteca Digital, frente às exigências da CAPES e o processo de avaliação [...] (UEL, 2010, p. 39).

Além disso, indica ainda que:

[...] os Programas dispõem de adequada infraestrutura para desenvolver as atividades administrativas e acadêmicas, como salas de aula; biblioteca (com especial destaque ao acesso ao Portal de Periódico da CAPES); microcomputadores interligados à rede mundial de computadores e Laboratórios de excelência (UEL, 2010, p. 32-3).

A política para o desenvolvimento e o fortalecimento dos programas *stricto sensu* da UEL também é definida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2015, aprovado pelo Conselho Universitário, em 29 de abril de 2011, ao afirmar que:

[...] com o crescente amadurecimento acadêmico-científico, a Universidade deve implementar nos próximos anos ações efetivas em direção do incremento da qualidade da Pós-Graduação *Stricto sensu* na avaliação da CAPES e de sua verticalização, de forma a ampliar o número de Cursos de Doutorado (UEL, 2011b, p. 103).

Dentre as metas estabelecidas no PDI para o período de vigência do Plano (2010 – 2015), podemos destacar:

[...] otimizar os fluxos e procedimentos referentes à pesquisa e pós-graduação; [...] Solidificar e ampliar os periódicos técnico-científicos da instituição e sua inclusão digital; fortalecer a infraestrutura de secretaria e o apoio administrativo aos Programas/Cursos de Pós-Graduação; [...] manter o crescimento horizontal da Pós-Graduação *Stricto sensu*, identificando e estimulando os grupos com potencial a apresentarem propostas de novos cursos; intensificar ações em direção da consolidação dos Programas de Pós-Graduação, melhorando seus respectivos conceitos junto à avaliação da CAPES; verticalizar os Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* de forma a ampliar o número de Cursos de Doutorado; [...] promover ações integradas entre apoiadores e Coordenadores de Cursos/Programas sobre as atribuições, legislações e procedimentos da pós-graduação [...] (UEL, 2011b, p.103-105).

Por outro lado, do ponto de vista institucional, a UEL conta ainda com a Comissão Permanente de Avaliação da UEL (CPA/UEL), cujo regulamento foi aprovado pelo Conselho Universitário, em 31 de outubro de 2008, por meio da Resolução nº 162/2008, e que tem como objetivo acompanhar os processos de autoavaliação da UEL, em suas diversas dimensões e diferentes atividades, além de:

[...] acompanhar os processos e procedimentos de avaliação externa, propostos por órgãos governamentais, assim como as visitas in loco, realizadas por comissão externa de avaliação institucional, dos cursos de graduação e dos cursos e programas de pós-graduação, quando necessário (UEL, 2011d, p. 6).

Na estrutura administrativa da Universidade, o órgão central, responsável pelo acompanhamento e controle acadêmico das atividades vinculadas à pesquisa e pós-graduação da Universidade é a Proppg, sendo seu pró-reitor o presidente da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e membro do CEPE. A Proppg traz em seu site (www.uel.br/proppg/portal) a relação dos Programas de Pós-Graduação, contendo todas as informações básicas de cada Programa e a legislação e normativas pertinentes.

Conforme estabelece o Regulamento dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*, compete ao Coordenador de Programa responsabilizar-se pelos relatórios da Capes e ao Colegiado dos Programas a competência de avaliar periodicamente o currículo em desenvolvimento nos Programas, introduzindo modificações que se fizerem necessárias para sua permanente atualização. Cada coordenador contará com um servidor técnico-administrativo da UEL, a serviço do Programa, para auxiliá-lo nas suas funções.

Desta forma, fica explicitada a competência dos Coordenadores dos Programas como responsáveis pelas informações repassadas à Capes, por ocasião do processo de avaliação dos programas. No entanto, percebe-se uma responsabilidade compartilhada entre Coordenadores, Comissão Coordenadora, Colegiado dos Programas e a Proppg na melhoria do processo de avaliação dos programas, bem como dos resultados da avaliação.

Pois, conforme afirmam Dias e Ida (2001, p. 73):

[...] é possível elaborar com razoável maturidade um diagnóstico sobre as atividades desenvolvidas e apontar os principais problemas existentes para a gestão da pesquisa e da pós-graduação na Universidade. E, a partir dessa experiência, propor a criação de um modelo de gestão para a UEL, que permita responder aos desafios colocados neste momento para a universidade pública.

Assim, com as diretrizes previstas no PPI e com as metas estabelecidas no PDI, além das competências definidas aos diferentes gestores da Instituição, no âmbito da pós-graduação, acredita-se estar no caminho certo e reunido as condições essenciais para expandir e melhorar as atividades de pós-graduação na Instituição. Condições estas não só para atendimento às exigências da Capes, mas, e, sobretudo, para um processo de planejamento interno, que nos permita dar as respostas necessárias aos desafios que a pós-graduação *stricto sensu* exige em nível local, estadual, nacional, regional e internacional.

4.3 A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UEL

A pós-graduação *stricto sensu* da UEL é acompanhada e avaliada permanentemente pela política de avaliação da Capes que, apesar de ser reconhecida nacional e internacionalmente, não pode ser tratada como um “[...] caso

isolado de um sistema que, de modo geral, não é transferido para outras instâncias das instituições universitárias” (DIAS; IDA, 2001, p. 76).

Ainda segundo Dias e Ida (2001), não são trabalhados instrumentos e indicadores institucionais que permitam análises mais profundas sobre a evolução história do desenvolvimento da instituição e de suas atividades. Essa situação não é característica apenas na UEL, mas, de quase todas as IES públicas do País, o que tem dificultado a gestão de modo planejado, com acompanhamento e avaliação do impacto das medidas tomadas em âmbito institucional, quer seja pela Proppg ou pelas demais instâncias acadêmicas e administrativas.

Uma maneira de superar essa situação e aprofundar o conhecimento da evolução da Instituição nos itens referentes à pesquisa e à pós-graduação seria definir indicadores estratégicos institucionais, com base em documentos externos validados, para a gestão do desenvolvimento humano, científico e tecnológico da UEL, além de estabelecer mecanismos de acompanhamento do fluxo das informações e do processo de avaliação, coordenado pela Capes.

A gestão da informação deve ser entendida como um processo sistêmico, no qual todos os recursos envolvidos – humanos, tecnológicos, legais, entre outros – devem contribuir para a efetivação de estratégias e ações, com vistas ao atendimento individual, coletivo ou organizacional.

No caso específico da pesquisa, que toma por base o processo de avaliação da Capes, realizada por meio da coleta de dados e informações, o tratamento e a gestão da informação não pode ser diferente. Apesar de os coordenadores dos programas *stricto sensu* serem os responsáveis pela condução da etapa de coleta de dados e informações repassadas à Capes, além de fazer parte da abordagem qualitativa da pesquisa realizada, ele não é o único responsável pela avaliação do programa. Como já enfatizado, deve haver uma responsabilidade compartilhada entre todos os envolvidos no âmbito institucional (corpo discente, corpo docente, corpo técnico, gestores acadêmicos e administrativos), na busca do desenvolvimento dos próprios programas e para o estabelecimento de políticas internas, levando-se em consideração os vários elementos que participam do processo.

Neste sentido, acredita-se que a pesquisa poderá subsidiar, por meio da identificação dos elementos do regime de informação, aspectos fundamentais para a melhoria no acompanhamento do fluxo de informações e do processo de avaliação.

Como observado no item anterior, a evolução no desempenho da pós-graduação, verificada nos resultados das avaliações, não tem acompanhado a evolução numérica desses cursos. Alguns programas iniciados nas décadas de 1980 e 1990, ou até mesmo antes (década de 1970), mantêm conceitos 3 ou 4 e alguns tiveram conceitos rebaixados no decorrer dos triênios de avaliação.

No entanto, como relatado anteriormente, vale ressaltar que vários fatores podem interferir nessa situação uma vez que a avaliação da Capes tem como principal base a coleta de dados que, anualmente, recolhe a informação fornecida pelos programas relativa a seu desempenho. São dados detalhados, que constituem o referencial para análises das Comissões de Área e atribuição dos conceitos, atendendo aos critérios de qualidade dos programas.

Apesar disso, os Programas de Pós-Graduação têm possibilitado o aumento do intercâmbio internacional de estudantes (ida de estudantes da UEL para estágios de doutorado no exterior (PDEE/Capes) e com estudantes estrangeiros que realizam seus estudos na UEL, com apoio dos Programas PEC-PG (Capes) e TWAS (*Third World Academy of Science*)/CNPq) (UEL, 2010).

Um relatório de autoavaliação institucional, apresentado pela CPA/UEL à Comunidade Universitária em março de 2011, com base em resultados de autoavaliação e em relatórios anteriores, define uma proposta de Plano de Ações para a Universidade e aponta questões importantes para o desenvolvimento e o planejamento institucional em todas as áreas de atuação da Universidade.

No que se refere à pós-graduação destacamos algumas diretrizes, propostas no Plano de Ações, constantes do Relatório da CPA/UEL:

[...] estabelecimento de política institucional de pós-graduação com base nos resultados de fóruns internos para criação, expansão, manutenção, integração com as demais atividades acadêmicas, avaliação e qualidade, fluxo e tramitação de processos, entre outras. [...] necessidade de estabelecer uma política institucional de avaliação de cursos e programas de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) (UEL, 2011a, p. 7).

Essas diretrizes estão em consonância com os objetivos desta pesquisa na medida em que se pretende identificar e analisar o regime de informação presente no processo de avaliação da pós-graduação, bem como os elementos que o compõem, sobretudo na percepção dos gestores acadêmicos, em especial, os coordenadores de programas, e refletir acerca da dinâmica do processo informacional e político do sistema de avaliação proposto pela Capes no contexto institucional.

Todos os programas ofertados até 2011 passaram pelo processo de acompanhamento e/ou avaliação da Capes. Com base nos resultados dessa avaliação, os gestores institucionais, sejam coordenadores de programas ou coordenadores de colegiados, pró-reitores ou diretores administrativos têm realizado ações para detectar falhas e propor políticas direcionadas no sentido de aumentar a qualidade dos Programas oferecidos.

No Anexo A são apresentados os conceitos obtidos pelos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL, ofertados e avaliados no período de 2001 a 2009.

Considerando que os resultados da Capes são expressos pela atribuição de uma nota na escala de “1” a “7”, pode-se inferir que ocorram algumas situações que dificultam ou impedem a melhoria dos programas, uma vez que uma parcela significativa não tem conseguido melhorar seus desempenhos no decorrer das avaliações.

Partindo do pressuposto que os resultados da avaliação, expressos em conceitos, não podem ser desconsiderados de um processo que se inicia na coleta de dados, envolvendo vários aspectos da avaliação e diferentes indicadores, foi realizado um estudo com base em informações prestadas pelos programas e extraídas do *site* da Capes, por meio de estatísticas apresentadas, e de informações dos cadernos de indicadores dos programas, no período compreendido entre 2001 a 2009, correspondente à pesquisa.

O objetivo maior desta análise de caráter qualitativo foi apresentar o desenvolvimento e a evolução da avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, no contexto do processo de avaliação da Capes, buscando dar materialidade às questões e aos elementos envolvidos neste processo, assim como identificando indicadores ou aspectos em que os programas têm encontrado maiores

dificuldades para sua melhoria ou àqueles que possam ser potencializados, a partir dos dados inseridos no aplicativo Coleta de Dados Capes. O resultado desse estudo encontra-se descrito no item a seguir.

4.3.1 Desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* e os resultados da Avaliação da Capes

A oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL teve um crescimento significativo no período de 2001 a 2009, correspondente à pesquisa. Em 2001, a UEL ofertava 24 programas, sendo 17 mestrados e sete doutorados. Em 2009 eram 42 programas (28 mestrados acadêmicos, dois mestrados profissionais e 12 doutorados), ou seja, um crescimento de 75% no total de programas ofertados, em oito anos. No entanto, observa-se que os programas de Mestrado foram crescendo gradativamente durante os anos (64% ao longo do período), enquanto que os programas de Doutorado se estagnaram até 2006, começando a se desenvolver somente em 2007, dando um salto em 2009, demonstrando um crescimento de 71%. Os programas de mestrado profissional passaram a ser ofertados a partir de 2008 na Instituição, em atendimento às demandas de formação de recursos humanos e seguindo orientações da própria Capes.

A evolução na oferta dos programas da UEL encontra-se demonstrada na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* ofertados na UEL, por nível (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), no período de 2001 a 2009.

Ano	Mestrado	Mestrado Profissional	Doutorado	Total
2001	17		7	24
2002	21		7	28
2003	22		7	29
2004	22		7	29
2005	23		7	30
2006	24		7	31
2007	25		8	33
2008	27	2	8	37
2009	28	2	12	42

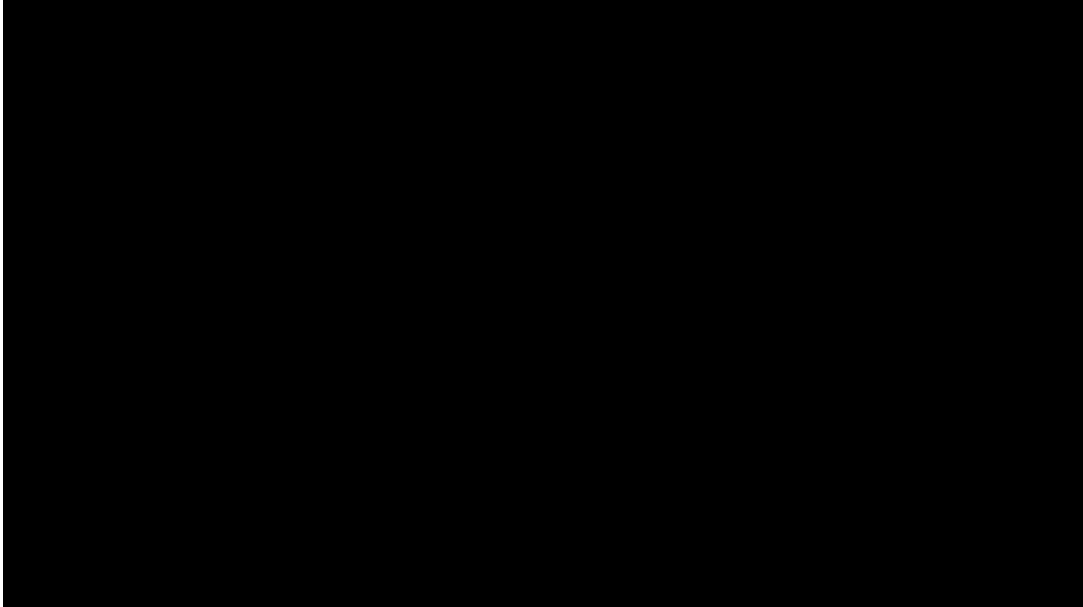
Fonte: a autora, 2012

Nota: elaborada baseada nos dados do GeoCapes (CAPES, 2009)

Acompanhando esse aumento significativo na oferta de programas, verifica-se que o número de alunos matriculados demonstra também um expressivo e sistemático crescimento quantitativo do sistema, principalmente no Doutorado. No período de 2001 a 2009, houve crescimento de 174% no total de alunos matriculados nas duas modalidades de atividades, sendo de 112% no Mestrado e de 576% no Doutorado.

O Gráfico 1 apresenta os dados referentes ao número de alunos matriculados em programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, no período de 2001 a 2009.

Gráfico 1 – Número total de alunos matriculados nos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL, por nível, no período de 2001 a 2009.



Fonte: a autora, 2012

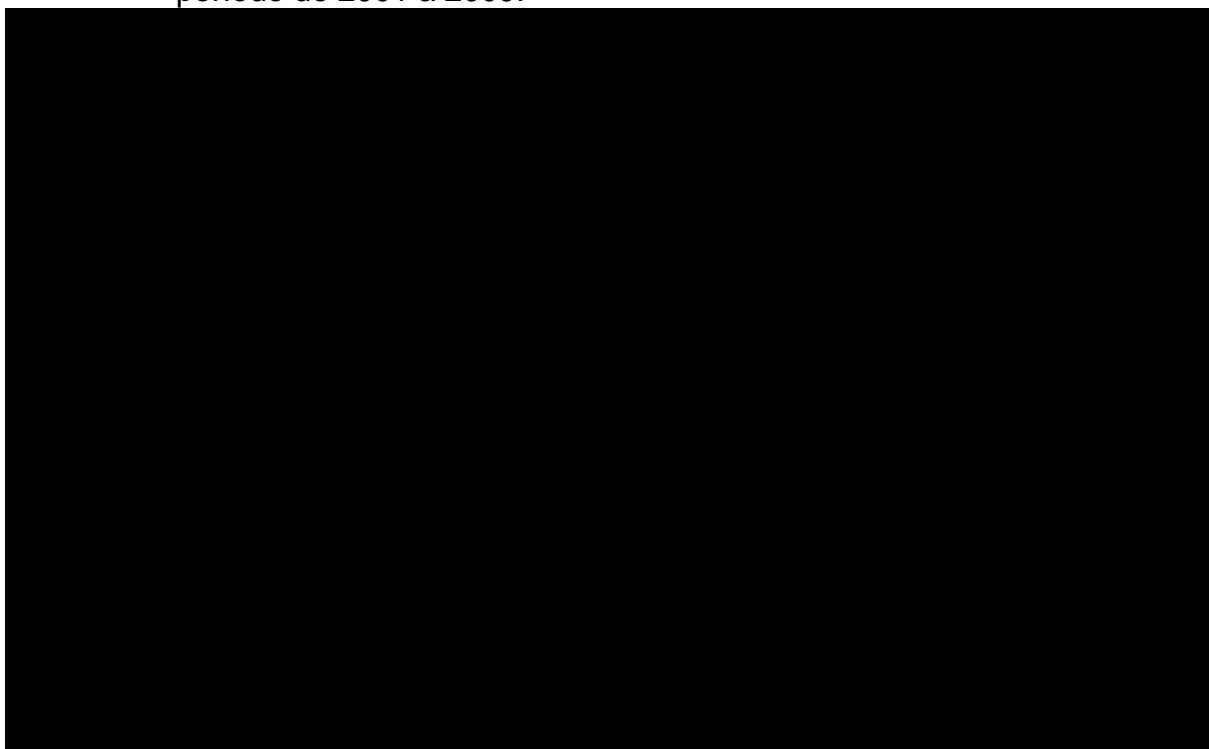
Nota: elaborado baseada nos dados do GeoCapes (CAPES, 2009)

O número de concessão de bolsas para os programas também cresceu no período correspondente à pesquisa. Entre 2001 e 2009, houve um crescimento de 202% na concessão de bolsas de mestrado, de 1.333% para o doutorado e de 275% para o pós-doutorado, conforme se pode verificar no Gráfico 2.

No entanto, como os programas de pós-graduação, na sua maioria, exigem dedicação integral do aluno ao projeto de pesquisa, para um melhor desenvolvimento de programas com essas características, seria essencial que os alunos pudessem ter uma forma de subsistência. Essa subsistência deveria se viabilizar, na maioria dos casos, através de bolsas de estudo de pós-graduação.

Assim, ao se comparar os dados do Gráfico 2 que mostra a evolução da concessão de bolsas aos programas no período vigente e o número crescente de alunos matriculados nos programas (Gráfico 1), verifica-se que há um decréscimo tanto absoluto quanto relativo no número de alunos atendidos pelos programas de bolsas, o que, sem dúvida, prejudica o bom desenvolvimento das atividades e, conseqüentemente, um melhor desempenho dos programas.

Gráfico 2 – Número total de concessão de bolsas destinadas por diferentes Órgãos de fomento aos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL, no período de 2001 a 2009.



Fonte: a autora, 2012

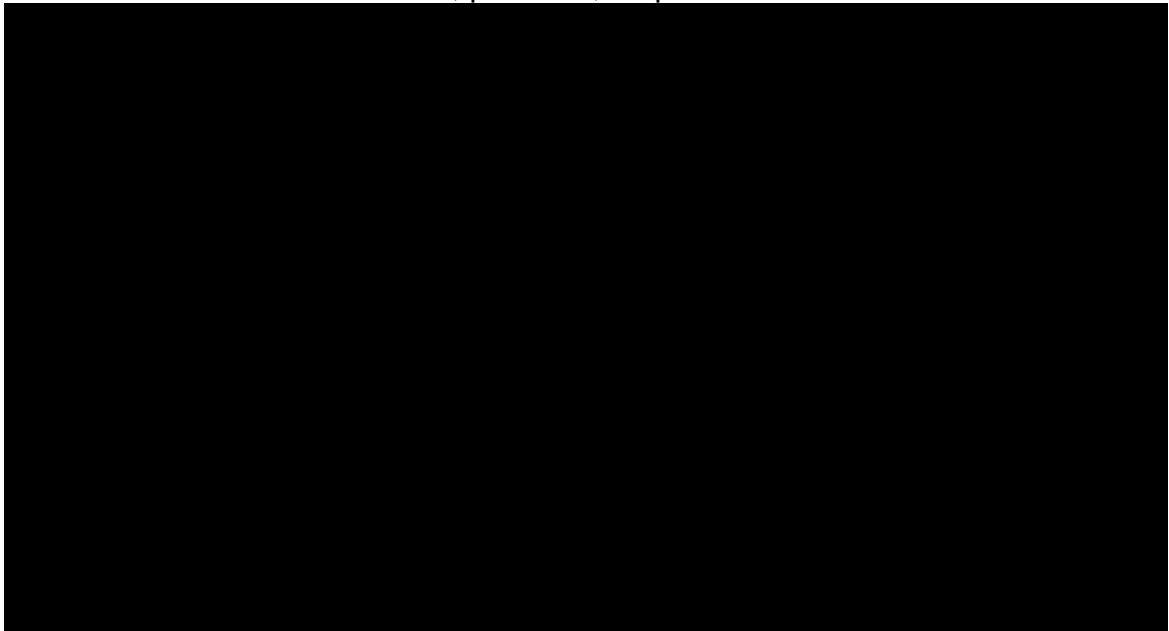
Nota: elaborado baseada nos dados do GeoCapes (CAPES, 2009)

Assim, de modo geral, a necessidade de ampliação do número de bolsas é um requisito essencial para a manutenção da qualidade dos programas de pós-graduação da UEL e deve passar por estratégias diferenciadas, tanto institucionais, quanto individuais, no sentido de buscar maior incremento na concessão de bolsas por meio das agências de fomento e das fundações de apoio e outros órgãos públicos ou setores privados.

A eficiência do sistema de pós-graduação da UEL pode ser avaliada tanto pelo crescimento do número de pós-graduandos, quanto pela evolução da titulação destes. Observa-se que há um substancial crescimento ao longo do período correspondente (2001 a 2009), ou seja, um aumento de 325% no total de titulados nos programas.

O Gráfico 3 mostra a evolução de titulação dos pós-graduandos e o Gráfico 4, o total de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas.

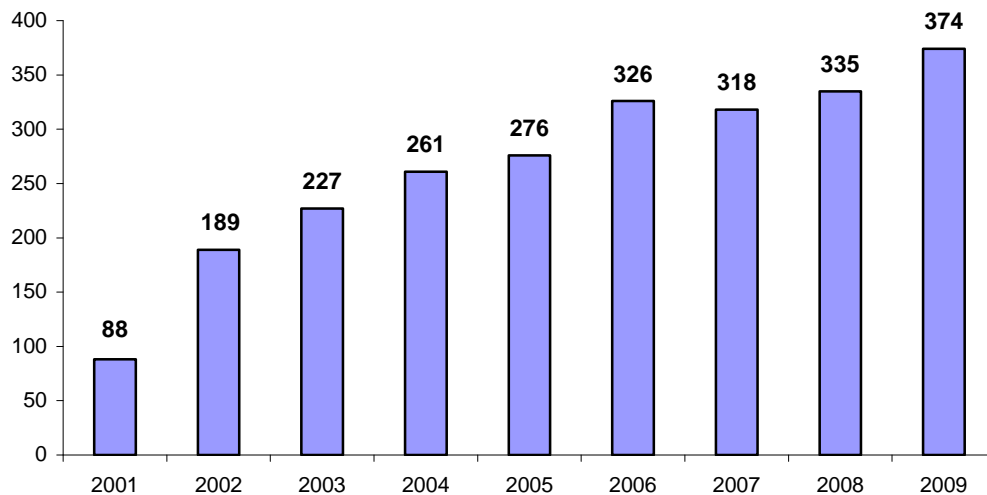
Gráfico 3 – Número total de alunos titulados nos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL, por nível, no período de 2001 a 2009.



Fonte: a autora, 2012

Nota: elaborado baseada nos dados do GeoCapes (CAPES, 2009)

Gráfico 4 – Número total de dissertações e teses defendidas na UEL, no período de 2001 a 2009.



Fonte: a autora, 2012

Nota: elaborado baseada nos dados do GeoCapes (CAPES, 2009)

O aumento no número de alunos matriculados, o número de teses e de dissertações defendidas e a eficiência do sistema de pós-graduação da UEL são corroborados quando confrontados com o número de docentes dos programas no mesmo período. Embora apresente um aumento no número de docentes vinculados

aos programas de pós-graduação (97% no período de 2001 a 2009), este quantitativo não acompanha a evolução de alunos matriculados, o que aumenta a relação *per capita* de alunos orientados por docente.

A Tabela 2 demonstra o número de docentes vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL.

Tabela 2 – Total de Docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*, por vínculo no programa, no período de 2001 a 2009.

	PERMANENTE	VISITANTE	COLABORADOR	TOTAL
2001	0	0	0	253
2002	0	0	0	300
2003	0	0	0	325
2004	276	2	86	364
2005	295	3	87	385
2006	314	0	93	407
2007	325	1	67	393
2008	371	4	78	453
2009	413	5	82	500

Fonte: a autora, 2012

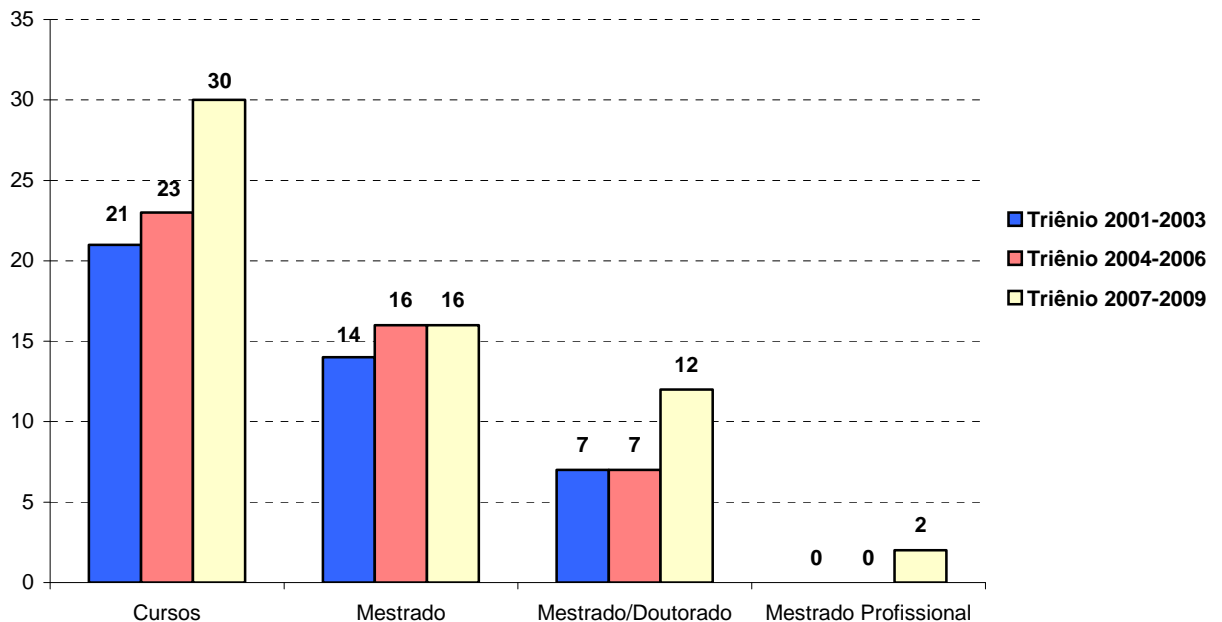
Nota: elaborada baseada nos dados do GeoCapes (CAPES, 2009)

A qualidade dos programas, medida pela avaliação da Capes, no período correspondente, demonstra que o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* da UEL não tem acompanhado o seu crescimento. Observa-se que houve crescimento na oferta (horizontal e vertical) dos programas, no entanto, não houve crescimento vertical equivalente nos conceitos, atribuídos pela Capes, na maioria dos programas.

Como demonstra o Gráfico 5, no triênio 2001-2003, foram avaliados pela Capes, 21 programas (14 programas de Mestrado e sete programas de Mestrado e Doutorado) e no triênio 2004-2007, 23 programas (16 de Mestrado e sete de Mestrado e Doutorado). Já no triênio 2007-2009, foram avaliados 30 programas (16 Mestrados, 12 Mestrados e Doutorados e dois Mestrados Profissionais).

No período de 2001 a 2009, correspondente aos três últimos triênios de avaliação da Capes, houve aumento significativo no número de programas avaliados na UEL, em relação aos triênios 2004-2006 e 2007-2009, ou seja, um aumento de 30%. Este período está representado pelo crescimento significativo na oferta de programas de Doutorado (71%), além dos dois Mestrados Profissionais, mantendo-se o número de programas de Mestrado.

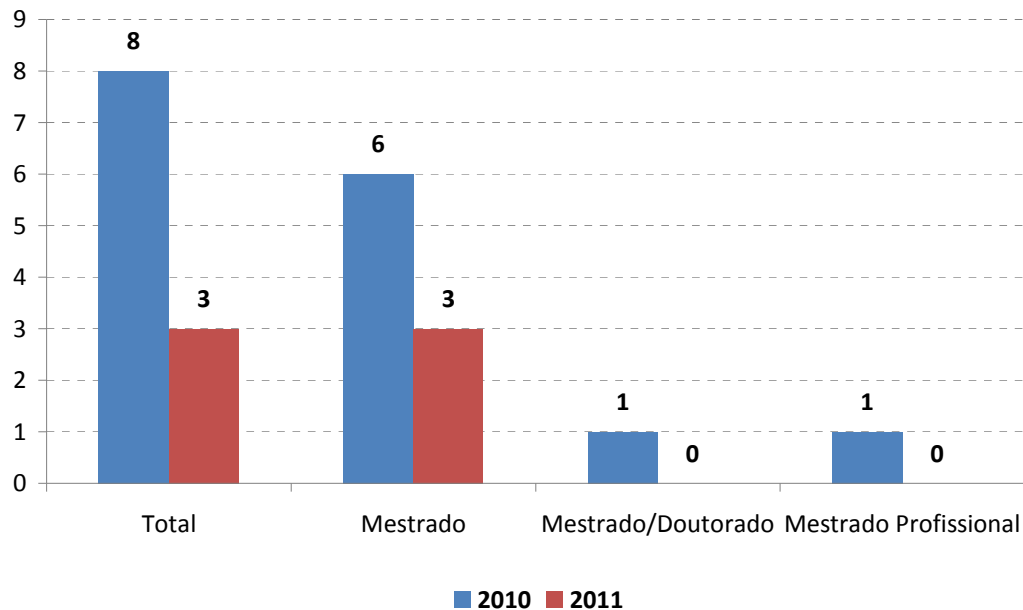
Gráfico 5 – Número total de programas avaliados pela Capes, por triênio, no período de 2001 a 2009.



Fonte: a autora (2012)

Esse crescimento acentuado da pós-graduação *stricto sensu* da UEL pode ser observado também a partir de 2010 e 2011, com a oferta de novos programas, sendo oito em 2010 (seis Mestrados, um Mestrado/Doutorado e um Mestrado Profissional) e mais três Mestrados em 2011, conforme Gráfico 6.

Gráfico 6 – Programas (Novos) de Pós-Graduação *Stricto sensu*, ofertados na UEL em 2010 e 2011.



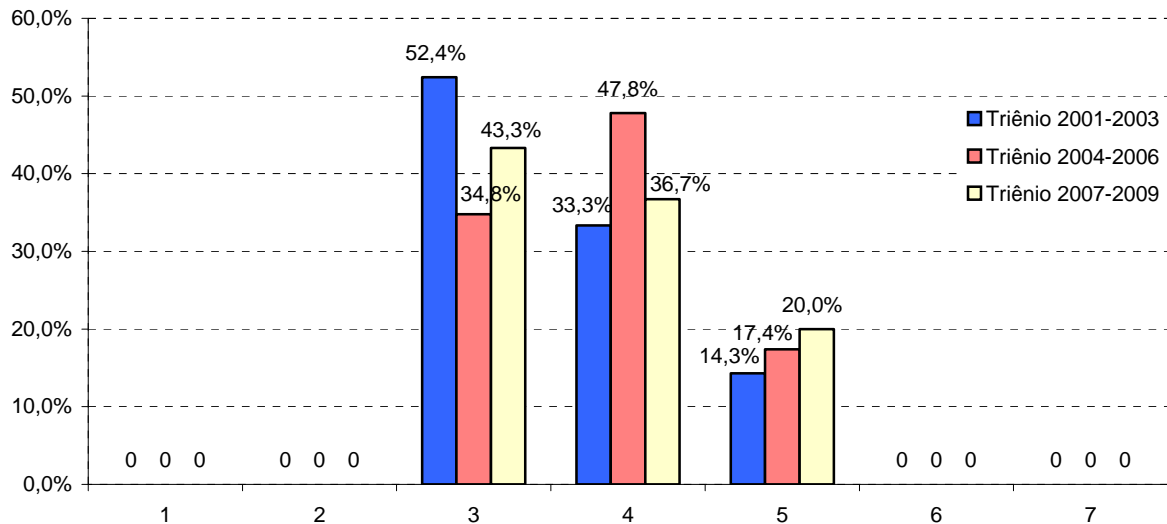
Fonte: a autora (2012)

Em relação aos conceitos atribuídos pela Capes nos triênios correspondentes a esta pesquisa, observa-se que no triênio 2001-2003, conforme demonstrado no Gráfico 7, a maioria dos programas avaliados obteve conceito 3 (52,4%), o que equivale a 11 programas, e um pequeno número obteve conceito 5 (14,3%), ou seja, apenas três, de um total de 21 programas avaliados. O conceito médio obtido através de avaliação da Capes no triênio 2001-2003 corresponde a 3,61 (notas variando de 3 a 5).

No triênio 2004-2006, verifica-se uma pequena melhora na avaliação da Capes. Há um aumento no total de programas com conceito 4, ou seja, a maioria dos programas (11, equivalendo a 47,8% de um total de 23 programas avaliados). A média dos conceitos de avaliação pela Capes também se elevou um pouco, passando para 3,82 (conceitos variando entre 3 e 5).

Já no triênio 2007-2009, a maioria dos programas avaliados ficou com conceito 3 (43,3%), o que equivale a 13, e seis ficaram com conceito 5, correspondendo a 20% do total de programas avaliados. Os demais 11 programas, que correspondem a 36,7%, obtiveram conceito 4. Nesse triênio 30 programas foram avaliados e a média dos conceitos ficou em 3,76. Média melhor em relação ao triênio 2001-2003, porém, abaixo do triênio anterior (2004-2006).

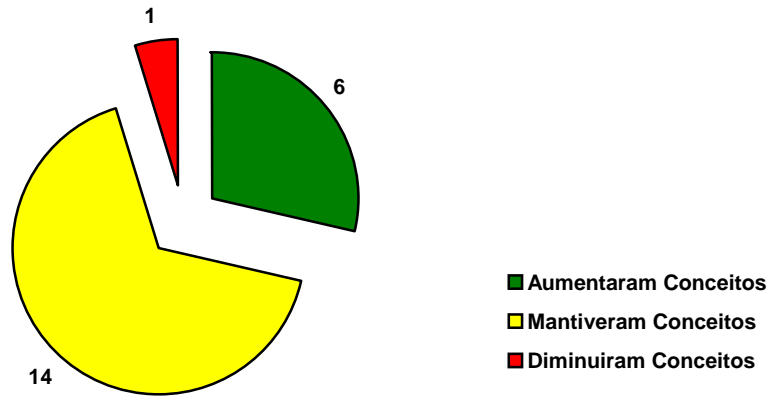
Gráfico 7 – Conceitos Capes aos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* avaliados na UEL, em percentual, por triênio, no período de 2001 a 2009.



Fonte: a autora (2012)

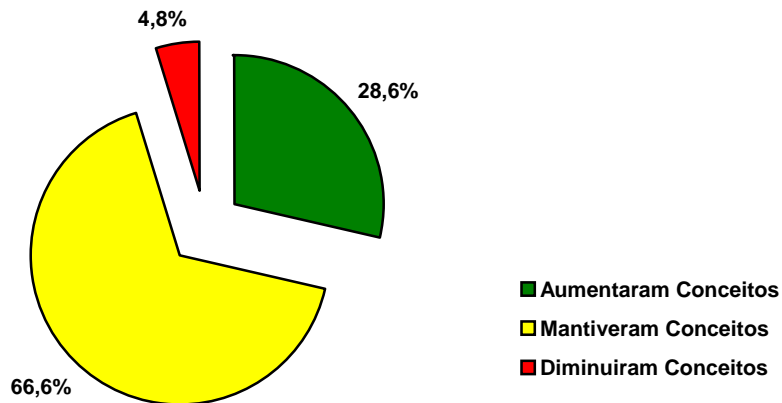
Analisando a evolução dos conceitos atribuídos pela Capes aos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, conforme Anexo A, observa-se que em relação aos triênios 2001-2003 e 2004-2006, seis programas aumentaram seus conceitos (Agronomia, Ciências Biológicas, Genética e Biologia Molecular, Biotecnologia, Serviço Social e Política Social, Saúde Coletiva), 14 mantiveram (Ciência Animal, Ciência de Alimentos, Microbiologia, Patologia Experimental, Ensino de Ciências e Educação Matemática, Geografia, Química, Ciências Sociais, Estudos da Linguagem, Letras, Direito Negocial, Educação, Engenharia de Edificações e Saneamento, Engenharia Elétrica) e apenas um (Física-Mestrado) teve seu conceito diminuído (4,8%). Isto equivale dizer que 28,6% dos programas avaliados nos dois triênios tiveram seus conceitos elevados, 66,6% dos programas mantiveram seus conceitos e 4,8% tiveram seus conceitos diminuídos em relação ao primeiro triênio. A demonstração dessa análise encontra-se nos Gráficos 8 e 9.

Gráfico 8 – Demonstrativo da situação geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL em relação aos Triênios 2001-03 / 2004-06.



Fonte: a autora (2012)

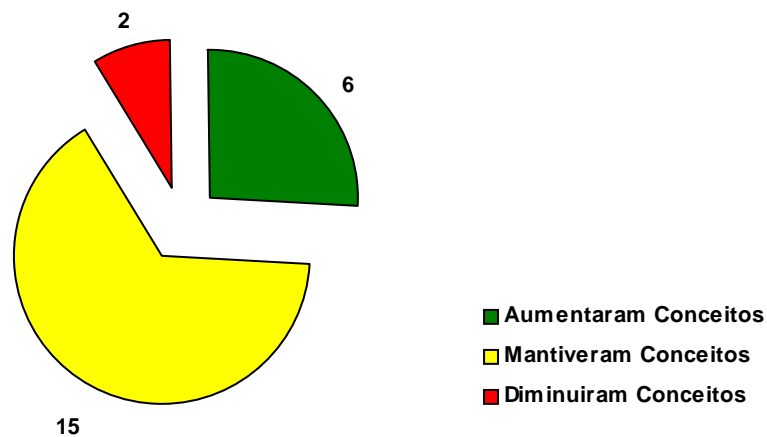
Gráfico 9 – Demonstrativo da situação geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL em relação aos Triênios 2001-03 / 2004/06, em percentual.



Fonte: a autora (2012)

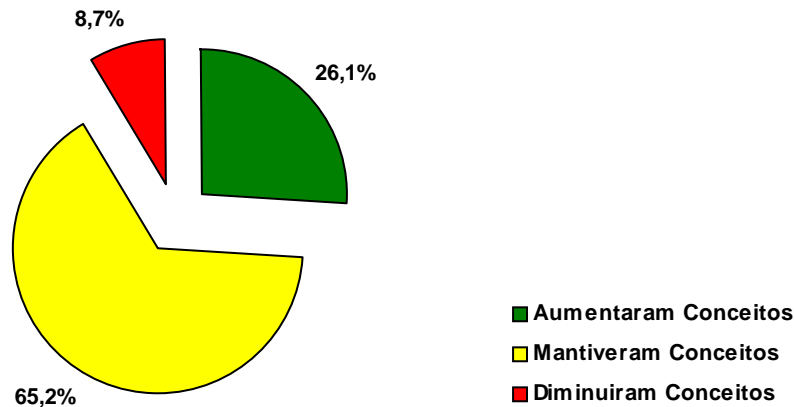
Em relação aos triênios 2004-2006 e 2007-2009, conforme demonstrado nos Gráficos 10 e 11, observa-se que seis programas aumentaram seus conceitos (Genética e Biologia Molecular, Patologia Experimental, Ensino de Ciências e Educação Matemática, Física, Química, Educação Física), 15 mantiveram (Agronomia, Ciência Animal, Ciência de Alimentos, Análise do Comportamento, Ciências Biológicas, Microbiologia, Física (D), Ciências Sociais, Estudos da Linguagem, Letras, Serviço Social e Política Social, Saúde Coletiva, Educação, Engenharia de Edificações e Saneamento, Engenharia Elétrica) e dois diminuíram (Biotecnologia, Direito Negocial) seus conceitos. Isto equivale, respectivamente, a 26,1% (aumentaram), 65,2% (mantiveram) e 8,7% (diminuíram).

Gráfico 10 – Demonstrativo da situação geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL em relação aos Triênios 2004-06 / 2007-09.



Fonte: a autora (2012)

Gráfico 11 – Demonstrativo da situação geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL em relação aos Triênios 2004-06 / 2007-09, em percentual.



Fonte: a autora (2012)

Ao se considerar os programas avaliados nos três últimos triênios observa-se que dos 21 programas avaliados, nove mantiveram seus conceitos no período. Isto corresponde a 42,85% do total de programas avaliados nos três triênios, sendo que, quatro programas mantiveram conceito 3 (19,04%), três conceito 4 (14,28%), e apenas dois conceito 5 (9,52%).

Trata-se de uma informação relevante, pois demonstra que praticamente a metade dos programas avaliados (42,85%) vem mantendo seus conceitos ao longo do período correspondente aos três últimos triênios (2001-2009) e quase 20% situam-se em um limite arriscado frente à Capes, por manterem-se com conceito 3. Este é um percentual elevado e que demanda atenção especial por parte dos gestores acadêmicos e administrativos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL.

Assim, apesar de se observar que alguns programas têm conseguido aumentar seus conceitos e que poucos tiveram seus conceitos diminuídos, há de se ter atenção especial e análise mais aprofundada sobre cada programa, pois a maioria dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, avaliados pela Capes tem mantido seus conceitos. Uma ação mais efetiva deve ser desenvolvida no sentido de colaborar para a melhoria no desempenho dos programas.

Uma análise, ainda que breve, nas fichas de avaliação dos programas, demonstra que os programas apresentam níveis distintos de desenvolvimento e que recomendações específicas são feitas a cada um deles. Mas, de modo geral, observa-se que as maiores dificuldades para o desenvolvimento dos programas e melhora de seus conceitos concentram-se na sua produção intelectual, pois os demais quesitos são praticamente iguais quando se leva em consideração a avaliação global da área. Evidente que, como reforçado desde o início, análises sobre cada quesito/indicador de avaliação merecem atenção especial se o que se pretende é ter a avaliação como processo de melhorias, desenvolvimento, superação e não apenas de diagnóstico.

O Anexo B apresenta a evolução dos programas em relação à produção intelectual informada no Coleta Capes, com base nas avaliações trienais realizadas no período da pesquisa (2004, 2007 e 2010). Pelos resultados obtidos percebe-se que há uma relação estreita entre o conceito da avaliação trienal e a avaliação dos quesitos, propriamente dita, pela Comissão Avaliadora. De modo geral, os programas com conceitos 3 e 4 foram avaliados como Deficiente, Fraco, Regular ou Bom, na maioria dos quesitos da produção intelectual, com exceção de alguns que, apesar de terem sido avaliados como Muito Bom, em um ou outro quesito, mantêm-se Fracos ou Regulares na maioria deles. Os programas com conceito 5, na maioria, são avaliados como Bom e Muito Bom na maior parte dos quesitos.

Considerando que a produção científica é o fator de maior impacto na avaliação da Capes, há necessidade de atenção especial por parte de todos os envolvidos (corpo docente e discente), assim como dos gestores institucionais, para as reais condições e situações dos programas neste aspecto, visando um maior comprometimento com os objetivos e critérios preestabelecidos pela Capes.

Há que se considerar ainda, em uma análise mais qualitativa, principalmente dos programas que necessitam de acompanhamento para sanar seus problemas, ou seja, os que mantiveram conceito 3 nos últimos triênios ou que baixaram seus conceitos, quais sejam: Análise do Comportamento, Química (Mestrado), Ciências Sociais, Direito Negocial, Educação, Engenharia de Edificações e Saneamento, e Engenharia Elétrica. Esta situação já foi levantada e apontada em Seminário realizado pelo Colegiado de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL, logo

após a divulgação dos resultados da avaliação da Capes em 2010, referente ao triênio 2007-2009.

Em relação ao crescimento vertical dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL para o triênio 2010-2012, verifica-se que os programas de Ciências Biológicas, Serviço Social e Política Social e de Educação Física já ofertaram o Doutorado a partir de 2011, e o Programa de Geografia, a partir de 2012. Além disso, o programa de Biotecnologia também apresenta grande potencial para o desenvolvimento vertical.

Em relação ao financiamento da pós-graduação na UEL pode-se dizer que ele está diretamente relacionado com o financiamento à pesquisa (FINEP), sendo esta a fonte principal de recursos. Os recursos específicos de financiamento para os programas de pós-graduação são repassados pela Capes, segundo critérios da própria agência, por meio dos convênios PROAP e do Pró-Equipamentos e pela Fundação Araucária, por meio dos Convênios Pró-Equipamentos e Verticalização do Ensino. Estes convênios são executados pelos coordenadores de programas de pós-graduação, tendo com gestor financeiro a Proppg

4.4 MAPEAMENTO DO FLUXO INFORMACIONAL DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NA UEL

Para uma melhor compreensão do processo de coleta de dados, para atendimento às exigências da Capes e de como essas informações são geridas no contexto institucional, optou-se, num primeiro momento, pelo mapeamento do fluxo informacional da etapa de coleta de dados que orienta e subsidia as demais etapas do processo. O mapeamento foi realizado a partir do relato de um coordenador de programa com experiência na avaliação da Capes, procurando identificar todos os elementos importantes que podem influenciar no processo.

A técnica de mapeamento do fluxo de processo é utilizada para diagnosticar o fluxo de informações entre os elementos envolvidos, visando a execução das atividades de modo eficaz e eficiente. Por meio do mapeamento de processo torna-se mais evidente identificar onde e como melhorar o processo, ou seja, detalhar o processo focando os elementos importantes no seu comportamento atual.

O conceito de mapeamento de processo e a utilização mais frequente da técnica ocorre a partir dos avanços tecnológicos disponíveis. Os serviços informacionais de computação atuam como uma poderosa ferramenta, facilitando a visualização do processo e o acompanhamento dos seus resultados.

Além disso, acredita-se que um correto entendimento de processo proporcionará uma visão mais nítida sobre a importância de se mapear um processo de qualquer natureza.

Para Davenport (1994), processo é uma ordenação específica das atividades de trabalho no tempo e no espaço, com um começo, um fim, *inputs* e *outputs*, claramente identificados, enfim, uma estrutura para ação.

Johansson (1995) afirma que processo é o conjunto de atividades ligadas que tomam um insumo (*input*) e o transformam para criar um resultado (*output*).

Segundo Correia e Almeida (2002, p. 2):

O mapeamento de processo é uma ferramenta de visualização completa e consequente compreensão das atividades executadas num processo, assim como da inter-relação entre elas e o processo. Através do mapeamento de processo torna-se mais simples determinar onde e como melhorar o processo.

Entende-se que, por meio da análise do processo, mediante prévio mapeamento, com a identificação de elementos que possam interferir no seu desenvolvimento, é possível propor um gerenciamento, no sentido de oferecer melhorias. A isto dá-se o nome de modelagem de processo.

O processo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, realizado trienalmente pela CAPES/MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação), compreende, resumidamente, as seguintes etapas:

Etapa 1 – Coleta de dados/informações: As instituições, por meio dos coordenadores dos programas de pós-graduação, prestam informações anualmente, pelo Aplicativo Coleta de Dados Capes, sobre todas as atividades desenvolvidas pelos respectivos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Etapa 2 – Tratamento das informações: Os dados e as informações fornecidos eletronicamente pelas instituições são tratados e consolidados pelo corpo técnico da Capes e gerados os respectivos Cadernos de

Indicadores contendo informações sistematizadas e indicadores quali e quantitativos (relatórios síntese e indicadores por programa).

Etapa 3 – Análise pelas Comissões de Área: A partir dos relatórios síntese e indicadores de cada programa, explicitados nos Cadernos de Indicadores, as Comissões de Área elaboram, anualmente, o Qualis Periódicos, com base nos relatórios da produção intelectual de cada área, informada pelos programas no Coleta Capes, e, trienalmente, os critérios de avaliação da pós-graduação, assim como outros critérios que a Capes julgar necessários, emitindo pareceres, de acordo com os critérios preestabelecidos pela Capes e respectivas áreas, atribuindo notas de 1 a 7 para cada programa.

Etapa 4 – Análise e decisão pelo CTC-ES: Os relatórios e respectivos pareceres, elaborados pelas comissões de áreas, são encaminhados ao CTC-ES (Conselho Técnico Científico de Ensino Superior) com a indicação de um relator, e, finalmente, são analisados em uma reunião do CTC-ES que emite o parecer final atribuindo o respectivo conceito de avaliação.

Etapa 5 – Deliberação do CNE/MEC: Em seguida, a Capes encaminha o parecer final do CTC-ES ao CNE/MEC, que tem responsabilidade e competência sobre a regulação dos programas (reconhecimento ou renovação de reconhecimento) para homologação da decisão do CTC-ES. Somente após a publicação no Diário Oficial da União é que os conceitos dos programas de pós-graduação terão a validade e as Instituições poderão emitir os diplomas com validade nacional.

As etapas 1 e 2 ocorrem anualmente, caracterizando o processo de Acompanhamento Anual da avaliação. Na etapa 3, as Comissões de Áreas atuam em ações que são desenvolvidas anualmente e trienalmente, ou seja, anualmente os coordenadores de área revisam as publicações dos programas, qualificam os periódicos, se necessário e oficializam o Qualis Periódicos, tornando-o público, e, ao final de cada triênio, emitem pareceres e atribuem conceitos, com base nos critérios da Capes e das respectivas áreas. As etapas 4 e 5 são realizadas somente ao final de cada triênio, encerrando-se, assim, o processo de Avaliação Trienal.

Para elaboração dos indicadores e dos critérios de qualidade, que subsidiam os procedimentos de informações no Aplicativo Coleta de Dados, a Capes, por meio das Comissões de Área, divulga o **Perfil de Excelência** da área de

avaliação. A partir daí, inicia-se o processo de avaliação propriamente dito, com as etapas já elencadas. Este documento é revisado anualmente e atualizado quando necessário.

Em um mapa de processo consideram-se atividades, informações e restrições de interface de forma simultânea. Como esta pesquisa não visa demonstrar o método de mapeamento em si, mas sim, diagnosticar o fluxo de informações do processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, que ocorre na etapa 1, que é a base para todas as outras etapas do processo, foi registrado, mais detalhadamente, somente o fluxo de informações desenvolvidos ao longo do processo desta etapa, para atendimento à Capes.

Nas demais etapas, que envolvem os organismos externos e não há condições de interferência e/ou gestão direta pelos gestores da UEL, não é possível identificar e registrar o fluxo informacional nelas presentes; tampouco essas etapas são objetos de estudo desta pesquisa, uma vez que a coleta de dados é que norteia e direciona todo o processo de avaliação.

Abaixo é apresentado o fluxo do processo de avaliação da Capes (Quadro 2), elaborado a partir do relato de um coordenador de programa de pós-graduação experiente nesse processo e com base no referencial teórico sobre o processo de avaliação da Capes.

Como ressaltado anteriormente, é no desenvolvimento da etapa 1 que todo o processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* evolui, até a atribuição do conceito de cada programa pela Capes, e que será descrita mais detalhadamente à frente.

Quadro 2 – Fluxo do processo de avaliação da Capes – Fluxograma Vertical

FLUXOGRAMA VERTICAL - PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CAPES			
●	ANÁLISE OU INSTRUÇÃO	➡	TRANSPORTE
■	EXECUÇÃO OU INSPEÇÃO	⬇	DEMORA OU ATRASO / SITUAÇÃO PROBLEMA
▲	ARQUIVO PROVISÓRIO	▼	ARQUIVO DEFINITIVO
◆	DECISÃO	■	PRODUÇÃO DE DOCUMENTO OU INFORMAÇÃO
OR-DEM	SÍMBOLOS	UNIDADES	DESCRIÇÃO DOS PASSOS/AÇÕES
1	● ➡ □ ◆ ■ □ △ ▽	CAPES/ Comitês Áreas	Elaboração e divulgação do Perfil de Excelência (indicadores e critérios de qualidade) de cada área de avaliação pelas Comissões de Área.
2	● ➡ ■ ◆ □ ⬇ △ ▽	Coord. de Programas	Coleta e sistematização de informações para o preenchimento do Coleta de Dados CAPES - Anual.
3	○ ➡ ■ ◆ □ ⬇ △ ▽		Preenchimento, em formulários específicos denominados Documentos, das informações sobre as atividades e produção dos respectivos PPGSS, por meio do Aplicativo Coleta de Dados da CAPES, até abril de cada ano.
4	● ➡ □ ◆ ■ □ △ ▽		Verificação e Conferência das informações inseridas no Aplicativo Coleta de Dados CAPES - Relatórios de Conferência e de Consolidação.
5	○ ➡ □ ◆ □ □ △ ▽		Armazenamento das informações no Aplicativo Coleta de Dados CAPES.
6	○ ➡ □ ◆ □ □ △ ▽	Reitoria/ PROPPG	Transferência eletrônica dos arquivos com informações dos Programas ofertados no Ano-Base para a CAPES, por meio do Sistema CAPESNet (autenticação por meio de senha institucional).
7	○ ➡ ■ ◆ □ □ △ ▽	CAPES/ Corpo Técnico	Conferência e processamento dos dados inseridos pelos PPGSS no Coleta pelo corpo técnico da CAPES/Setor de Informática.
8	○ ➡ ■ ◆ □ □ △ ▽		Listagem e envio para Coordenadores de Área da produção bibliográfica informada em todos os PPGSS para atualização do Qualis.
9	● ➡ □ ◆ ■ □ △ ▽	CAPES/ Comitês Áreas	Atualização e divulgação do Qualis Periódicos, com base na produção intelectual informada pelos Programas de cada Área e inserida no Coleta CAPES e a partir de critérios pré-estabelecidos.
10	○ ➡ □ ◆ □ □ △ ▽		Devolução do Qualis atualizado para o corpo técnico da Capes/Setor de Informática.
11	○ ➡ ■ ◆ □ □ △ ▽	CAPES/ Corpo Técnico	Consolidação das informações do Coleta - processamento e quantificação dos dados e emissão/divulgação dos respectivos Cadernos de Indicadores de cada Programa com informações que permitem identificações e comparações com demais programas da Área.
12	● ➡ □ ◆ ■ □ △ ▽		Elaboração e divulgação dos Relatórios de Avaliação, por Área, a partir das informações quali-quantitativas do Caderno de Indicadores (Acompanhamento Anual dos Programas) - Coordenadores de Área e Consultores ad hoc.
13	● ➡ □ ◆ ■ □ △ ▽		Elaboração e divulgação das Fichas de Avaliação dos Programas pelos Coordenadores de Área e Comissões de Áreas - Avaliação Continuada/Acompanhamento Anual, com base em critérios pré-estabelecidos pela Área, gerando Parecer sobre andamento do Programa no ano do Coleta (Esse passo não ocorreu no triênio 2007-2009).
14	○ ➡ ■ ◆ □ □ △ ▽	CAPES/ Coord. Áreas	Realização de Seminários por Áreas com respectivos Coordenadores de Programas de todas as IES-discussão da avaliação da PG.
15	● ➡ □ ◆ □ ⬇ △ ▽	Coord. de Programa	Discussão e encaminhamentos dos resultados anuais junto aos pares institucionais.
16	● ➡ □ ◆ ■ □ △ ▽	CAPES/ Comitês Áreas	Definição e divulgação dos Critérios de Avaliação da PG (trienal) por Comissões de Área
17	● ➡ □ ◆ ■ □ △ ▽		Elaboração e divulgação de Fichas de Avaliação com Parecer e Conceitos para cada Programa referente ao triênio.
18	● ➡ □ ◆ ■ □ △ ▽		Disponibilização, no ano subsequente ao terceiro ano do triênio, de Documentos/Relatórios: Ficha de Avaliação do Programa; Documento de Área; Relatório de Avaliação (por Área) – cumprimento da Avaliação Trienal.
19	○ ➡ □ ◆ □ □ △ ▽	CAPES/ Coord. Área	Encaminhamento dos relatórios e pareceres ao Conselho Técnico Científico de Ensino Superior (CTC-ES) - trienal.
20	● ➡ □ ◆ ■ □ △ ▽	CAPES/ CTC-ES	Análise e decisão do CTC sobre Avaliação dos Programas - Estabelecimento do conceito final do Programa (relatores de grandes áreas analisam Fichas de Avaliação de todos os PPGSS e apresentam parecer conclusivo) - trienal.
21	○ ➡ □ ◆ □ □ △ ▽		Envio do parecer conclusivo e conceito estabelecido pelo CTC-ES para análise e emissão da deliberação pelo CNE/MEC - trienal.
22	● ➡ □ ◆ □ □ △ ▽	CNE/MEC	Análise do Parecer conclusivo e do conceito estabelecido pelo CTC - trienal.
23	○ ➡ □ ◆ □ □ △ ▽		Emissão da Deliberação do CNE/MEC - Homologação do resultado dos relatórios - trienal.
24	○ ➡ □ ◆ □ □ △ ▽		Encaminhamento da Deliberação para a CAPES - trienal.
25	○ ➡ □ ◆ □ □ △ ▽	CAPES	Divulgação dos resultados da avaliação trienal.
26	● ➡ □ ◆ □ ⬇ △ ▽	Coord. de Programa	Discussão e encaminhamentos dos resultados da avaliação trienal junto aos pares institucionais
27	○ ➡ □ ◆ □ □ △ ▽	MEC	Publicação da Portaria Ministerial do correspondente conceito final do Programa - trienal.
28	○ ➡ ■ ◆ □ □ △ ▽	IES/ PROPPG	Programas com conceito acima de 3 - aptos a emissão de diplomas (validados).
29	○ ➡ □ ◆ □ □ △ ▽		Resultado arquivado, registrado e com validade trienal.

Fonte: a autora (2012)

É na etapa 1, principalmente na coleta, sistematização e preenchimento dos dados no Coleta e nos demais passos/ações de outras etapas, em que os coordenadores de programas têm atuação e relação com os pares institucionais, que residem as situações-problemas e que podem interferir no processo de informação e de avaliação internamente. Além disso, o passo de avaliação continuada/acompanhamento anual, a partir da elaboração e divulgação das Fichas de Avaliação dos programas, com parecer sobre o andamento dos programas anualmente, não ocorreu no triênio 2007-2009, impossibilitando verificação de maiores detalhes sobre cada quesito de avaliação de cada programa em particular, ano a ano.

Nesse contexto é que as sugestões ou recomendações apresentadas poderão contribuir para a melhoria do processo, no desempenho ou no conceito dos programas de pós-graduação na Instituição.

A seguir é descrito o desenvolvimento de cada uma das etapas deste processo, mais detalhadamente da etapa 1. As demais etapas, por se tratarem de ações e encaminhamentos externos ao contexto das instituições de ensino superior, foram descritas para completar o processo que se inicia na coleta de dados, até a emissão do conceito final do programa.

A **Etapa 1**, correspondente à **Coleta de Dados**, tem por objetivo coletar informações dos programas de pós-graduação *stricto sensu* do país. Esta etapa consiste na responsabilidade de cada coordenador de programa em informar, anualmente, por meio do Aplicativo Coleta de Dados Capes (sistema informatizado), em período determinado, todos os dados e informações referentes ao programa, no ano-base.

Neste contexto, considera-se Programa, um conjunto de atividades interligadas, formado pelos cursos de mestrado e/ou doutorado acadêmicos ou de mestrado profissional de uma IES atuante numa mesma área de conhecimento – sua área básica – que compartilha essencialmente o mesmo corpo docente e tem uma estrutura administrativa comum. Assim, todas as informações inseridas no Coleta deve-se levar em consideração o conjunto de atividades realizadas no Programa.

Nesta etapa inicial do processo reside o momento mais importante, pois é com base nas informações repassadas que se constituirá a principal base

para as demais etapas. É a partir dela, ou seja, de como é realizada e de quais informações são inseridas, que o Programa será avaliado, ou seja, os dados coletados prestam-se principalmente à avaliação dos programas de pós-graduação e para a consituição da chamada “memória da pós-graduação”, que é o acervo de informações consolidadas sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) (CAPES, 2012).

O Coordenador, gestor acadêmico do Programa, tem a responsabilidade de preencher as informações no Aplicativo Coleta de Dados Capes. No entanto, é necessário que a responsabilidade seja compartilhada entre todos os envolvidos no contexto institucional (gestores administrativos, colegiados, docentes, discentes e técnicos) de forma a garantir um melhor desempenho no desenvolvimento da pós-graduação e, conseqüentemente, no resultado da avaliação.

Além disso, uma sistemática de organização, de atualizações e de busca das informações necessárias, de procedimentos claros para todos os envolvidos nos programas, além de condições institucionais que favoreçam o desenvolvimento do processo, deve se fazer presente, principalmente referente à esta Etapa 1, que consiste na base para o processo de avaliação da Capes.

Sendo assim, uma importante ação para facilitar, agilizar e tornar mais efetiva a fase de preenchimento dos dados no Coleta Capes, é a organização dos dados e das informações necessárias permanentemente por parte dos Coodenadores, além do desenvolvimento de uma sistemática no preenchimento dos cadastros. Para isso, faz-se necessário o envolvimento e o comprometimento de todos os integrantes do processo.

Importante enfatizar que o Aplicativo não é em si um instrumento de avaliação. Por se tratar de um sistema composto por um conjunto de aplicativos computacionais interligados e complementares, além do requisito de que os dados sejam estruturalmente consistentes, algumas exigências lógicas e de abrangência da informação são impostas na aplicação do sistema para a efetividade e eficácia do processo de avaliação. Enfim, há necessidade de que as informações prestadas sejam coerentes e consistentes ao ano base e que estabeleçam uma relação de fidedignidade e integridade entre os diversos formulários do Aplicativo, de modo a assegurar a qualidade da coleta de dados.

Desde 2006 a Capes criou o “Apoio Coleta” que é um grupo de pessoas indicadas pelas Pró-Reitorias de Pós-Graduação (dois participantes de cada Instituição) para atuar, nas respectivas Instituições, como multiplicadores dos conhecimentos e orientações necessários à utilização do Aplicativo Coleta de Dados.

Os dados do Programa devem ser transferidos inicialmente, por meio eletrônico, para as respectivas pró-reitorias de pós-graduação ou órgão correspondente, que reúnem os dados de todos os programas ofertados e transferem, via Sistema CAPESNet, para a Capes.

Considerando a grande diversidade de vínculos institucionais, terminologias e registro da atividade acadêmica presentes no SNPG, a estrutura para sistematização das informações no Aplicativo Coleta de Dados segue uma padronização genérica e, em certos casos, de forma arbitrária.

As informações desta etapa de coleta de dados, relativas às atividades e à produção de cada programa de pós-graduação, são alimentadas em **formulários específicos**, chamados de **Documentos** e agrupados tematicamente da seguinte forma: **Programa; Cursos; Cadastro; Proposta do Programa; Linhas de Pesquisa; Projetos; Disciplinas; Turmas; Trabalho de Conclusão; Produção Intelectual; Fluxo Discente.**

Os **Documentos** agrupam conjuntos de informações logicamente afins, definidos em função dos objetivos da coleta de dados: avaliação dos programas de pós-graduação; apoio à definição e acompanhamento dos programas de fomento; planejamento estratégico.

A caracterização de cada um dos Documentos para atendimento à Capes, por meio do Aplicativo Coleta de Dados, está detalhada a seguir.

O documento **Programa** contempla o registro, consulta e alteração de informações gerais e comuns aos cursos do Programa e é composto por quatro fichas:

- 1) Dados dos Programa: dados que constam da base de dados da Capes, como código, denominação do Programa e sua área básica – que não podem ser alterados no Aplicativo e havendo inconsistência deve ser solicitado à Capes a correção específica – e regime letivo;

- 2) Endereço: deve estar o mais completo possível;
- 3) Áreas de Concentração: exibe o conjunto de áreas que consta na base de dados da Capes, no entanto, permite alteração, inclusão ou exclusão, após solicitação à Capes e parecer da Coordenação de Área correspondente;
- 4) Financiadores: dados como nome, classificação e Unidade da Federação (UF) da sede das entidades que no ano base tenham viabilizado materialmente a realização de projetos, trabalhos de conclusão e demais atividades do programa com subvenções e financiamento, inclusive bolsas de estudo.

O documento **Cursos** é destinado ao registro, consulta e alteração de informações e requisitos gerais dos cursos ofertados no Programa, constantes da base de dados da Capes e que são exibidos no cabeçalho do formulário, sendo vedada alteração no nome, nível e ano de início. Recomenda-se cadastrar ou verificar a existência de cadastramento dos docentes que coordenam os cursos do programa antes de operacionalização das fichas. Cada curso é composto por três fichas:

- 1) Dados Básicos: Coordenador (número do documento e nome do coordenador que podem ser diferentes para os Cursos de Mestrado Acadêmico e de Doutorado. A busca pode ser feita por meio do Documento Cadastro), Titulação (requisitos mínimos de créditos exigidos), Disciplinas (número mínimo de créditos exigidos em disciplinas), Trabalho de Conclusão (requisitos mínimos de créditos exigidos no Trabalho de conclusão), Outros (Número mínimo de créditos exigidos em outras atividades), Horas Aulas/Crédito (número de horas de aula que equivalem a um crédito, desconsiderando o cômputo de horas destinadas a outras atividades).
- 2) Áreas de Concentração: Denominação das áreas de concentração ainda não associadas ao curso; associadas ao curso; ano de início da área no curso. O conjunto de Áreas de Concentração é registrado no documento Programas. Há uma ficha destinada para cada curso – mestrado acadêmico,

doutorado, mestrado profissional.

- 3) Áreas Afins: São domínios do conhecimento, próximos ou relacionados às áreas de concentração e área básica do Programa. Essa informação caracteriza o potencial de atuação inter e multidisciplinar do programa. São cadastradas por curso a partir da Tabela de Áreas de Conhecimento da Capes.

O **Cadastro** é específico para registro e alteração de informações sobre as pessoas que atuam no Programa e referenciadas no aplicativo durante o ano base. As pessoas envolvidas no Programa podem ser classificadas como Docentes, Discentes ou Participantes Externos.

O **Cadastro Docente** compreende o registro de todos os docentes que atuam de forma contínua ou sistemática no Programa, ainda que, eventualmente, não possuam atividades naquele ano base. É composto por quatro fichas: Dados Pessoais (informações pessoais que identificam a pessoa cadastrada na base de dados da Capes); Titulação (nível mais elevado: graduação, mestrado, doutorado e notório saber); Vínculo (relação formal com a IES, carga horária, categoria no programa); Atuação Acadêmica (atuação do docente no Programa, além de informações de participação nos cursos de graduação da IES).

O **Cadastro Discente** é o documento onde devem ser registrados todos os membros do corpo discente do Programa que estejam nele matriculados. Os discentes matriculados em Programa Minter/Dinter são considerados alunos regularmente matriculados no Programa da IES promotora. Os discentes da graduação devem ser registrados apenas se estiverem vinculados ao programa em relação a aitorias, coautorias, projetos, entre outros e os discentes de graduação de outra IES devem ser reistrado no Cadastro Participante Externo. **Cadastro Discente** é composto por uma única ficha: Dados Pessoais que contemplam informações de documentação pessoal (CPF ou outro no caso de estrangeiro); data da matrícula (mês e ano de início das atividades para o discente da pós-graduação e data da matrícula no curso para os discentes da graduação); dados de financiador (para o caso de bolsas de alunos); *status* do discente (situação do discente no Programa: abandono, desligado, matriculado, mudança de nível com defesa de dissertação, mudança de nível sem defesa de dissertação, titulado). Os Programas deverão solicitar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação ou órgão equivalente

na IES o envio do arquivo do Cadastro de Discentes, salvar no computador e utilizar a opção “Importação /Exportação de Dados” do Aplicativo. Após a importação dos dados, os dados importados no documento Cadastro Discente do Coleta são verificados, completando e corrigindo o que necessário.

No **Cadastro Participante Externo** devem ser registrados apenas aqueles que tenham citação nominal em outros documentos da aplicação como participação em bancas examinadoras, autores, coautores e que não estejam incluídos na categorias de discentes ou docentes. É composto por duas fichas: Dados Pessoais (informações pessoais que identificam a pessoa cadastrada na base de dados da CAPES); Titulação (nível mais elevado: graduação, mestrado, doutorado e notório saber, ano e IES de obtenção desta titulação e respectiva Área de Conhecimento).

O documento **Proposta do Programa** registra a concepção acadêmica do Programa, bem como críticas e sugestões referente ao aplicativo e ao processo de avaliação. Este documento é composto por 12 fichas: Objetivos; Integração com a Graduação; Infraestrutura; Atividades Complementares; Trabalhos em Preparação; Intercâmbios Institucionais; Autoavaliação; Ensino a Distância; Outras Informações; Críticas e Sugestões; Produções mais Relevantes; Solidariedade, Nucleação e Visibilidade. Os textos de cada uma das fichas constantes da base de dados do ano anterior ficam disponíveis para reaproveitamento e atualização do ano base corrente.

Linhas de Pesquisa: documento que possibilita registro, consulta e alterações de informações gerais sobre as linhas de pesquisa vigentes no ano base e é composto por duas fichas: Identificação; Projeto.

Projetos: destinado ao registro, consulta e alteração de informações gerais sobre os projetos do Programa desenvolvidos ou em desenvolvimento por docentes no ano base da coleta de dados. Os projetos de teses e dissertações dos alunos são lançados em Trabalhos de Conclusão, quando finalizados. Este documento é composto por três fichas: Identificação (novo cadastro ou alteração de dados já indicados; Equipes (alunos envolvidos: graduação, mestrado acadêmico, doutorado, mestrado profissional, especialização – apenas quantitativo); Financiamentos (associação das entidades financiadoras do projeto já cadastradas na Ficha Financiadores, do documento Programa).

Disciplinas: documento que consiste no registro, consulta e alteração de dados das disciplinas que compõem a estrutura curricular dos cursos do Programa, mesmo que não tenha sido ministrada no ano base. Compõem-se de três fichas: Dados das Disciplinas; Áreas de Concentração disciplinas obrigatórias e não obrigatórias para cada área de concentração); Ementa/Bibliografia (resumo da ementa da disciplina e da bibliografia básica ou recomendada para a disciplina).

Turmas: registro das turmas das disciplinas ministradas no ano base, ou seja, uma turma é cadastrada para cada vez que a disciplina foi ministrada no ano base. Vários docentes podem compartilhar turmas de uma mesma disciplina. Forma-se por duas fichas: Dados Básicos; Docentes (nome, fração da carga horária da disciplina correspondente à participação de cada docente já registrado na base de dados através do documento Cadastros).

Trabalhos de Conclusão: documento que destina-se ao registro dos Trabalhos de Conclusão defendidos e aprovados nos cursos de mestrado acadêmico, doutorado ou mestrado profissional do Programa, durante o ano base. Neste caso são nove fichas: Identificação; Referência Bibliográfica; Resumo; Orientadores; Financiadores; Banca Examinadora; Atividade Futura; Contato; Áreas de Conhecimento. Todos os trabalhos de conclusão devem estar relacionados às linhas de pesquisa, projetos, orientadores do Programa, financiadores e a intenção de trabalho futuro dos titulados.

Produção Intelectual: documento em que deve ser registrada toda a Produção Bibliográfica, Técnica e Artística realizada no Programa e efetivamente concluída e/ou publicada. Compõem-se das fichas: Identificação natureza ou tipo da produção, nome dos autores e título da produção), Detalhamento (para cada tipo de

produção há um conjunto específico de campos disponíveis no Aplicativo-Tabela Coleta); Contexto (em relação à linhas e projetos de pesquisa e às suas áreas de concentração); Vínculo (relação da produção com trabalhos de conclusão). Toda a produção intelectual deve estar relacionada às linhas de pesquisa e projetos, além do vínculo com os trabalhos de conclusão realizados no Programa.

Fluxo discente: documento destinado à visualização das informações relativas ao corpo discente dos Cursos do Programa, extraído a partir dos dados informados no documento Cadastro Discente e no documento Trabalhos de Conclusão.

O Aplicativo Coleta de Dados disponibiliza a visualização de dois tipos de relatórios que possibilita ao usuário verificar a informação já registrada: **Relatório de Conferência e Relatório de Consolidação.**

O **Relatório de Conferência** tem como objetivo auxiliar na verificação integral dos dados registrados. Apresenta doze opções de relatórios: Programas; Cursos; Proposta de Programa; Cadastro; Docente; Discente; Linha de Pesquisa; Projetos; Disciplinas; Trabalho de Conclusão; Produção Intelectual; Financiadores.

O **Relatório de Consolidação** reúne dados registrados na base e relacionados ao cadastrado da categoria Docente. Apresenta duas opções de relatórios: Docentes (apresenta dados quantitativos referentes à Produção Intelectual, Projetos e Orientação dos docentes); Programas (dados quantitativos do Programa referentes à Publicações, Pesquisa, Trabalhos de Conclusão, Tempo médio de titulação e Recursos Humanos).

O Aplicativo disponibiliza ainda **procedimentos utilitários** para: **importação e exportação de dados; cópias de segurança (backup); verificação de erros; e, aproveitamento do Currículo Lattes.**

O processo de importação consiste na função utilizada para transferir para o Aplicativo Coleta de Dados, os arquivos específicos contendo os dados do Programa. Há também dentro do processo de importação, um recurso auxiliar que permite ao usuário do Coleta de Dados importar as informações já registradas no Aplicativo Cadastro de Discentes, solicitados anteriormente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação ou órgão equivalente na IES.

O processo de exportação refere-se à transferência anual dos dados

para a Capes. Os dados inseridos nos documentos do Aplicativo Coleta de Dados são transferidos pelo Programa, inicialmente para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Instituição à qual pertence o Programa, que executa a atividade de enviar os arquivos dos Programas à Capes.

A transferência anual de dados para a Capes, Diretoria de Avaliação, é realizada pelo sistema CAPESNet, procedimento este que exige autenticação por meio de senha e é realizado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação ou órgão equivalente na IES. Após o envio do arquivo pelo sistema, é imprescindível o acompanhamento do *status* de processamento na página da Capes. Por meio do sistema CAPESNet é possível também enviar os pedidos de reconsideração da Avaliação Trienal e de cursos novos, por meio do APCN (Aplicativo para Propostas de Cursos Novos), além de diligências (APCN, Minter ou Dinter).

É expressamente recomendado pela Capes que o usuário faça frequentemente cópias de segurança dos dados informados no Aplicativo. Este procedimento é realizado semelhantemente aos de Exportação e essas cópias devem ser mantidas em diretórios distintos daqueles utilizados pela Aplicação Coleta de Dados (outro disco rígido, ou CDs etc).

O Aplicativo disponibiliza também o utilitário para Verificação de Erros, como apoio ao usuário. Esse procedimento é automaticamente acionado antes da geração do arquivo de exportação de dados e verifica a existência de preenchimentos incompletos ou inconsistentes em vários campos de diversos documentos.

Outra ferramenta desenvolvida no Menu Utilitários para auxiliar o preenchimento do Aplicativo Coleta de Dados é o “Aproveita Currículo Lattes”, que possibilita a importação das produções docentes de Natureza Bibliográfica, Técnica e Artística, referentes ao ano base.

Na **Etapa 2 – Tratamento das informações** – momento em que o corpo técnico da Capes realiza a consolidação das informações repassadas anualmente pelos Programas e que subsidiarão as análises das Comissões de Áreas.

As informações prestadas anualmente pelos Programas por meio do Coleta de Dados e enviadas à Capes pelo CAPESNet são tratadas por técnicos e

que permitem a emissão dos **Cadernos de Indicadores**, por Programa/Ano Base, que orientarão as análises das Comissões de Áreas, a serem utilizados no processo de avaliação.

Os Coordenadores de Área são consultores designados para, em um período de três anos, coordenar, planejar e executar as atividades das respectivas Áreas junto à Capes, especialmente aquelas relativas à avaliação dos programas de pós-graduação.

O processo de escolha dos Coordenadores de Áreas se dá por meio de listas tríplices, elaboradas pelo Conselho Superior da Capes e definidas a partir de relação de nomes advindos da ampla consulta feita aos cursos ou programas de pós-graduação e às associações e sociedades científicas e de pós-graduação.

Atualmente, os **Cadernos de Indicadores** são compostos por 11 documentos – Síntese e Indicadores –, disponibilizados em arquivos sob o formato “pdf” na página da Capes, e trazem dados qualitativos sobre: PT (Produção Técnica); TE (Teses e Dissertações); PB (produção Bibliográfica); DI (Disciplinas); PA (Produção Artística); CD (Corpo Docente, Vínculo Formação); PO (Proposta do Programa); LP (Linhas de Pesquisa); PP (Projetos de Pesquisa); DP (Docente Produção); DA (Docente Atuação) de cada Programa. O Documento referente aos dados do PR (Programa) não faz mais parte dos documentos disponíveis a partir de 2007, em função da nova escala do Qualis.

Já na **Etapa 3 – Análise pelas Comissões de Área** –, com base na produção intelectual de cada área informada anualmente pelos programas no Aplicativo de Coleta de Dados, os coordenadores de área, por meio de critérios estabelecidos previamente, elaboram, a qualificação dos periódicos científicos, denominados de Qualis Periódicos, que é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise dos veículos de divulgação, ou seja, dos periódicos científicos. Os veículos de divulgação são enquadrados em estratos indicativos de qualidade por área, sendo A1, o mais elevado, seguido de A2, B1, B2, B3 (com pesos diferentes) e C (sem peso). Um mesmo periódico pode ser classificado em duas ou mais áreas distintas e receber avaliações diferentes. Tal fato expressa o

valor atribuído à pertinência do conteúdo veiculado em cada área. O Qualis não pretende, com esta classificação, definir a qualidade de periódicos, mas, sim, atender a uma necessidade específica do processo de avaliação na área em que se inser. Como resultado desta ação a Capes disponibiliza, por meio de sua página na internet, consulta ao Qualis das áreas, bem como a divulgação dos critérios utilizados para a classificação de periódicos. O aplicativo que permite essa consulta é o **WebQualis**.

Além disso, os relatórios são analisados por comissões de consultores especialistas *ad hoc*, convidados pela Capes que, ao final de cada triênio, definem os critérios de avaliação da pós-graduação, bem como outros critérios que a Capes julgar necessários e emitem **Relatórios com parecer e nota/conceito para cada programa**, numa escala de 1 a 7, de acordo com os critérios preestabelecidos pela Capes e respectivas áreas, sendo: 1=Deficiente (Programa com atividades deficientes), 2=Fraco; 3=Regular; 4=Bom; 5=Muito Bom; 6=Ótimo e 7=Excelente. Os programas que recebem conceitos 2 e 1 não terão validade nacional e suas atividades deverão ser encerradas, enquanto que o programa com conceito 7 indica a excelência em todas atividades executadas e, principalmente, a internacionalização do corpo docente, discente e produção intelectual. Esta análise ocorria anualmente com finalidade de acompanhamento das atividades do programa de pós-graduação, sendo apontados, principalmente, os pontos fracos. No entanto, nos últimos anos, estes acompanhamentos têm ocorrido ao final de cada triênio, quando ocorre a avaliação de toda pós-graduação brasileira.

Os demais relatórios, tratados e consolidados pelo corpo técnico da Capes, dos quais são gerados os respectivos **Cadernos de Indicadores**, contendo informações sistematizadas e indicadores quali e quantitativos (relatórios síntese e indicadores por programa) são divulgados na página da Capes e encaminhados aos Coordenadores de Área e analisados por Comissões de consultores especialistas *ad hoc*, convidados pela Capes. Objetivando o Acompanhamento Anual dos Programas, a partir das análises feitas, com base nos documentos e relatórios citados acima, as Comissões de Área emitem, anualmente, os **Relatórios de Avaliação (por área)**, que são apresentados pelos Coordenadores de Áreas e discutidos com os Coordenadores dos Programas da Área em Seminários Anuais de Acompanhamento.

Para cumprimento da Avaliação Trienal, as Comissões de Áreas disponibilizam, no ano subsequente ao terceiro ano do triênio, os seguintes documentos/relatórios:

Ficha de Avaliação do Programa – com atribuição de conceito em cada item de avaliação, apreciação sobre cada quesito, recomendações da Comissão (visita *in loco*; mudança de área), se for o caso.

Documento de Área – apresenta considerações gerais sobre o estágio atual da Área; sobre a Ficha de Avaliação para o triênio; sobre as definições e estratificações, bases indexadoras, fator de impacto do Qualis Periódico; definições e comentários sobre os quesitos/itens da Ficha de Avaliação do Triênio; considerações e definições sobre atribuição de notas 6 e 7 – inserção internacional.

Relatório de Avaliação (por Área) – consiste na apresentação da avaliação e de considerações gerais da área; de considerações sobre o uso da Ficha de Avaliação, no contexto da avaliação; sobre a produção intelectual; pesos para os itens de avaliação da Ficha de Avaliação; contextualização, indicadores e referências de inserção internacional para Programas 6 e 7). Além disso, também estabelece uma síntese da avaliação em comparação ao triênio anterior. Enfim, sintetiza o processo realizado por cada uma das áreas de avaliação e apresenta o quadro geral do trabalho de cada comissão, além de descrever os resultados advindos das definições e preceitos estabelecidos no Documento de Área quando aplicados ao triênio informados pelos Programas. Este documento destina-se, portanto, a fornecer elementos para análise dos resultados da área a serem chancelados pelo CTC-ES.

As Fichas de Avaliação, em conjunto com os Documentos de Área e os Relatórios de Avaliação constituem o trinômio que expressa os processos e os resultados da Avaliação Trienal.

A **Etapa 4 – Análise e decisão pelo CTC-ES** – ocorre quando um relator do CTC-ES analisa o relatório da comissão de área, apresentando parecer conclusivo que é apreciado pelo Colegiado e decidindo-se pela homologação do conceito do Programa. O CTC dá a chancela ao programa, com base no relatório da comissão de área.

Após chancela dos resultados pelo CTC, o conjunto desses Relatórios servirá para dar ampla divulgação da avaliação junto às instituições de ensino, ciência, tecnologia e de inovação, bem como à comunidade em geral.

Além desses, com a finalidade de aumentar ainda mais a transparência da Avaliação Trienal, a Capes elabora e coloca à disposição de toda comunidade planilhas que permitem a comparação dos dados de cada programa com os demais de sua área. As planilhas são organizadas por área, programa e em ordem decrescente da nota aprovada pelo CTC, apresentando dados e informações dos programas acerca da modalidade (acadêmico ou profissional); ano de início, conceito atribuído; média anual de docentes permanentes no triênio; número de teses e dissertações concluídas no triênio; a razão das dissertações/teses neste período; os artigos; os trabalhos completos em anais, livros e capítulos de livros e a produção artística.

A **Etapa 5 – Deliberação do CNE/MEC** – é a etapa final do processo de avaliação no âmbito governamental. É quando o Conselho delibera, a partir dos resultados anteriores, sobre o reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos programas, emitindo a **Portaria Ministerial** correspondente.

4.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo serão tratados os resultados da pesquisa, extraídos de cada pergunta efetuada aos coordenadores de Programas selecionados e participantes, abordando os elementos presentes no regime de informação, seguindo o roteiro de entrevistas, conforme formulário constante no Apêndice B. Todos os participantes concordaram com os termos e objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A).

O quadro de entrevistados da presente pesquisa, de acordo com os critérios predefinidos na metodologia, configurava-se de 13 sujeitos, de diferentes

Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* dos diferentes Centros de Estudos. No entanto, por motivos alheios à vontade da pesquisadora, foi possível realizar 10 entrevistas, pois envolvia disponibilidade de atendimento e de horário dos coordenadores de programas, aliado ao tempo hábil para a realização da pesquisa. Some-se a isto, o fato de que os coordenadores de programas estavam envolvidos com o Coleta Capes até o final de abril de 2012, além do envolvimento com as atividades acadêmicas e administrativas rotineiras.

Por problemas técnicos, uma entrevista não foi registrada, o que impossibilitou a inclusão no contexto das entrevistas válidas. Assim, para a análise foram consideradas apenas nove entrevistas.

Esta amostra de entrevistas representa 69,23% do universo proposto para a pesquisa e 30% dos coordenadores de programas avaliados no último triênio (2007-2009). Estatisticamente, trata-se de um percentual considerado válido e significativo para as análises pertinentes, bem como para atingir aos objetivos propostos neste estudo, considerando, principalmente, a riqueza de informações obtidas durante as entrevistas junto aos coordenadores.

As perguntas referiam-se não somente à identificação dos elementos do regime de informação, presentes no processo de avaliação da Capes, em especial à etapa de coleta de dados, mas, e, sobretudo, acerca de questões que podem interferir no processo de avaliação da pós-graduação coordenada pela Capes, como um todo.

Buscando manter o sigilo na identificação dos entrevistados, assim como nas informações prestadas por eles, os coordenadores participantes da pesquisa, foram denominados por Coordenador A, Coordenador B e assim sucessivamente, até Coordenador I. Da mesma maneira, os respectivos Programas foram identificados como Programa A, Programa B, até Programa I.

Vale registrar que um Coordenador de Programa indicou dois alunos bolsistas para participar da pesquisa em seu lugar, tendo em vista que são esses alunos que realizam o levantamento e o preenchimento do Coleta Capes, estando, portanto, na visão do Coordenador, mais familiarizados e em condições de atender as demandas da pesquisa (Programa H, Coordenador H). Os demais atenderam prontamente ao convite para a entrevista e foram extremamente colaboradores e participativos, demonstrando, inclusive, interesse quanto aos resultados da pesquisa

e esperando que os mesmos possam subsidiar reflexões e encaminhamentos no âmbito institucional.

No contexto do Regime de Informação, tema central de estudo na pesquisa, os resultados apresentados foram extraídos de cada pergunta realizada aos coordenadores de Programas, conforme roteiro de entrevistas (Apêndice B), abordando os elementos do Regime de Informação, presentes no processo de avaliação da Capes: atores, recursos, canais e mensagens. Tais elementos, detalhadamente estudados no Capítulo 3, encontram-se no Quadro 1, à página 67 e são apresentados em breve síntese a seguir, conforme apontados pelos coordenadores de programas entrevistados.

4.5.1 Atores

“**Atores**” são entendidos na pesquisa como as identificações nas quais se estabelecem relações pessoais e organizacionais: as instituições, os organismos, as agências, os departamentos e os sujeitos envolvidos no processo.

No contexto da nossa pesquisa, os atores, identificados no Regime de Informação, presentes no processo de avaliação da Capes e na percepção dos coordenadores, de modo geral, são considerados como o elemento mais importante no processo, pois é da atuação de cada um e das condições que lhe são conferidas que dependerá o desenvolvimento dos programas.

De acordo com os resultados da pesquisa os atores mais lembrados e relacionados no processo de avaliação da Capes são representados pelo **corpo docente e pelo corpo discente**. Todos os entrevistados os colocaram como principais atores nesse processo.

Além destes, a **coordenação do programa** também exerce um papel fundamental no processo e foi considerada também como um dos atores importantes para os Programas B, C, D, F e I.

Para o Coordenador B,

Os atores principais são os docentes, porque toda informação primária vem do currículo Lattes dos docentes, das informações atualizadas por eles. Porque são eles que a Capes vai olhar e, felizmente ou infelizmente, a produção bibliográfica é imprescindível [...] o que pesa é a publicação. Outro ator principal são os discentes. Não adianta o docente ter várias publicações e não ter o um discente com ele. A participação discente é imprescindível para a Capes, portanto, imprescindível para o Programa também [...] A

publicação docente é muito importante, mas a publicação com seu discente também é importante. Os atores principais são os docentes e discentes e a coordenação que junta tudo isso para o processo [...] que faz um trabalho mecânico e intelectual para atendimento à Capes. É o docente nos informando sua produção, que é o que mais pesa, mas com seu orientado, principalmente. Essa é a base da avaliação da Capes e o que vai nos distinguir de outros programas.

Para o Coordenador E os alunos e professores são os principais atores, na medida em que os consideram disseminadores da informação dos Programas.

Os alunos são os disseminadores da informação do programa para a comunidade, são os principais agentes de disseminação nesse sentido. A experiência que têm no Programa é a experiência que vão disseminar para a comunidade [...] O segundo é o corpo docente do Programa, que vai para Congressos, [...] que tem vínculo institucional, que faz a política, tanto via acadêmica, quanto via Capes, e é fundamental para disseminação do Programa enquanto políticas e linhas.

Outros atores considerados importantes para o processo, porém em uma escala menor de referências (Coordenadores A, C e E), são: **o staff da Instituição**, independentemente do nível e alguns **setores da Instituição** (Secretárias do Centro, Seção de Pós-Graduação, Proppg). No entanto, o Coordenador E destaca o papel fundamental dos secretários de pós-graduação, ligados diretamente ao programa, que são:

[...] funcionários imersos no cotidiano do programa, que tem um histórico muito maior do que o próprio coordenador. O coordenador quando entra no programa ele aprende muito com o funcionário que está lá há mais tempo, que já sabe como é o trâmite das coisas [...], e os funcionários da Proppg, que lidam como uma parte mais institucional do programa, mas não ligados diretamente ao coordenador e, às vezes, não muito diretamente ao aluno. Há relações que passam entre Proppg-aluno sim, mas, percebemos que cada vez mais estas relações de comunicação estão ligadas à secretaria de pós-graduação, mas não deixam de ser um dos atores importantes.

O Coordenador C também considera os **atores institucionais e não institucionais** como principais atores nesse processo, ou seja, as **Universidades**, por meio das **Pró-Reitorias de Pós-Graduação**, e a **CAPES/MEC**. Já os atores **não institucionais** são os **coordenadores de pós-graduação** e os **espaços de movimento desses coordenadores** (fóruns nacionais de coordenações de programas, de coordenações de áreas), onde são discutidos os critérios de avaliação e as propostas de alterações.

Na percepção do Coordenador I, a **Capex** é representada por um conjunto de atores, que vão desde o **corpo técnico** até o **corpo de consultores**, que auxiliam com informações para o preenchimento. No âmbito da UEL, na Proppg, há atores fundamentais que também dão todo o suporte operacional para o preenchimento do Coleta. No entanto, nem sempre o fluxo de informação possibilitado por esses atores, quer seja nas orientações dos manuais, dos campos específicos de preenchimento do Aplicativo Coleta de Dados ou dos relatórios produzidos, fica muito evidente. O Coordenador precisou buscar informações com outros pares, coordenadores de outras IES, para um suporte de análise mais elaborada para o preenchimento do Coleta. Ou seja, são atores ampliados neste processo.

[...] Capex tem um conjunto de atores - todos aqueles que preparam os roteiros de relatórios a serem preenchidos. Mas o fluxo de informação, possibilitado por esses atores, não é muito claro, porque por mais que tenhamos o manual para o preenchimento, campos específicos para preenchimento, muitas informações não são claras para quem vai fazer o preenchimento [...] Principalmente no que diz respeito aos relatórios qualitativos nós, ou melhor, eu, partindo da minha experiência, precisei ir atrás de relatórios publicados por outras instituições com notas iguais ou superiores a nossa, da mesma região que tem perfil semelhante ao nosso [...] para perceber que tipo de informação nós que somos nota 3 colocamos [...] aqueles que são nota 4 colocam, aqueles que são nota 7 colocam, porque às vezes a nossa nota não conseguiu subir porque não colocamos aquela informação de algo que realizamos, que não era claro que precisava estar ali e que, às vezes, é o que vai fazer o diferencial. No preenchimento de um relatório que vai informar a respeito do nosso programa [...] eu não posso contar apenas com as orientações que eu recebo, preciso buscar em outros atores a informação, porque não é somente preencher o relatório com que eu penso ser importante, eu tenho que tentar mapear o que é importante para quem vai ler o relatório, e isso não é elucidado quando orientam para o preenchimento. Desta forma, o ator que presta a informação, até para um preenchimento, é ampliado. Não é mais a Capex que me diz como vou fazer avaliação, como preencher o relatório, é a minha leitura de outros relatórios avaliados pela Capex e que situam instituições que tem um trabalho muito parecido com o nosso, mas que são 4 ou 5, enquanto nós continuamos 3, e o que tem de diferente no relatório deles, e aquilo que é posto como um programa que é nota 7 [...] Óbvio que eu não vou ter internacional, mas o que posso informar nas questões que podem qualificar o programa. São atores ampliados.

Uma abordagem interessante, considerada em relação aos atores e abordada pelo Coordenador D, são as interações que se estabelecem entre os diferentes atores envolvidos (**internos e externos**) e em diferentes momentos do processo.

No contexto interno, o Coordenador apresenta as interações entre membros do programa e entre o órgão que faz a coordenação geral dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e da pesquisa na Instituição.

Internamente, dentro do Programa, temos as seguintes interações: a Secretaria de PG e os docentes permanentes do Programa, que executam todas as atividades e as informações que fornecemos no Coleta Capes. Em seguida, a interação do coordenador do Programa com a Proppg, que encaminha eletronicamente as informações para a Capes. [...] Internamente, há também a interação entre docentes, coordenação, Proppg, alunos de PG (mestrado, doutorado e pós-doutores), de Graduação e IC interagindo nas atividades dos programas.

Além das interações internas, apresenta também como se dá a interação com a Capes, organismo externo, coordenador da política de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil:

A interação com a Capes é realizada por meio do Coordenador de Área que define os parâmetros de avaliação, junto com os seus pares, de acordo com as diretrizes da Capes [...] ele não é funcionário da Capes, é um membro escolhido da comunidade, é um interlocutor da Capes [...] Além desse elo principal [com a Capes], ele tem a representatividade da Área, e participa ou não do CTC, cujos membros são escolhidos dentro dos 45 coordenadores de todas as áreas da Capes, e que traçam as diretrizes gerais do processo de avaliação. A Capes conta também com o pessoal de apoio, por exemplo, o Setor que cuida dos Aplicativos Qualis que, após o recebimento das publicações [produção intelectual] do ano vigente, a Capes convida o Coordenador de Área que qualifica e revisa as publicações e fazem um levantamento, com base nos critérios já estabelecidos, para a qualificação daqueles periódicos e oficializam o Qualis do ano anterior ao Coleta [...] e o torna público. [...] A Capes também tem a Diretoria de Avaliação que organiza e analisa anualmente o Coleta Capes, mas que nos últimos anos não está mais sendo realizado. O acompanhamento anual está sendo feito por meio de um processo de leitura de todos os relatórios, apontando falhas e fragilidades do Coleta e informam a coordenação sobre as incoerências, as inadequações, não atendimento de itens importantes para o funcionamento do programa etc. Além disso, trienalmente a avaliação em si. Outra forma de interação é com a Área Administrativa da Capes, responsável pelo estabelecimento e liberação de cotas de bolsas para mestrado e doutorado; pela distribuição de recursos para os programas de pós-graduação, o PROAP, e os recursos diferenciados do PROAP para os Programas 6 e 7. Tem também o setor de cooperação internacional, sem muita integração com a UEL [...] para viabilizar intercâmbios internacionais, receber ou enviar alunos e pesquisadores para fazer integração e melhorar a função da atividade de pesquisa [...].

Essa é uma questão apontada por González de Gómez e Chicanel (2008, p. 5) no regime de informação, quando afirmam que:

O regime de informação remete assim, a uma equação entre potencialidades e forças de diferentes origens e direções que, combinadas, definem os modos de distribuição – entre diferentes atores sociais, atividades e regiões – da potência construtiva e do poder seletivo que se manifestam na geração, circulação, acesso e uso da informação.

Uma avaliação importante em relação a **potenciais de atores** para o desenvolvimento da pós-graduação no âmbito da Instituição foi feita pelo Coordenador E que cita a “**assessoria de imprensa**” e os **órgãos de comunicação da UEL**, que poderiam exercer um papel fundamental para a disseminação dos programas junto à comunidade interna e externa.

Eu avalio potenciais de atores dentro da própria Instituição. Digo, a assessoria de imprensa da UEL. Nosso programa está com inscrições abertas, não há um noticiário do nosso programa na Rádio UEL, [...] no Jornal da UEL, e seria fundamental poder disseminar isso na própria comunidade, ter uma política de disseminação extra-universidade, da Universidade para a Comunidade, que a Rádio UEL faz um papel muito legal. Seria importante ter esses canais, de certa maneira, um pouco mais voltados para esses calendários [...] enquanto política mesmo [...] uma política de disseminação mais ampla, mais institucionalizada.

Esta situação também foi levantada pelos Coordenadores F e G quando indicaram a dificuldade em divulgar os programas, pois cada coordenador tem que fazer trabalhos individualmente, sendo que na Instituição há setores especializados para esta atividade.

[...] temos a COM, a TV, a Rádio, mas cada coordenador tem que ser o seu “marqueteiro”. Proppg poderia articular junto com esses órgãos para o desenvolvimento de uma política institucional de comunicação e de divulgação (Coordenador F).

O Coordenador G recorreu, inclusive, à ajuda de atores externos para divulgação do programa junto à comunidade externa e sugere o envolvimento de outros atores internos de forma mais institucionalizada.

Precisei pedir ajuda para associações profissionais (ligadas à área de formação) [...] na divulgação para a comunidade externa. Como coordenador corro atrás, mas com foco no nosso (programa), e não se cobra muito. A Universidade poderia trabalhar uma política nesse sentido.

Ainda como afirmam González de Gómez e Chicanel (2008, p. 5), baseadas no sustento argumentativo da Teoria da ação comunicativa de Habermas:

[...] as ações da informação, caracterizariam, e seriam caracterizadas, pelas formas de integração social [...], sempre a serem consideradas do ponto de vista dos participantes e integrantes de uma forma de vida, e os sistemas e redes de informação, que assumem do ponto de vista de um ator externo – em relação aos contextos formativos e reprodutivos de uma forma de vida. Para Habermas, os modos de integração social seriam sociais (integração por ações comunicativas, agenciadas pelos participantes) ou funcionais (integração intermediada, através de meios agenciados por instâncias administrativas ou mercadológicas).

Assim, pode-se dizer que a atuação dos atores no regime de informação predominante está intimamente relacionada à utilização de recursos e canais “para o desenvolvimento das práticas cotidianas e suas formas complexas de exercício articulado da racionalidade, o afeto e o compromisso” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008, p. 5).

Desta forma, passa-se a descrever, a seguir, os recursos presentes no regime de informação, identificado neste processo.

4.5.2 Recursos

“**Recursos**”, por sua vez, compreendem as ferramentas tecnológicas e os acervos documentais para a busca e o tratamento dos dados e das informações, que subsidiam o processo e podem advir tanto do ambiente interno, quanto do ambiente externo da Instituição, incluindo os atos normativos que regem o processo.

No processo de avaliação da Capes, principalmente em relação ao Coleta, foi unânime a referência ao **Currículo Lattes**, como o principal recurso para migração dos dados e informações para o programa.

De modo geral, percebe-se que a maioria dos docentes e discentes, ligados aos programas de pós-graduação da UEL, procura manter seus currículos atualizados. No entanto, há um trabalho de sensibilização de todos os coordenadores, anualmente, para atualização frequente das informações necessárias ao Coleta de forma correta e completa. Atualmente, a ausência de informações no Lattes já não se caracteriza mais um problema para a pós-graduação, como há tempos atrás, mas ainda carece de acompanhamento.

Dois programas (Programa H e Programa I) relataram dificuldades em relação à atualização do Lattes. No Programa H a maioria dos docentes a ele

vinculados não possui o Lattes atualizado, somente três docentes o fazem com frequência. A mesma dificuldade acontece em relação aos alunos desse programa, os bolsistas mantêm os currículos atualizados, atendendo exigência da coordenação, mas os demais não o fazem. Para facilitar o preenchimento nesses casos, foi elaborada uma planilha com as informações necessárias ao Coleta para cada docente e aluno do programa preencher, mas, normalmente as planilhas voltam incompletas, daí a necessidade de se fazer uma busca dessas informações utilizando a **internet** ou por meio da **biblioteca** para minimizar lacunas de informação.

[...] o que encontramos foi colocado [no Coleta] e o que não encontrou, não foi colocado [...] começamos a pedir em outubro, quando a plataforma é liberada, já começamos o preenchimento, chega final de março, ainda não atualizaram, não mandaram. Professor é mais difícil que aluno. (Programa H)

Outro grande problema é a informação prestada pelo próprio professor e pelos próprios alunos, que vem pelo currículo Lattes. Quando penso num outro fluxo de informação, esses relatórios têm por base dois canais/chegadas: um [canal] é a chegada pela Capes e o outro [canal] é representado pelos elementos que prestam as informações, no caso, docentes e discentes. [...] Professores preenchem erradamente os currículos, quando preenchem. Por exemplo, por mais que a gente peça, não atualizam as orientações quando concluídas, deixam em andamento e acrescentam também em concluídos. Isso em IC, TCC, Mestrado etc. Aluno participa de um evento, tem apresentação de trabalho, ele coloca na apresentação, mas não coloca o texto em anais, que é justamente o mais importante. Apresentação é produção técnica e sabemos que tem produção em anais. Quando ele coloca, ele não põe página, aí não conta. Neste ano, solicitei a uma orientanda que analisasse currículo por currículo e solicitasse as informações faltantes aos alunos com cópia para orientadores para que pudessem perceber essas carências e para que tivéssemos uma informação de melhor qualidade. Não conta nada em termos de pontuação, mas conta como inserção social e quando temos os professores que participam de eventos, isso significa não só inserção social, mas isso significa um investimento na formação, no aperfeiçoamento profissional do docente. Ele está submetendo seu trabalho e está aprendendo com os trabalhos e as discussões dos demais. Ganhamos em duas frentes. (Programa I)

Outro recurso tecnológico utilizado são os **arquivos eletrônicos**, em que são armazenados, ao longo do ano, as informações sobre os programas/cursos, linhas e projetos de pesquisa, cadastro de bancas, professores visitantes e externos, entre outras para o preenchimento do Coleta. Os programas contam com o apoio da Secretaria Geral de Centro ou da Secretaria de Pós-Graduação que atualizam

permanente­mente esses arquivos para que no momento do preenchimento já estejam organizados.

Tal como explicita o Coordenador D,

[...] outras atividades que não estão previstas no preenchimento do currículo Lattes, temos, na secretaria de pós, alguns arquivos individualizados em que deixamos armazenadas essas informações e, no momento do preenchimento, já temos essa facilidade de preenchimento. Não é fácil, porque a quantidade de informação é muito grande e o sistema de informação que é inserido, exige dados individuais de cada produção realizada no programa. É árduo. Na proposta do programa dá para elaborar um documento no formato word e depois simplesmente colar e copiar. As outras partes são dados individuais [...] para que o preenchimento fique adequado e coerente, todas as atividades têm que estar vinculadas à proposta do programa, à área de concentração, às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa [...] É muito trabalhoso.

Frequentemente os coordenadores utilizam de outro recurso obtendo um bom resultado: email. Os **emails** são utilizados para diversos fins, desde solicitação para atualização do Lattes, de informações que ficam faltando quando do preenchimento, de informações extracurriculares, até para troca de informações de colaboradores não vinculados aos programas (instituições, outros departamentos) que possam potencializar as informações para o preenchimento do Coleta.

Além dos recursos tecnológicos, há utilização de **recursos documentais** que se apresentaram nas entrevistas sob a forma de **planilhas/relatórios** (Programas B, C, E, G, H) e até de **caderno de anotações** (Programa C), também com a finalidade de coletar/armazenar o maior número de informações necessárias no Coleta.

De modo geral, quando se referem aos **atos normativos**, os coordenadores demonstram amplo conhecimento das portarias e resoluções da Capes, até mesmo porque declaram que são divulgadas, disponibilizadas com clareza e agilidade por parte da Divisão de Colegiado de Cursos e Programas de Pós-Graduação, da Proppg. Além disso, os consideram claros e explícitos.

O mesmo acontece em relação às normativas da UEL referentes à pós-graduação, elaboradas e adequadas a partir das normas da Capes, e que norteiam o funcionamento, de modo geral, de todos os programas. Há ainda as regras internas, discutidas e aprovadas no âmbito dos Programas, que estabelecem o funcionamento da avaliação dos programas e norteiam, sistematizam, detalham

questões específicas, não contempladas no Regulamento Geral da Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL, ou seja, as diretrizes de cada programa.

Neste sentido, as coordenações têm procurado estabelecer parâmetros balizadores de avaliação, de condutas, de ações para professores e alunos (credenciamento e reconhecimentos de professores, regras para bolsistas, calendários e prazos), visando dar organização e organicidade aos trabalhos na busca de um melhor desenvolvimento dos programas.

No entanto, há problemas em relação à efetividade de normativas da Capes no âmbito dos programas e que precisariam ser repensadas, discutidas com a comunidade acadêmica, além de situações em que a própria Capes cria e que, às vezes, é difícil de se administrar.

Por exemplo, o Coordenador D aponta situações conflitantes em relação ao estabelecimento de números e critérios iguais a todos os programas:

Externamente, temos as portarias da Capes que, de repente da noite para o dia, decidem que o número de orientandos por docente não pode ultrapassar a oito. Os programas antigos têm demanda muito elevada e, além de atenderem os nossos programas, têm parcerias com outras instituições, desenvolvendo parte de atividades de pesquisa. Então, número oito para os docentes que têm experiência é um número razoável, mas para um docente que ainda está iniciando na parte de orientação, que não em condição de captar recurso, é muito elevado. Esse valor precisa ser repensado e discutido junto ao Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação e a Capes. Outra questão que está se tentando discutir é qual o número mínimo de docentes para o funcionamento de um programa de pós-graduação. No passado, as áreas já tinham norteado esse número [...], mas este número é relativo, depende da dimensão que se pretende dar em termos de tema da pós-graduação. Numa dimensão menor, oito é excelente, mas em uma abrangência maior de atuação da área, oito é pouco.

O Coordenador do Programa H expõe que:

[...] a regulamentação é clara [...], mas tanto os alunos que ingressam quanto os professores que compõem, não têm um comprometimento. Os alunos entram, querem o título (não bolsistas), não produzem nada, não participam de evento [...]. Mas em relação ao corpo docente, na reunião que foi realizada no final do ano passado, que foi colocada a regulamentação do programa, as obrigações que tinham com o programa, cinco preferiram sair.

Outra questão indicada em relação a este aspecto é em relação às normas e trâmites que não dizem respeito diretamente aos programas, mas que indiretamente os afetam. Foi apontada pelo Coordenador E a falta de clareza e de

acesso nas normativas relacionadas, por exemplo, à comprovação de gastos para o Tribunal de Contas do Paraná:

Não tenho acesso ou clareza ou nem sei como poderia ser feito, por exemplo, a comprovação de gastos para o Tribunal de Contas do Paraná. Isto diz respeito a mim diretamente. Por exemplo, captei dois editais do pró-equipamentos da Capes [...]. Compramos o material por licitação, tudo mais, feito pelo Centro no meu nome, assino, porque pedi o projeto, na confiança de tudo está lá e no que foi feito, mas não sei o que está acontecendo [...] Existem alguma fiscalização pelo Tribunal? Está funcionando? Como se comprova a renda no Estado do Paraná? [...] Qual a normativa do Tribunal de Contas nesse sentido? Qual a normativa das licitações para o Estado? Não estão claras essas questões. Me dizem: professor você tem pegar quatro orçamentos. Mas, isso é algo insano para alguns produtos e muitas compras são barradas por aí. A norma, a legislação não está clara, eu tenho uma interpretação dessa legislação dada por alguém. Mas a nossa Jurídica reinterpreto? A Jurídica baixou uma norma interna em cima dessa legislação orientando essa questão? Vamos facilitar o trabalho. Essa é a função de uma Assessoria Jurídica. A legislação diz isso, o que é cabível dentro do processo, mas o que se pode agilizar dentro do processo? Normas e trâmites que não dizem respeito diretamente ao programa, mas, indiretamente e que atrapalham muito, não estão claras. As relacionadas diretamente (Capes, CNPq e internas) não tenho que me queixar de absolutamente nada, chegam muito bem, são muito bem disseminadas, os funcionários fazem um excelente trabalho e têm um excelente cuidado com isso [...]. A responsabilidade é muito grande.

A burocracia também foi apontada como um fator complicado nas normativas. O Coordenador G enfatiza que:

A regulamentação não é muito clara, primeiro porque há uma burocracia relativamente complexa. Claro que as coisas básicas, principalmente porque os secretários já têm essa rotina, mas eu vejo assim muitos problemas. Um programa de mestrado tem particularidades e há muitos problemas que dependem de um trabalho do grupo. Por exemplo, eu nunca vi, e já fui a várias instituições, já conversei com muita gente, uma instituição falar que tem uma sistemática de seleção ótima, todo mundo reclama. Porque selecionar um aluno para o mestrado significa buscar pessoas com um mínimo de qualificação, vontade etc, e adequar isso com as tuas condições, teus laboratórios, teus pesquisadores. Você pode ter um aluno ótimo que quer fazer um trabalho excelente, mas não tem aqui as condições para isso. E esse trabalho é muito difícil de regulamentar. Às vezes, essa regulamentação até atrapalha porque se pego um aluno que pelo critério de currículo tem uma nota ótima, mas não se adequa as nossas realidades. Os programas deveriam ter talvez uma legislação até mais enxuta e os problemas serem resolvidos pelo grupo.

Esses foram os recursos identificados no processo, na sequência, serão abordados os canais utilizados para a divulgação e disseminação das informações e dos resultados produzidos no processo.

4.5.3 Canais

“**Canais**” constituem-se neste contexto nos meios utilizados para a disseminação de forma a obter não só *feedback*, mas também o reconhecimento e a valorização dos pares, bem como para manter a memória, a difusão e a transparência das informações ou dos resultados produzidos.

A comunicação e a disseminação das informações, dos resultados e dos relatórios produzidos, tanto no âmbito do programa quanto no âmbito da Capes, são mais frequentemente realizadas pelas coordenações, por meio de **mensagens eletrônicas/email** (A, C, E, F, G, H, I) e de **reuniões** (A, B, C, F, G, H).

De modo geral, as mensagens eletrônicas são enviadas para os professores e alunos do programa para conhecimento prévio da divulgação da produção e dos resultados. As reuniões são realizadas no âmbito do Colegiado, do Departamento e do Conselho de Centro, em momentos distintos, para informações e discussões sobre os vários pontos da avaliação. Anualmente, reúnem-se após o Coleta, para apresentação dos dados inseridos e também para informação sobre as recomendações da área, visando um acompanhamento anual para o estabelecimento de metas e correções; e trienalmente, após o resultado da avaliação trienal, para divulgação e encaminhamentos.

Além desses canais citados acima, alguns coordenadores (E, G, I) fizeram referência à **página do programa** como um canal importante de comunicação e de disseminação tanto interna quanto externa. Exemplo é a própria Capes que procura manter em sua página todas as informações, normativas, documentos e resultados do processo de avaliação.

Outro canal essencial para a troca de ideias e experiências sobre as realidades dos programas das diferentes áreas são os **encontros de Associações Nacionais de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPs)**, conforme citado pelo Coordenador E.

Não foram desconsiderados também os canais informais e de interação do dia a dia – **conversas de corredor, telefonemas** (D, I).

Há que se registrar um canal considerado muito importante para o desenvolvimento dos programas, porém, não inserido institucionalmente no processo: a Assessoria de Comunicação e seus diversos meios institucionais. Esses

meios de comunicação, com profissionais especializados e qualificados para o desenvolvimento dessas atividades foram apontados pelos Coordenadores E, F, G como potencial apoio à divulgação e disseminação dos programas e dos resultados, enquanto política institucional de comunicação, visando maior envolvimento e comprometimento interno, além de interface mais ampla com a sociedade/comunidade externa. Para diminuir esta lacuna na comunicação o Coordenador G busca uma assessoria de comunicação terceirizada e auxílio de associações de classes para divulgar o Programa, principalmente no período de inscrições.

[...] para a comunicação, reformulamos o site que é muito importante e temos procurado uma assessoria de comunicação - pessoas, grupos - que nos prestaram serviços, com valores não muito altos, profissionais da área, que têm contato com jornais, fazem impressos, release para divulgação das inscrições. A fase de inscrição é muito importante, porque se você tem muitos candidatos, você pode fazer uma seleção melhor. Isto é um ponto muito importante, investimos muito nisso com folder, cartaz. Pedimos ajuda também na divulgação de associações profissionais (Coordenador G).

Se tivesse uma área de “marketing”, não é a palavra ideal, mas que fizesse a gestão da informação e a divulgação de todas as coisas importantes dos programas: eventos, processo seletivo, pesquisas, isto facilitaria [...] Mandaríamos tudo isso para os órgãos responsáveis e ficaríamos tranquilos porque teríamos a divulgação necessária. [...] Temos que ser relações públicas também. Como se pode produzir, estudar, com tanto ruído e muitas coisas para se lembrar. É muito frustrante (Coordenador F).

Para finalizar esta seção de apresentação dos elementos configurados no regime de informação, apontados pelos coordenadores, serão elencadas as mensagens que as informações, os resultados e o próprio processo produzem neste contexto.

4.5.4 Mensagens

“**Mensagens**” referem-se aos efeitos, às dimensões, aos propósitos, ao significado do processo propriamente dito e envolvem: conteúdo, objetivo, relevância, natureza (imperativa, democrática, indicativa), aspectos sociais (propósito, estruturas de poder), políticos e econômicos.

Os relatórios produzidos e os resultados da avaliação, na percepção dos coordenadores, tanto de acompanhamento anual quanto da avaliação trienal,

produzem **efeitos e impactos imediatos**, às vezes **positivos** e, às vezes, **negativos** e merecem atenção e tratamento especial por parte de todos os envolvidos na pós-graduação no âmbito da Instituição.

Em relação a isso, o Coordenador A afirma que, como os *“coordenadores de programas vivem muito próximos dos coordenadores de área são, a todo o momento, retroalimentados e, às vezes, criticados por certas posturas. E a cada três anos, há um fechamento de todo aquele trabalho realizado no triênio, que traz um grande impacto”*.

Já o Coordenador E assevera que os resultados da avaliação causam impacto direto ao programa, desenvolvendo uma relação de afetividade muito grande entre professores e alunos e propiciando motivação ao corpo docente e discente no que se refere à avaliação e às metas que se colocam. A solidariedade acaba se presentificando no corpo docente e corpo discente.

Para o Coordenador D,

[...] o resultado da avaliação é uma resposta para a comunidade do próprio programa, como nacionalmente, e reflete em resultados que podem ser positivos, quando o programa funciona bem e, por outro lado, vai refletir um aspecto preocupante quando o programa não obtém um conceito bom. É sempre um momento em que a IES deveria receber isto e discutir amplamente com a comunidade. Atualmente, recebemos o resultado da avaliação de uma forma tão fria, que nem ficamos sabendo qual o conceito do programa x, y e tal, e não se discute internamente. Essa discussão deveria ser feita amplamente pelos órgãos competentes, organizados pela própria Instituição e verificar a situação atual da Instituição. Como é que estamos na Pesquisa? Onde estamos falhando? Qual o rumo que queremos? Esse programa vai fechar, vai continuar? Qual a perspectiva que temos que ter para a próxima avaliação? Tudo isso é muito importante e também motivador para continuar atuando dentro de um PPG. Na situação atual da nossa Instituição, conforme a própria reitora informou há uma previsão de quantidade de aposentadorias muito grande. Foi informado que está sendo feito um levantamento com relação a esses dados e informações, mas ainda não se tomou nenhuma ação em relação a isso e principalmente nos PPG. Essa situação não é só na nossa Instituição.[...]. A pós-graduação está completando 40 anos e há 30 anos a Universidade investiu maciçamente, não só a UEL, mas o país como um todo, na capacitação desses docentes e agora está chegando o momento de se despedir [...]. Aposentadorias trarão em curto prazo um impacto no desenvolvimento dos programas. São docentes com experiência, consolidação em atividades de pesquisa e ensino. [...] A Universidade teria que estar discutindo como a gente vai resolver este problema. [...]. Até quando queremos ficar no sistema? Teria que ter um planejamento maior.

Um aspecto importante, considerado pelo Coordenador C, é que a avaliação da Capes dá **ênfase muito grande à produção científica** e, às vezes, não considera questões relevantes para a formação.

Há uma grande preocupação de todo coordenador, adequar os seus Programas, no mínimo, aos requisitos exigidos, e procurando, no mínimo, manter o conceito (4), mas isso com muita dificuldade. Estamos fora dos grandes Centros de Pesquisa. Outra dificuldade é uma ênfase muito grande na produção científica. Claro que a pós-graduação stricto sensu deve gerar conhecimento, mas também deve formar bons pesquisadores e, neste processo de formação, há um certo atropelamento do processo, no qual a publicação do artigo passa a ser o único objetivo de todo um processo que possui muitas coisas importantes: saber dar aula adequadamente, participar de atividades de ensino-aprendizagem, sendo, às vezes até penalizados por isso. Crítica na trienal passada, de que havia uma carga horária em disciplinas muito grande no mestrado e doutorado, como se a atividade de ensino, de formação, não fosse nada importante, mas ao mesmo tempo, reconheciam que todas as disciplinas eram pertinentes ao campo. Então, ficamos, às vezes sem compreender.

Essa afirmação é corroborada pelo Coordenador I ao considerar que:

Uma coisa fica clara, quando a Capes lê os nossos relatórios, a primeira leitura são os dados quantitativos, portanto, por mais que tenhamos titulado, por melhores que sejam os trabalhos, eles não vão ler os trabalhos dos nossos alunos, eles vão dizer se as dissertações produzidas têm qualidade ou não se os nossos egressos publicarem ou não. Não vão verificar a qualidade do ensino ministrado em sala de aula, eles vão dizer se o nosso programa é bom na formação ou ele pode continuar formando em nível de doutorado, se os professores publicarem em periódicos qualificados, dentro dos parâmetros estabelecidos por eles. Por mais que sejamos ótimos em tudo, se os nossos professores não publicarem e esta é a demanda agora, porque quando todos estiverem publicando, dentro dos parâmetros, eles vão criar uma outra demanda, e os alunos estiverem publicando, quer na condição de alunos, quer na condição de egressos, o nosso qualitativo vai ser considerado. A primeira questão que tem que ficar muito clara é que o relatório quantitativo é importante, mas a possibilidade de elevar o conceito está submetida ao qualitativo, mas o ponto de corte é a publicação.

Em relação ao Qualis Periódico, enquanto instrumento de avaliação no qual se qualificam os periódicos da produção científica para diferenciação dos programas, o Coordenador A enfatiza que:

A ciência está sem fronteiras, perdendo os limites, o Qualis tem prezado muito para valorizar os periódicos que são estritamente da área [...]. Quando se juntam a outras áreas [...] foge da coisa central. Daí o Qualis não avalia corretamente. Importante que o Comitê abra um pouco os horizontes e veja que hoje a coisa está se “perdendo”. Há estímulos para se envolver com várias outras áreas, mas pouco pontuada ou não pontuada.

Em relação à natureza da avaliação da Capes, os coordenadores A, B e F a consideram **imperativa**. No entanto, o Coordenador D a considera de natureza **democrática**.

A Capes tem natureza imperativa porque envolve indicadores, a avaliação possui falhas e participamos diretamente na melhoria, para aparar arestas e “adoçar” um pouco, mas é um principal indicador da qualidade do programa. [...] Fora das instituições estas avaliações têm um impacto muito grande. Eu sofro as agruras de vários alunos estrangeiros interessados em participar do nosso programa, por intermédio de um programa do CNPq que está a todo vapor, mas que dão oportunidade/prioridade para programas com nível 5 para cima para receber esses alunos. Então fico chateado em responder que, por enquanto, por causa das regras impostas por órgãos que avaliam os nossos programas, não podemos receber (Coordenador A).

A avaliação é de natureza imperativa sim. O Qualis veio de cima para baixo, não teve discussão, infelizmente é [...]. Às vezes até aqui dentro é, imagine lá. Não adianta é imperativo sim. Lá eles ouvem as nossas reclamações, é um espaço para reclamar, e só se ouvem reclamação. [...] As reuniões de áreas são só reclamações, é o que o pessoal antigo fala, são só as angústias, juntam vários coordenadores de várias regiões, diferentes problemas [...], você reclama para o seu par, reclama para a direção [...], eles ouvem, anotam, mudam algumas coisas, mas, de modo geral, não atendem. Alguma coisa eles atendem, por exemplo, prazo para entrega do relatório era uma reivindicação de vários anos [...]. Sabemos que nem tudo é possível de solução, sabemos das dificuldades do governo [...], é um órgão, dentro de outro órgão, não dá para contemplar tudo, muitas diferenças regionais, com problemas diferenciados (Coordenador B).

As metas, muito mais do que a avaliação, são imperativas. São metas irreais com a realidade das nossas Universidades, principalmente as que se colocam na periferia. Não dá para avaliar desigual da mesma maneira. [...] Condições materiais, administrativas não são iguais. UEL melhorou muito como um todo, porque não tinha uma cultura. Centro, particularmente, tem uma secretaria de pós funcionando muito bem agora. Os primeiros Coordenadores foram secretários, mas mesmo hoje com infraestrutura administrativa mínima, ainda é irreal com relação às condições acadêmicas, à tradição existente nos grandes Centros. A minha grande crítica à avaliação da Capes é muito mais nesse sentido. Eu acho que tem que ter avaliação, é importante. A forma como é feita, tem uma filosofia, uma inspiração democrática, mas, que não se realiza plenamente, na medida em que ficam todos no “mesmo saco”, ou então, simplesmente, se assume é que é um sistema hierárquico, estruturalmente excludente. [...] Do jeito que é passado dá a impressão que todos conseguem chegar lá. É piramidal, quem pegou a vaga e sem zona azul. [...] Melhores sempre vão receber mais e vão continuar sendo os melhores. Não há condições de mobilidade. Os programas melhores são dos grandes Centros, são melhores porque recebem mais [...] Circulo vicioso, cria-se uma ilusão de que todos podem chegar lá [...] Método tem servido para alavancar muitos programas. Ao tentar atingir as metas, dá uma melhoria substancial para todos, mas, por outro lado é muito frustrante (Coordenador F).

Não diria que é imperativa, mas que é democrática. A Capes é um órgão que funciona não com um pessoal próprio da Capes, ela tem uma estrutura

pequena em termos de funcionamento, quem faz o funcionamento de todas essas ações de avaliação, conceitos e traça as diretrizes é a comunidade. São os representantes de área que fazem as consultas aos coordenadores, levam as propostas e lá se institui e estabelece. São poucas imposições. Coordenadores (de programas) têm que estar sempre sincronizados com o coordenador de área para verificar como está sendo direcionada a área, e é discutido, senão na respectiva área, é entre os coordenadores da área da Capes, depois a proposta é levada ao CTC que normatiza o funcionamento. Quando se diz que a Capes que exige, é uma forma conceitualmente errada de dizer. Não é a Capes que estabelece é a própria comunidade. A Capes adota e coordena toda a disseminação dessas decisões. [...] diretores das áreas que executam as atividades, mas não tomam nenhuma decisão. O Qualis, por exemplo, eles convidam a comunidade para discutir e depois deliberar (Coordenador D).

Mas, ainda em relação à natureza da avaliação coordenada pela Capes, pode-se dizer que ela é, no mínimo, **indicativa**, na medida em que aponta as eventuais falhas dos programas e que permite um “olhar para dentro”, tal como afirmam os coordenadores dos programas G e H.

Processo de avaliação da Capes, mesmo com as ressalvas que comentei, é moldado para se fazer uma análise em escala nacional, tem méritos sem dúvida nenhuma. Mas, a Universidade teria que ter um olhar mais meticuloso sobre os programas, justamente para avaliar o que o programa pode fazer para melhorar e, eventualmente, os programas que não tiverem perspectivas, até fechar. Tem um histórico que não teve desempenho, não tem projetos, metade dos professores se aposentando, fecha e vai centrar esforços com quem tem possibilidades melhores. Falta esse olhar mais crítico que é filho desta política que nós não temos. Cada um se vira como pode [...] (Coordenador G).

O que se verifica é que ele (processo de avaliação) aponta para mudanças positivas. Até mesmo quando se compara com relatórios de outras instituições, verificamos a disparidade entre um programa e outro. Ajuda a crescer, a questão da solidariedade, da integração (Coordenador H).

O Coordenador D considera que os resultados da avaliação impõem um **ranqueamento** às Instituições:

A Universidade tem tantos programas, mas muitos programas com conceitos 3, 4 e 5. Está muito difícil para as áreas chegarem ao patamar de conceito 6, que exige uma internacionalização. Mas, com a quantidade de corpo docente, será que a gente consegue um dia chegar nesse 6? É bem complicado. Estamos mantendo, desde a avaliação de 1998, o atual sistema, o conceito 5. Outros programas estão crescendo, também estamos tentando acompanhar esse crescimento, mas mais do que este salto está difícil. [...] A Capes, como órgão governamental tem que estabelecer uma percentagem, todo mundo não pode chegar em 6 ou 7, então eles estabelecem que 10 a 12% dos programas que existem no Brasil podem chegar a este conceito e, com isso, cria-se a competição.

Apesar disso, sua ação tem caráter **reflexivo-pedagógica**. É o que afirma o Coordenador C:

[...] a avaliação é um instrumento de reflexão, de identificar pontos fortes e fracos, mas é complicado. A nossa área é de campos específicos do conhecimento diferentes [...], um publica muito mais fácil do que o outro. Às vezes fica difícil essa avaliação, e o Fórum de coordenadores já começa a pensar em avaliações diferenciadas, revistas diferenciadas, pois cada um tem um potencial de publicação. É a mesma coisa que comparar áreas [...] que tem a produção e o tipo de produção bem diferentes. [...]. Esta é uma grande dificuldade. Mas mensagens chegam e vão também, mas eles não escutam muito a gente.

A partir da caracterização dos elementos do regime de informação, presentes na avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* coordenada pela Capes e elencados acima, é possível identificar o regime de informação que se configura neste processo.

No entanto, além da identificação de elementos do regime de informação, presentes no processo de avaliação da Capes, no contexto institucional, alguns aspectos foram considerados importantes pelos coordenadores de programas e que interferem diretamente no processo. Tais aspectos serão descritos na seção seguinte.

4.5.5 Outros Aspectos Importantes

Com o objetivo de identificar o regime de informação que se configura no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, coordenado pela Capes, no contexto da Instituição, foram considerados aspectos importantes, na visão dos coordenadores de programas e que interferem diretamente no processo. Entre eles destacam-se:

a) Sobre o fluxo informacional:

- apoio da Proppg no preenchimento do Coleta na parte operacional do sistema, mas ausência de suporte para uma análise mais elaborada do relatório;
- internamente, não há auxílio por parte dos colegas coordenadores com experiência, pouca solidariedade – trabalho solitário e individual;

- sistema Coleta Capes, apesar de auto explicativo, não é moderno, sistema monousuário e não permite trabalhar de forma compartilhada. Coleta é muito trabalhoso e coincide com várias atividades do programa;
- ausência de corpo técnico efetivo e com qualificação para garantir continuidade e melhoria no processo de informações necessárias ao Coleta e aprimoramento do programa (organização e manutenção da informação, memória, conhecimento). A maioria conta com estagiários e bolsistas para a coleta e preenchimento – grande rotatividade;
- mudança na coordenação a cada 2 ou 3 anos, sem registros e memória do processo ou do programa – recomeço a cada mudança de gestão;
- esvaziamento das reuniões em todas as instâncias da Universidade. A falta de participação prejudica a compreensão da vida dos programas/da Instituição, conseqüentemente, o que já deveria estar incorporado, parece estar sendo dito pela primeira vez;
- ausência de informações atualizadas/completas no Currículo Lattes.

b) Sobre as condições institucionais:

- desvalorização da pós-graduação internamente; há captação de recursos de fontes externas para construção de salas, laboratórios, aquisição de equipamentos, no entanto, a contrapartida, o investimento institucional, não é compatível para o estabelecimento de políticas internas de desenvolvimento dos programas: ausência ou poucos recursos para instalação de equipamentos adquiridos, para consumo, custeio, participação em eventos, serviços de editoração;
- ausência de condições de trabalho, de modo geral: cada programa faz o melhor possível, mas não o necessário;

- ausência de infraestrutura física e material adequada para coordenação e secretaria e para alunos, principalmente bolsistas;
- ausência de corpo técnico especializado e com dedicação ao programa (serviço de secretaria qualificado e exclusivo para os programas);
- ausência de mecanismos institucionais efetivos de acompanhamento da pós-graduação (memória/desenvolvimento dos programas, investimentos, carreira docente, produção científica);
- burocracia exagerada, o poder e o aprimoramento está nos meios e não nos fins: tramitação de convênios e sistema de compras muito demorado/burocrático (atrapalha/inviabiliza muitas pesquisas), demora na liberação de recursos;
- dificuldades de acesso ao sistema de gestão financeira e em compreender como utilizar os recursos.

c) Gestão acadêmica e administrativa:

- discussões dos resultados da avaliação ficam restritas ao âmbito do Colegiado e do Departamento;
- programas têm políticas isoladas, mas faltam políticas institucionais mais claras e explícitas no âmbito do Departamento, do Centro e dos Colegiados Superiores (Câmaras, CEPE e Conselho Universitário), para o desenvolvimento da pós-graduação na Instituição. Muitas metas dos Colegiados não são atingidas por falta de apoio institucional e de políticas institucionais;
- Colegiado e Câmara muito cartorial, muitas discussões de questões administrativas e poucas referentes às políticas de desenvolvimento;
- planejamento e estudo mais aprofundado sobre futuras aposentadorias que trarão, a curto prazo, grande impacto aos programas;

- discussão institucional para melhorias na integração/interação entre pró-reitorias acadêmicas do ponto de vista acadêmico;
- cargos administrativos muito burocráticos: Chefe de Departamento e Diretores de Centro deveriam ter mais autonomia para traçar políticas articuladas/integradas;
- articulação com Governo Estadual e Fundação Araucária sobre a importância e impacto da pós-graduação no Estado (plano de metas e necessidades);
- maior transparência dos resultados da avaliação da Capes – demonstração do mapa da realidade institucional;
- ausência de política de informação financeira: divulgação do balanço/análise de recursos captados (diferentes fontes), de investimentos e de gastos com a pós-graduação e graduação, por área;
- divulgação de critérios para distribuição de recursos;
- ausência de política institucional de comunicação e de divulgação das atividades e dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (eventos, processo seletivo, projetos).

Vale destacar que a maioria dos coordenadores apontou que a pós-graduação cresceu muito nos últimos anos, dado o esforço do corpo docente e discente. Os números evidenciam isto. Além disso, muito estímulo e até mesmo investimentos com recursos próprios têm sido viabilizado institucionalmente. No entanto, ao analisarmos os conceitos da avaliação da Capes, conclui-se que ações mais concretas precisam ser colocadas em prática, visando o desenvolvimento dos programas não só no âmbito institucional, mas, estadual e nacional. Os pesquisados enfatizaram ainda que há boas intenções, mas que nem sempre se caracterizam em políticas claras e explícitas para o desenvolvimento da pós-graduação.

Enfim, pode-se concluir que, diante das considerações dos coordenadores, há necessidade de uma gestão da informação, tanto dos dados e indicadores institucionais, quanto dos resultados e apontamentos da avaliação da Capes, para que efetivamente se concretizem em políticas de desenvolvimento das atividades de pós-graduação na Instituição.

4.6 IDENTIFICANDO O REGIME DE INFORMAÇÃO

A partir da sistematização e análise das entrevistas, além da leitura realizada a partir do mapeamento do processo, pôde-se identificar a conformação do Regime de Informação presente no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL.

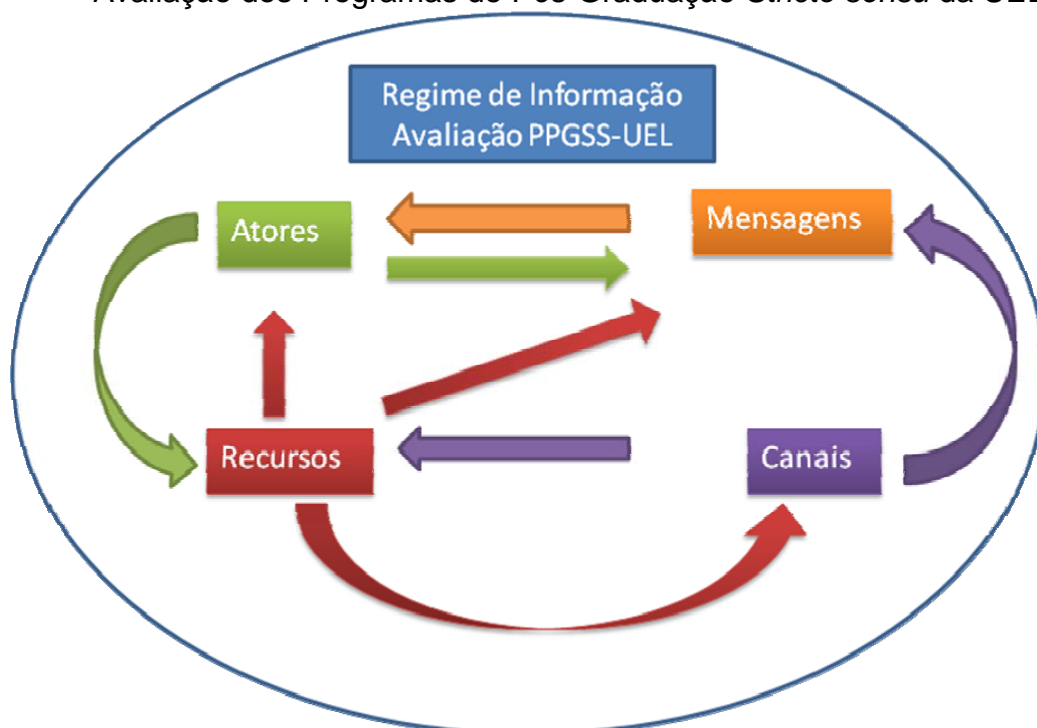
Ressalta-se que a conformação do regime de informação identificado no contexto desse processo na UEL e representado graficamente na Figura 1, reflete-se em todos os programas. No entanto, pode apresentar características diferenciadas, pois depende da condição e atuação de cada programa, das dinâmicas sociais e variações tecnológicas que ocorrem, além da resposta e das ações diferenciadas de cada conjunto de atores. Fato absolutamente normal, pois como já argumentado por González de Gómez (2002; 2003), em cada formação social é instituído um regime de informação característico.

Assim, no regime de informação quando são descritas as instituições e os sujeitos envolvidos no processo, retratam-se os **atores**; quando se apresentam as ferramentas tecnológicas e os acervos documentais para busca e tratamento dos dados e das informações, está se referindo a **recursos**; quando se reporta aos meios utilizados para a disseminação das informações, trata-se de **canais** e, quando são traduzidos os efeitos, os propósitos, o significado da informação resultante do processo, reporta-se a **mensagens**.

Para melhor compreensão na relação, interação e/ou interferência que se estabelece entre cada elemento representado no Regime de Informação identificado no processo de avaliação da Capes, no contexto da UEL, foi utilizado cores e setas.

Desse modo, a figura a seguir (Figura 1) é uma representação gráfica do Regime de Informação identificado no processo de avaliação dos programas de pós-graduação da UEL, para atendimento à Capes, configurando todos os elementos que o compõem: atores, recursos, canais, mensagens, assim como as mútuas relações e influências.

Figura 1 – Representação Gráfica do Regime de Informação do Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL



Fonte: a autora (2012)

O Regime de Informação no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL é caracterizado da seguinte forma: “Atores” que interagem entre si, utilizando-se de “recursos” para busca e tratamento das informações necessárias ao processo de avaliação e que, por meio de “canais”, disseminam os produtos e resultados que, por sua vez, geram “mensagens” diversas, com diferentes níveis de compreensão e de atuação.

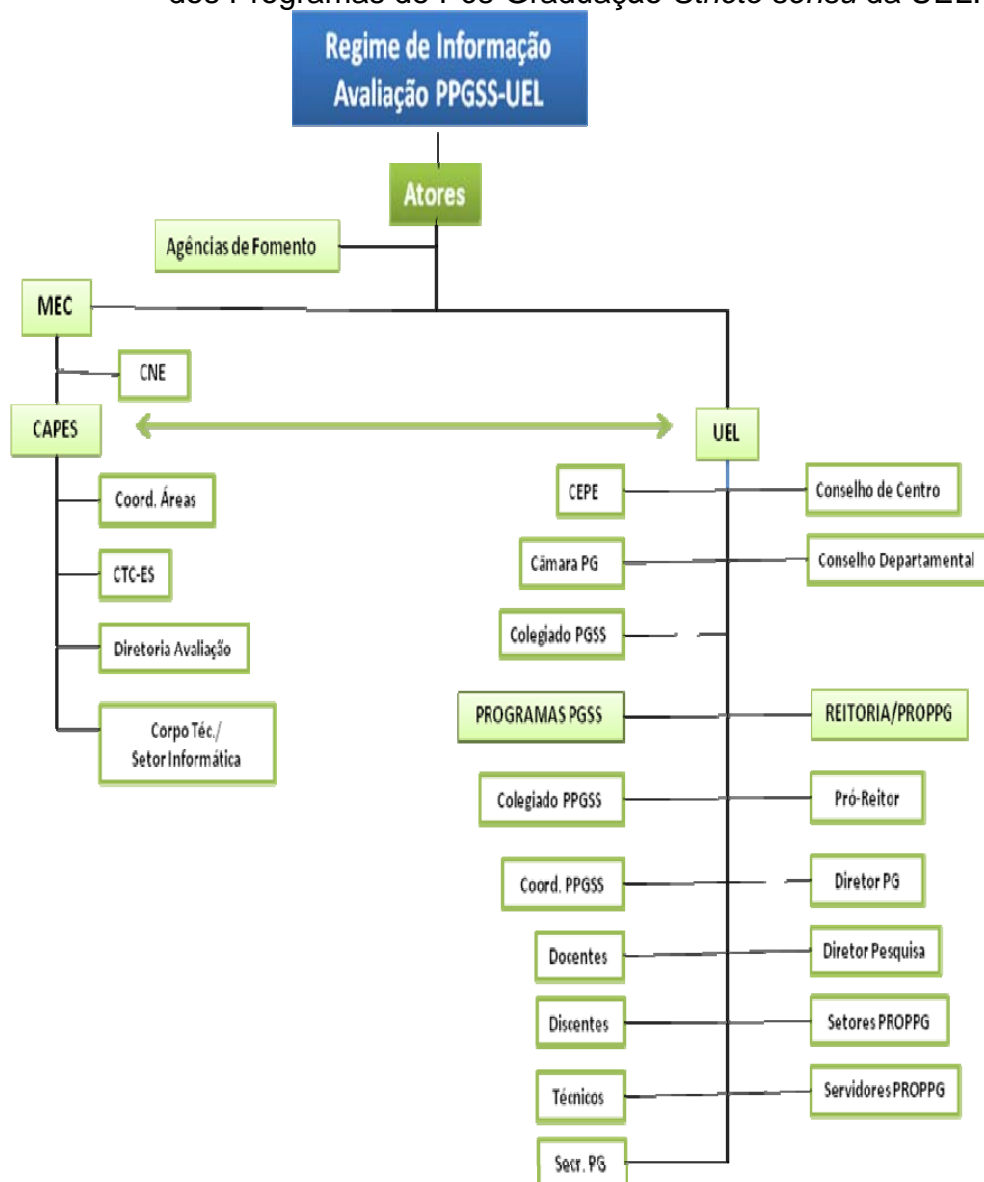
Essa configuração está presente em todos os programas no contexto da Instituição, como informado anteriormente. No entanto, as categorizações dos elementos, por vezes, apresentam-se diferenciadas na percepção de cada coordenador, dada a atuação e interação que se estabelecem entre os elementos, em cada programa individualmente.

Assim, pode-se dizer que essas categorizações não retratadas pelos coordenadores é o que poderia ser denominado como os “gaps” do processo. Ou seja, as lacunas que podem estar interferindo no desenvolvimento dos programas e na melhoria dos seus conceitos.

A partir do conceito de Regime de Informação foi realizado também o mapeamento e a identificação/categorização de cada um dos seus elementos (atores, recursos, canais e mensagens), representados pelas Figuras 2, 3, 4 e 5.

- **Atores**

Figura 2 – Atores do Regime de Informação presente no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL.



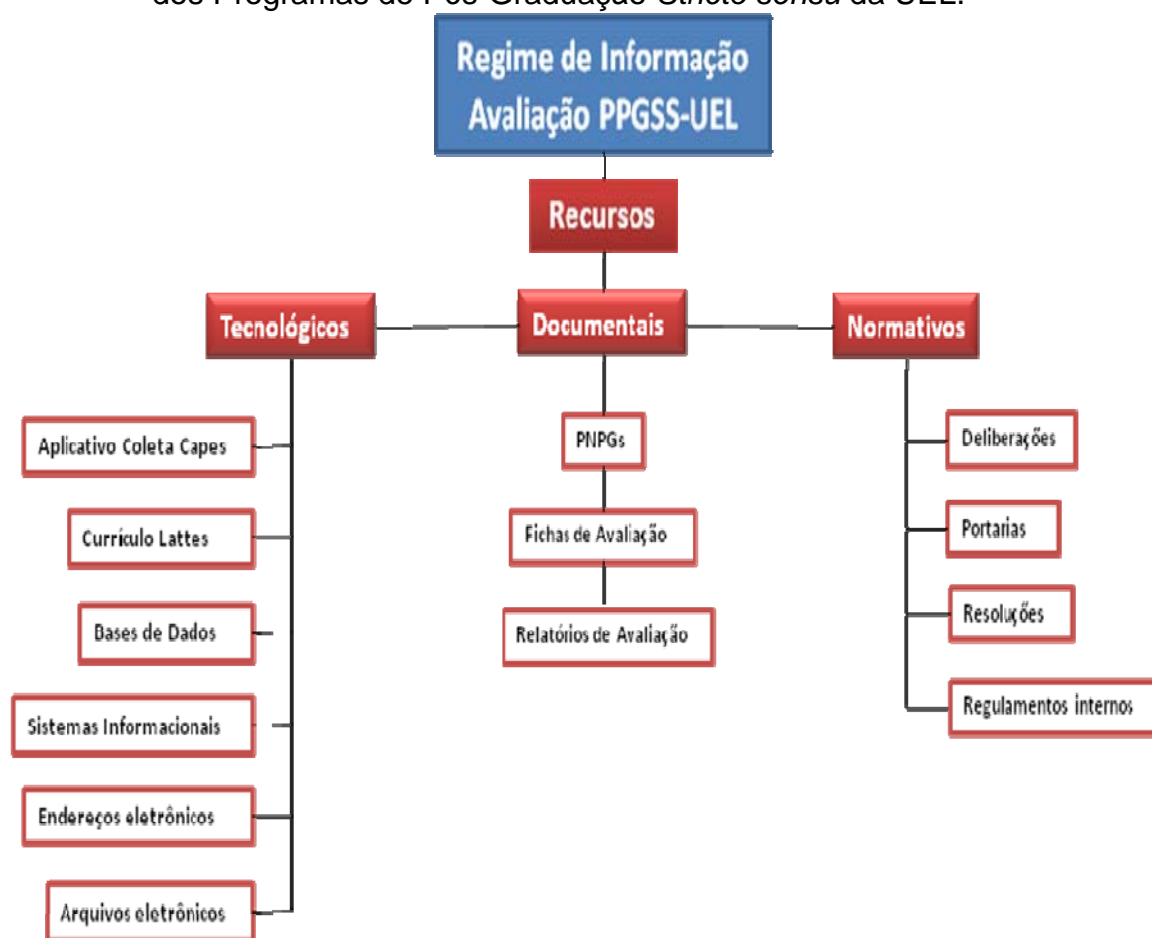
Fonte: a autora (2012)

Os atores identificados no processo correspondem às instituições, aos organismos, às agências, aos departamentos e aos sujeitos envolvidos, enfim as

identificações nas quais se estabelecem relações pessoais e organizacionais no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, coordenado pela Capes. Há, fundamentalmente, **atores externos**, organismos e setores vinculados ao MEC e à Capes, responsáveis pela coordenação do processo de avaliação, e **atores internos**, ou seja, órgãos, setores e sujeitos envolvidos no processo de avaliação no contexto da UEL. Nestes contextos se configuram regimes de informação específicos, por meio da relação entre os atores, imbuídos de princípios, normas, diretrizes e operacionalizados por diversos organismos/setores, acordos e procedimentos.

- **Recursos**

Figura 3 – Recursos do Regime de Informação presente no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL.

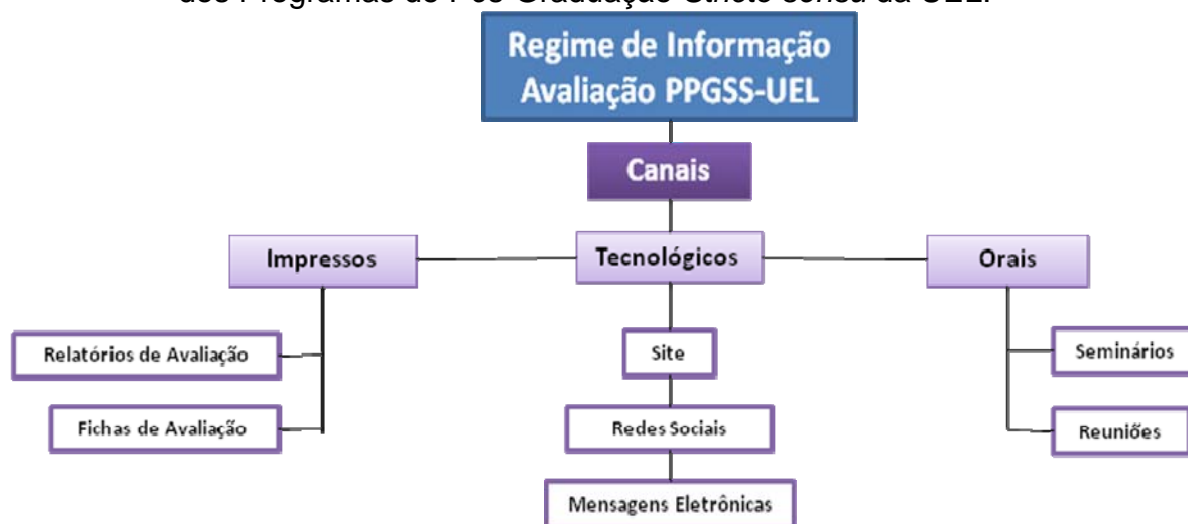


Fonte: a autora (2012)

No que se refere a recursos, foram identificados três tipos: **tecnológicos**, **documentais** e **normativos**, que compreendem as ferramentas tecnológicas e os acervos documentais para a busca e o tratamento dos dados e das informações. Esses recursos subsidiam o processo e podem advir tanto do ambiente interno, quanto do ambiente externo à Instituição, incluindo os atos normativos que regem o processo. Cada categoria de recursos, por sua vez, foi subdividida em itens, de acordo com as ocorrências apresentadas.

- **Canais**

Figura 4 – Canais do Regime de Informação presente no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL.

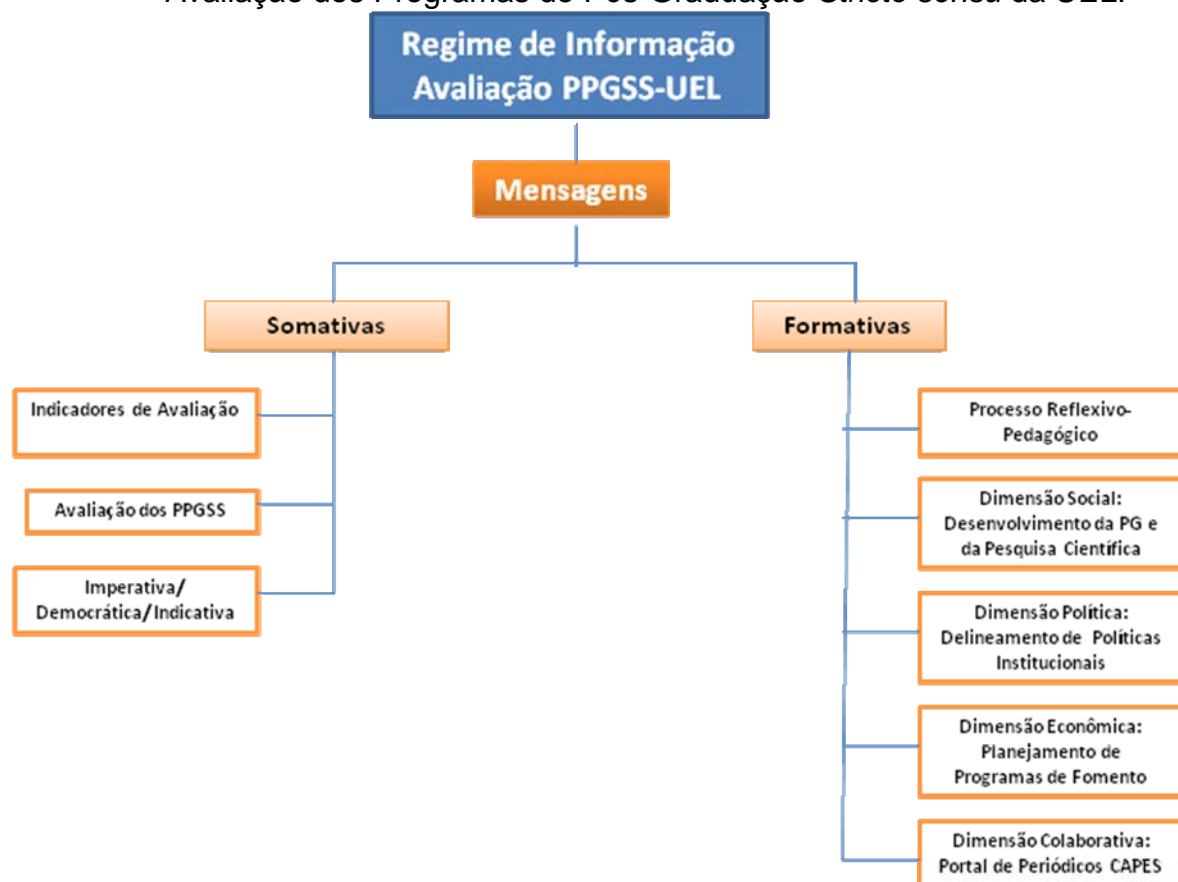


Fonte: a autora (2012)

Os Canais são os meios utilizados para a disseminação de forma a obter não só *feedback*, mas, também, para se obter o reconhecimento e a valorização pelos pares e ainda para manter a memória, a difusão e a transparência das informações ou dos resultados produzidos no processo de avaliação. Foram identificados três tipos de canais: **impressos**, **tecnológicos** e **orais**, subdivididos conforme as ocorrências apresentadas.

- **Mensagens**

Figura 5 – Mensagens do Regime de Informação presente no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL.



Fonte: a autora (2012)

Na análise das Mensagens, que se referem aos efeitos, às dimensões, aos propósitos, ao significado do processo de avaliação, propriamente dito, foram identificados dois tipos: **somativas e formativas**, de acordo com a ação/impacto que essas mensagens exercem, principalmente no contexto institucional.

Optou-se por essas categorizações tomando-se por base as principais funções de um processo de avaliação, que é o objeto da pesquisa. Assim, por analogia, as mensagens do regime de informação neste processo específico são consideradas somativas quando refletem um juízo global e de síntese, em face de objetivos previamente definidos, juízo de comparação e utilizadas como instrumento de classificação, de certificação. Por outro lado, as mensagens são consideradas formativas quando podem orientar, fundamentar e melhorar as práticas, além disso, permitem acompanhamento, evolução, *feedback*, elaboração de políticas. Importante

ressaltar que as mensagens somativas e formativas têm caráter de complementaridade e que não são, portanto, excludentes.

Do ponto de vista da Gestão da Informação, pode-se dizer que é neste elemento – mensagens – que reside o ponto nevrálgico no regime de informação do Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL. É na eficiência da gestão das informações advindas do processo que devem ser focadas as necessidades e expectativas dos atores e onde é necessário centrar os esforços para melhoria das práticas e para elaboração de políticas institucionais.

Observando todos os elementos presentes no regime de informação, demonstrados nas figuras acima e, se comparados aos elencados pelos coordenadores de programas da pós-graduação, observa-se que há necessidade de incluir novas categorias de atores que se tornam imprescindíveis para a gestão da informação e para a efetivação de políticas institucionais. São os gestores acadêmicos e administrativos que transcendem o âmbito dos programas, em qualquer nível: Departamento, Centro, Órgãos Colegiados Superiores ou Reitoria. Desta forma, acredita-se que esse processo de avaliação poderá ser efetivo e eficaz na Instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento é importante reportar à questão inicial da pesquisa e que a orienta, qual seja: realizar estudo da conformação do regime de informação nos programas *stricto sensu* da UEL, para atendimento às exigências da Capes, e suas possíveis interferências no desenvolvimento do processo.

Para obter respostas a este questionamento foi necessário um longo caminho de fundamentação teórica no contexto da Ciência da Informação para melhor compreensão de temas e conceitos que envolvem a temática central da pesquisa. Além disso, buscou-se também retratar o estudo das práticas e os resultados da avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, no contexto institucional.

Ressalta-se que o estudo no contexto institucional foi amplamente enriquecido com a abordagem aos coordenadores de programas sobre os elementos do regime de informação presentes no processo e ainda sobre a influência desses elementos para o estabelecimento de políticas internas e externas.

Como enfatizado anteriormente, se os regimes de informação são modos de produção informacional dominantes numa formação social (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002), pressupõem, necessariamente, que abriguem em seu contexto, fontes de informação a serem disseminadas e que exerçam influência no contexto social no qual estão inseridos.

Desta forma, pode-se dizer que, tal como apresentado e configurado no Regime de Informação, o fluxo de informação desse processo ocorre por meio de canais, envolve produtores e receptores de informação, além de atores e estruturas específicas, produzindo diferentes compreensões e dinâmicas.

É possível afirmar ainda que a conformação do Regime de Informação identificado tem reflexos no processo de avaliação da Capes, à medida em que atende aos propósitos da agência avaliadora e financiadora, a própria Capes, ou seja, de avaliar quali-quantitativamente, a partir de critérios e parâmetros nacionais os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL. No entanto, percebe-se que a influência desses resultados, além da apresentação dos indicadores de qualidade dos programas no processo de avaliação, não têm se

traduzido em políticas internas efetivas de gestão da informação, de autoavaliação e de planejamento para o desenvolvimento da pós-graduação em âmbito institucional.

Neste contexto, vale retomar a afirmação de Cianconi (1999, p. 33) quando detalha os aspectos da informação que são imprescindíveis e que devem ser observados para o processo de gestão: “[...] planejamento, seleção, coleta, análise, organização, otimização dos fluxos, normalização, disponibilização para uso e avaliação”.

Além disso, segundo González de Gómez (1999a), os processos percorridos na Gestão da Informação são fundamentais para o uso decisório e estratégico da informação no contexto das políticas governamentais, assim como das organizações econômico-empresariais e sociais. E a conformação do Regime de Informação, a partir da identificação de seus elementos e de suas categorias, pode subsidiar significativamente o estabelecimento das políticas no âmbito institucional.

Assim, com base nos fundamentos teóricos da Ciência da Informação, a partir do conceito de Regime de Informação, aliado aos estudos empíricos desta pesquisa, foi possível estabelecer a conformação do regime de informação presente no processo de avaliação para atendimento à Capes. Além disso, constatou-se também que um eficiente gerenciamento das informações resultantes desse processo constitui-se em importante ferramenta para as questões no campo da informação no contexto institucional.

Se a informação é considerada o item mais importante no Regime de Informação, como já abordado na pesquisa, vale reafirmar a concepção de Marchiori (2002), quando diz que se for gerenciada de forma efetiva, ética e crítica, poderá definir espaços sociais, políticos, econômicos e culturais. Assim, ao se traçar diretrizes e normas para a gestão e uso da informação, pode-se alterar os rumos de uma organização ou de determinada atividade na organização.

Por outro lado, a ausência, ou a proliferação das informações, bem como as inúmeras facilidades de acesso na atual sociedade, têm dificultado o processo de produção social de conhecimento, ou seja, de definição de estratégias ou de mecanismos de acompanhamento da informação para o estabelecimento de política de gestão da informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996).

No entanto, na perspectiva do Regime de Informação e de seus elementos, além dos aspectos abordados pelos coordenadores, é possível fornecer

subsídios e contribuições para o processo de avaliação, não somente para atender as demandas da Capes, mas, e principalmente, aos objetivos da pós-graduação na UEL, no Estado do Paraná e no Brasil.

Partindo do pressuposto que o Regime de Informação é um modo de produção informacional, podendo contribuir para processos de gestão e para estabelecimento de políticas que efetivamente alterem ou influenciem contextos sociais, apresenta-se a seguir algumas reflexões acerca do processo, com base nos resultados da pesquisa.

Além disso, foi considerado também o fluxo do processo de avaliação da Capes, apresentado no Quadro 2, na página 100, que demonstra as situações-problema que podem interferir no processo de informação e de avaliação internamente, nas quais a Instituição tem condições de atuar e agir junto aos pares institucionais. Como ressaltado anteriormente, é nesse contexto que as sugestões ou recomendações apresentadas poderão contribuir para a melhoria do processo, do desempenho ou do conceito dos programas de pós-graduação na Instituição.

Importante ressaltar que as reflexões se consubstanciam em contribuições e que podem se constituir em propostas de melhorias para a gestão da informação neste contexto e, conseqüentemente, para os resultados e os conceitos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, atribuídos pela Capes.

No que se refere ao fluxo informacional, apesar de a Capes prover os coordenadores e as instituições de informações para o preenchimento dos dados necessários ao processo de avaliação, há necessidade de se estreitar as relações entre os diversos segmentos do meio acadêmico, mais especificamente entre os coordenadores de programas, com vistas a ampliar a relação de “solidariedade” entre eles.

Enfim, a pesquisa demonstra que é mais que necessário estabelecer uma “rede de cooperação” entre os atores envolvidos, que promova o fortalecimento institucional, a socialização das experiências acadêmicas, a criação de uma identidade institucional e a proposta de um modelo de avaliação institucional, concebido a partir do que se propõe como objetivos institucionais nas diversas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Essa aproximação poderá ser efetivada também pelo suporte/apoio de coordenadores com maior experiência para análises mais qualificadas dos

relatórios dos programas com conceitos 3 ou que por duas ou três avaliações trienais, mantiveram ou abaixaram seus conceitos.

Da mesma maneira, a disponibilidade de corpo técnico efetivo e com qualificação para as funções de secretaria dos programas possibilitará garantir a continuidade e a melhoria do processo de organização, busca e manutenção das informações necessárias ao Coleta Capes, como também à preservação da memória e do desenvolvimento dos programas. A rotatividade de pessoal que auxilia a coordenação nas atividades administrativas/de secretaria (estagiários, bolsistas, temporários, terceirizados) interfere diretamente na qualidade do fluxo de informação e, conseqüentemente, nos resultados do programa.

Some-se a isso a mudança de coordenação dos programas, que ocorre a cada dois ou três anos, e que em razão das condições administrativas não se mantém registros e memória do processo de avaliação e do programa como um todo, criando-se a sensação de recomeço a cada mudança de gestão.

Outra questão que interfere no fluxo de informação dos programas é o esvaziamento das reuniões, não só do colegiado, mas em todas as instâncias da Universidade, sendo que a falta de participação efetiva prejudica a compreensão da informação e da vida dos programas e da Instituição. Conseqüentemente, o que deveria estar incorporado parece ser dito e realizado pela primeira vez.

Em relação às condições institucionais, embora haja esforços individuais e ações para melhorias em nível de colegiados, departamentos e alguns Centros, prevalece a sensação de desvalorização interna aos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Essa sensação de desvalorização é caracterizada pela ausência de alguns aspectos imprescindíveis para o reconhecimento da atividade de pós-graduação *stricto sensu* como pauta nas políticas institucionais. Entre elas destacam-se:

- infraestrutura física, de equipamentos e de material adequada para a coordenação, secretaria e alunos, principalmente bolsistas dos programas;
- condições efetivas de trabalho para o pleno desenvolvimento de todas as atividades exigidas para a pós-graduação *stricto sensu*;
- corpo técnico especializado e com dedicação ao programa;

- mecanismos institucionais efetivos de acompanhamento dos programas (memória, investimentos, produção científica) e de avaliação docente (carreira docente).

O docente vinculado ao programa *stricto sensu* e, principalmente o coordenador, em decorrência das atividades, também assume indiretamente atribuições periféricas que exigem muito tempo e dedicação, inclusive “cobradas” institucionalmente e por órgãos externos financiadores e de avaliação, porém não computadas em sua carga horária efetiva de contrato. Entre elas citam-se: atividades de pesquisa, de orientação, estudo para preparo de aulas e orientações, bancas, pareceres, gestão de projetos, reuniões de grupos de pesquisa, trabalhos para congressos, publicações, entre outras.

Outra questão importante que foi levantada pela maioria dos coordenadores e que merece igual atenção por parte dos gestores institucionais é a burocracia exagerada em procedimentos e trâmites de processos internos, em que o poder e o aprimoramento estão nos meios e não nos fins, acarretando muita demora e perda de recursos. Exemplo disso é a tramitação de convênios, o sistema de compras e a dificuldade de acesso e de compreensão do sistema de gestão financeira.

Assim, há necessidade de se buscar alternativas institucionais, discutidas coletivamente, sob a coordenação dos órgãos colegiados superiores, para minimizar estas situações e que possam reverter para o desenvolvimento dos programas, conseqüentemente, para a melhoria dos resultados da avaliação.

Já no que se refere especificamente à gestão acadêmica e administrativa, foram levantados pontos que necessitam de maior atenção, principalmente porque apontam para a necessidade de políticas institucionais mais claras e explícitas no contexto institucional. Ou seja, é fundamental que as discussões dos resultados da avaliação não fiquem somente no âmbito dos colegiados e dos Departamentos, mas que sejam pauta nas discussões e deliberações dos órgãos colegiados superiores (Câmara de Pós-Graduação, Câmara de Pesquisa, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho de Administração e Conselho Universitário).

As questões mais relevantes dizem respeito à formulação de políticas institucionais de desenvolvimento dos programas de pós-graduação na

Instituição, porque muitas metas estabelecidas pelos colegiados, após acompanhamento anual dos programas, não são atingidas por falta de maior apoio institucional ou de políticas institucionais, o que reflete negativamente na avaliação trienal.

Apesar de obterem recursos financeiros para os programas, assim como o apoio para as questões de gestão financeira, quando solicitadas, não raramente, os coordenadores devolvem montantes para as agências financiadoras por falta de acesso às informações atualizadas ou de clareza do processo. Destacam que o problema não está nas pessoas, mas no processo. A sugestão dos coordenadores é que se desenvolva, urgentemente, um sistema que aglutine as informações sobre os recursos financeiros e que dê uma dimensão mais atualizada para o coordenador, assim como o acesso ao sistema para se realizar consultas, solicitações *on-line*, sem ter que se passar por trâmites burocráticos e por diversas pessoas.

Em relação às políticas de divulgação e de disseminação dos programas, cada um atua dentro das suas condições ou recorrem a serviços terceirizados, pois não têm pessoal qualificado e diretamente ligado ao programa.

Assim, políticas institucionais de informação financeira (mais transparência na gestão dos recursos externos ou próprios, com explicitação de critérios de investimentos e de gastos nas diferentes atividades, por área/programa), e de comunicação e de divulgação das atividades (com a inserção dos órgãos de comunicação da UEL: COM, Rádio e TV, potenciais atores no processo) relacionadas aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, também foram apontadas como imprescindíveis para a eficácia dos programas e para a melhoria no desempenho.

O desenvolvimento de estudos e pesquisas institucionais para mapeamento da realidade da pós-graduação na Instituição, demonstrando sua importância e impactos no contexto local, estadual e nacional, também são importantes estratégias para estabelecer maior articulação com o Governo Estadual (SETI e Fundação Araucária) e para adequação às políticas de Governo.

Além disso, um estudo aprofundado sobre os impactos que as aposentadorias trarão, em curto prazo, para os programas também foi apontando como relevante no contexto institucional, na medida em que as perdas interferirão

drasticamente na formação e continuidade desses programas. Esses resultados permitirão o estabelecimento de políticas e ações articuladas e proativas para as futuras contratações e para abertura de concursos, e ainda para incentivo e estímulo a docentes da Instituição para participação nas atividades de pós-graduação.

Há que se ressaltar a preocupação que uma parcela dos coordenadores apontou em relação à atuação da alta administração e dos ocupantes de cargos administrativos e acadêmicos, principalmente nos espaços de decisão – muito trabalho cartorial, burocrático e pouco espaço para discussões de desenvolvimento. Isto repercute diretamente no desenvolvimento das atividades fins da Universidade e praticamente impossibilita as discussões e o estabelecimento de políticas institucionais articuladas e integradas.

Outro aspecto considerado relevante do ponto de vista acadêmico, e em relação à política institucional é a identificação de interações entre a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão. Há necessidade de se discutir conjuntamente, coordenadores de graduação e de pós-graduação, formas de flexibilizar mais, realizar seminários conjuntos, pensar melhor o papel da pós-graduação na graduação.

Ressalta-se que dentre os aspectos apontados como relevantes ao processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e que foram considerados como interferências para seu desenvolvimento no contexto institucional, os apresentados neste trabalho podem ser destacados como essenciais e norteadores para o estabelecimento de políticas e de ações institucionais, na percepção dos coordenadores.

A complexidade do regime de informação, caracterizado pelas relações híbridas entre os elementos que o compõem, constituiu-se objeto desta investigação no contexto do processo de avaliação da Capes, também considerado complexo no contexto das políticas públicas.

Neste contexto, tendo como foco as relações entre atores, pode-se dizer que “um regime de informação não possui transparência imediata, por nele residirem conflitos, vontade plurais e efeitos não desejados” (CARVALHO; PINHEIRO, 2008, p. 8). No entanto, ainda segundo as autoras, “um regime de informação é considerado maduro quando suas características são explícitas e aceitas por todas as partes envolvidas”.

Neste sentido, espera-se que as contribuições aqui apresentadas, possam subsidiar reflexões e ações para uma melhor gestão das informações e dos resultados produzidos, assim como para a explicitação de normas e políticas, discutidas e construídas no coletivo institucional, visando aprimoramento e harmonia nas relações entre os atores envolvidos neste processo para que haja, principalmente, um maior desenvolvimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL.

REFERÊNCIAS

- ACKOFF, R. L. Sistemas de desinformação. **Management Science**, Providence, v. 14, n. 4, p. 147-56, dez. 1967.
- ALBAGLI, S. Sociedade da informação e do conhecimento: desafios teóricos e empíricos. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 9-15, mar. 2007.
- AUN, M. P. A. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os estados nacionais e blocos regionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 1-5, 1999.
- BARBOSA, R. R. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação e Informação**, Londrina, v. 13, n. esp., p. 1-25, 2008.
- BARRIGA, A. D. A avaliação no marco das políticas para a educação superior. Desafios e perspectivas. In: SOBRINHO, J. D.; RISTOFF, D. I. R. (Orgs.). **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate**. Florianópolis: Insular, 2003. p. 77-95.
- BARROS, E. M. C. **Política de pós-graduação: um estudo da comunidade científica**. São Carlos: UFSCar, 1998.
- BELL, D. **The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting**. New York: Basic Books, 1973.
- BORGES, M. E. N. A informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 181-188, maio/ago. 1995.
- BRAMAN, S. Defining information: an approach for policymakers. **Telecommunications Policy**, Tokyo, v. 13, p. 233-242, 1989.
- BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: _____. **The emergent global information policy regime**. Houndsmills (UK): Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-38.
- CARVALHO, E. L. **Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do conselho de administração da UEL**. 2001. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2001.
- CARVALHO, M. A., PINHEIRO, M. M. K. Regime de informação em arranjos produtivos locais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.
- CASSANDRE, M. P. As pressões advindas da reconfiguração produtiva dos cursos *stricto sensu* e seu impacto sobre a saúde de docentes em universidades públicas. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2008.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIANCONI, R. **Gestão da informação na sociedade do conhecimento**. Brasília: SENAI/DN, 1999.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR. [CAPES] **GeoCapes**. 24 jul. 2009. Disponível: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/2961->>. Acesso em: 27 abr. 2012.

_____. **Avaliação da pós-graduação**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 27 nov. 2010b.

_____. **Coleta de Dados 12.0**: manual do usuário. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/coletadados/Manual-do-Usuario_Coleta12_AposPort-02janeiro2012.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2012.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.Capes.gov.br/sobre-a-Capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpgs-anteriores>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília, dez. 2010a. Disponível em: <<http://www.Capes.gov.br/sobre-a-Capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

CORREIA, K. S.; ALMEIDA, D. A. Aplicação da técnica de mapeamento de fluxo de processo no diagnóstico do fluxo de informações da cadeia cliente-fornecedor. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 22., 2002, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: ABEPRO, 2002. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR11_0553.pdf>. Acesso em: 1 set. 2011.

COSTA, R. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface**: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 9, n. 17, p. 235-248, mar./ago. 2005.

CRONIN, B. Esquemas conceituais e estratégicos para a gerência da informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 195-220, 1990.

DALLA ZEN, A. M. Canais, fontes e uso da informação científica: uma abordagem teórica. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 4, p. 29-41, jan./dez. 1989.

DAVENPORT, T. H. **Reengenharia de processos**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Ecologia da Informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na Era da Informação. São Paulo: Futura, 1998.

DELAIA, C. R. **Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos – à luz do regime de informação**. 2008. Dissertação (Mestrado

em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói-RJ, 2008.

DIAS, I. F. L.; IDA, E. I. Gestão do desenvolvimento e tecnológico na UEL. In: ALMEIDA, M. (Org.). **A universidade possível: experiências de gestão universitária**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2001. p. 73-91.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actos network theory. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta. **Annals...** Edmonton, 1995. Disponível em: <<http://fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/selected%20papers.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003.

_____. Da organização do conhecimento às políticas de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez. 1996.

_____. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 57-93, abr. 1999b.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

_____. Política e gestão da informação: novos rumos [editorial]. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 28, n. 2, maio/ago. 1999a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CHICANEL, M. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008, p. 1-14.

HIGINO, A. F. F.; ARAÚJO, R. F.; SCOTT, C. S. P. Construção de políticas de informação: aspectos epistemológicos e metodológicos. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 286-302, set. 2008.

HORTA, J. S. B.; MORAES, M. C. M. de. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 95-116, 2005.

HORTALE, V. A. Modelo de avaliação CAPES: desejável e necessário, porém incompleto. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1837-1840, nov./dez. 2003.

HORTON JÚNIOR, F. **Information resources management: concept and cases**. Ohio: Association for Systems Management, 1979.

HOSTINS, R. C. L. Os planos nacionais de pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan./jun. 2006.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Disponível em: <www.houaiss.uol.com.br/busca.jhtm>. Acesso em: 16 jul. 2011.

JOHANSSON, H. J. **Processos de negócios**. São Paulo: Pioneira, 1995.

LE CODIAC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996.

LEAL, L. A. D. **Construção de protótipo de rede virtual de comunicação da informação sobre boas práticas agropecuárias: bovinos de corte**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói-RJ, 2009.

MACCARI, E. A. et al. **Sistema de avaliação da pós-graduação da CAPES: pesquisa-ação em um programa de pós-graduação em administração**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/590.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593-610, set. 2011. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 72-79, maio/ago. 2002.

MARTELETO, R. M. A pesquisa em ciência da informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. esp., p. 19-40, 2009.

_____. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em ciência da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 27-46, jan./dez. 2010.

MATHEUS, R. F. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a ciência da informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 140-165, jul./dez. 2005.

MCGEE, J.; PRUSSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994. (Série Gerenciamento da Informação).

MORESI, E. (Org.). **Metodologia da pesquisa**. Brasília, mar. 2003. Disponível em: <www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2011.

OLIVEIRA, A. M.; SILVA, I.; NOVAIS, E. S. Canais de informação dos pesquisadores da universidade estadual de Ponta Grossa – PR. **Informação e Informação**, Londrina, v. 10, n. 1/2, jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1738/1487>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

ORNA, E. Information policies: yesterday, today, tomorrow. **Journal of Information Science**, Cambridge, Mass, v. 34, n. 4, p. 547-565, 2008.

PASSARELLI, B. et al. Atores em rede: subjetividades e desejos em expansão. **Logos 30: Tecnologias de Comunicação e Subjetividade**, Rio de Janeiro, v. 16, 2009. Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDFS/30/05_logos30_BrasilinaDricaHernaniJuliana.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2010.

PORTELLA, C. R. R. Informação como conceito interdisciplinar. **Revista Conteúdo**, Capivari (SP), v. 1, n.1, p. 49-58, mar. 2005.

POSTER, M. **Foucault, marxismo e história**: modo de producción versus modo de información. Buenos Aires: PAIDOS, 1987.

RIBEIRO, R. J. **Para que serve a avaliação da Capes**. Disponível em: <[http://www.fmrp.usp.br/cpg/arquivos/Artigo_18_07_07\[1\].pdf](http://www.fmrp.usp.br/cpg/arquivos/Artigo_18_07_07[1].pdf)>. Acesso em: 8 out. 2011.

RICHARDSON, J. R. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMÊO, J. R. M.; ROMÊO, C. I. M.; JORGE, V. L. **Estudos de pós-graduação no Brasil**. Rio de Janeiro: UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://www.ccpq.puc-rio.br/nucleodememoria/textos finais/romeo2004.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

SAORIM, R. N. S. **O Sistema de Avaliação da Capes na visão dos gestores dos programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2009.

SARACEVIC, T.; WOOD, J. B. **Consolidation of information**: a handbook on evaluation, restructuring and repackaging of scientific and technical information. Pilot edition. Paris: UNESCO, 1981. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000477/047738eo.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

SAVIC, D. Evolution of information resource management. **Journal of Librarianship and Information Science**, London, v. 24, n. 3, p. 127-138, sep. 1992.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1975.

SILVA, T. E.; PINHEIRO, M. M. K. Políticas de Informação no âmbito do ENANCIB. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: Thesaurus, 2011. p. 1627-1642.

SILVA, T. E.; TOMAÉL, M. I. Política de informação: tendências internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: PPGCI/UEPB; ANCIB, 2009. p. 1473-1492.

SOLIMAN, F. Optimum level of process mapping and least cost business process re-engineering. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 18, n. 9/10, p. 810-6, 1998.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 231 p. Disponível em: <<http://mct.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2000.

TOMAÉL, M. I. **Redes de conhecimento**: o compartilhamento da informação e do conhecimento em consórcio de exportação do setor moveleiro. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

TOURAINÉ, A. **La société post-industrielle**. Paris: Bookseller, 1969.

UNGER, R. J. G. **Regimes de informação na sociedade da informação**: uma contribuição para a gestão da informação. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Estatuto da Universidade Estadual de Londrina**. 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/proplan/oem/Estatuto_Atualizado_11_11_2011.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2011.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional da UEL (2010-2015)**. Londrina, 2011b. Disponível em: <http://www.uel.br/proplan/legislacao/PDI_2010_2015.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2011.

_____. **Projeto pedagógico institucional da UEL**. Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/proplan/pdi/PPI_UEL_2010-2015_APROV_CEPE_25nov10_rho_28_03_11.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2011.

_____. **Relatório de auto-avaliação institucional**. Londrina, 2011a. Disponível em: <http://www.uel.br/cpa/Relatorio_CPA_30MAR11.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2011.

_____. **Resolução CEPE n.º 174, de 25 de outubro de 2007**. Altera o Regulamento dos Programas de Pós-Graduação Stricto sensu. Disponível em: <<http://www.uel.br/proppg/portal/pages/arquivos/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20174-2007-%20Altera%20o%20Regulamento%20dos%20Programas%20de%20P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o%20Stricto%20sensu.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2011c.

_____. **Resolução CU nº 0162, de 31 de outubro de 2008.** Aprova o Regulamento da Comissão Permanente de Avaliação da UEL-CPA/UEL. Disponível em: <http://www.uel.br/cpa/resolucao_162_08.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2011d.

VALENTIM, M. L. P. Construção de conhecimento científico. In: _____. **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação.** São Paulo: Polis, 2005. p. 7-28.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, A. S.; CAMPELLO, B. S.; PAIM, I. Nova alternativa em educação dos profissionais da informação: o curso de GRI na EB/UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 171-181, set. 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Termo de consentimento livre e esclarecido

Título da pesquisa:

“OS PROGRAMAS *STRICTO SENSU* DA UEL NA PERSPECTIVA DO REGIME DE INFORMAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE AVALIAÇÃO”

Prezado(a) Coordenador(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa **“OS PROGRAMAS *STRICTO SENSU* DA UEL NA PERSPECTIVA DO REGIME DE INFORMAÇÃO: contribuições para o processo de avaliação”**, realizada em **“LONDRINA/UEL”**. O objetivo geral da pesquisa é **“identificar e analisar o regime de informação adotado no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, para atendimento às exigências da Capes e para melhoria de seus desempenhos”**.

A sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: **entrevista a ser realizada junto aos gestores da pós-graduação *stricto sensu* da UEL, em especial os coordenadores de programas, com roteiro elaborado a partir dos elementos identificados no processo de avaliação dos programas *stricto sensu*.**

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade e esclarecemos que **os registros gravados durante a entrevista serão para uso específico da análise da pesquisa, sem a identificação do entrevistado, e serão armazenados para posteriores estudos do pesquisador.**

Os benefícios esperados são: **a identificação do regime de informação presente no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, no contexto da UEL, e, sobretudo, uma reflexão sobre a percepção dos gestores, em especial, os coordenadores de programas, em relação aos elementos identificados na dinâmica do processo informacional e político do sistema de avaliação, proposto pela Capes.**

Assim, com base nos resultados da pesquisa, esperamos contribuir para novas reflexões e práticas que possam melhorar o processo de avaliação destes programas, assim como subsidiar a implementação de políticas internas, a partir do regime de informação identificado.

Informamos que o senhor não pagará nem será remunerado por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode nos contactar: **Rosângela Ramsdorf Zanetti, lotada na DPDAc/PROPLAN, Fone: (43) 3371-4013–com., endereço eletrônico: rzanetti@uel.br**, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, na Avenida Robert Kock, nº 60, ou no telefone 3371-2490. Pesquisa devidamente aprovada pelo Comitê (Parecer de Aprovação de Projeto de Pesquisa nº 262/2011).

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Londrina, ____ de _____ de 2012.

Pesquisador Responsável: Rosângela Ramsdorf Zanetti

RG: 7.098.390-7 – SSP/PR

_____ (nome por extenso do sujeito de pesquisa), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura: _____

Data: _____

APÊNDICE B

Roteiro para as entrevistas

Título do Projeto:

OS PROGRAMAS *STRICTO SENSU* DA UEL NA PERSPECTIVA DO REGIME DE INFORMAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE AVALIAÇÃO.

Identificação do pesquisador: _____

Identificação do entrevistado: _____

Considerando o processo de avaliação da Capes, em especial a Etapa 1 – Coleta de Dados –, na qual as IES prestam informações anualmente sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu*, por meio do Aplicativo Coleta de Dados Capes. Etapa inicial do processo em que reside o momento mais importante do processo, pois é com base nas informações repassadas que se constituirá a principal base para as demais etapas, e que é a partir dela, ou seja, de como é realizada, que o programa será avaliado. O Coordenador do Programa, gestor acadêmico, tem a responsabilidade no preenchimento das informações para atendimento à Capes. No entanto, é necessário que haja uma responsabilidade compartilhada entre todos os envolvidos no contexto institucional (gestores administrativos, colegiados, docentes, discentes e técnicos, enfim, todos os pares) para garantir um melhor desempenho no processo e, conseqüentemente, nos resultados da avaliação. Além disso, deve haver uma sistemática de atualizações e de busca das informações necessárias, procedimentos claros para todos os envolvidos nos programas, além de condições institucionais para o desenvolvimento do processo, principalmente referente à Etapa 1, na qual consiste toda a base para o processo de avaliação.

Considerando ainda as categorias e subcategorias do regime de informação, **atores, recursos, canais e mensagens**, presentes no processo de avaliação da Capes, no contexto da UEL, solicitamos que nos responda às seguintes perguntas:

- 1) **“Atores”** - No regime de informação, entende-se “atores” como as instituições, os organismos, as agências, os departamentos, os sujeitos, enfim, as identificações em que se estabelecem relações pessoais e organizacionais.
- Quais “atores” você identifica no processo de avaliação da Capes?

- 2) **“Recursos”** - Os “recursos” são fontes de informação: tecnológicas, documentais e normativas, tanto internas quanto externas – elementos estáticos.
- Como coordenador de programa de pós-graduação *stricto sensu*, na UEL, responsável pelo repasse de informações à Capes, quais “recursos” utiliza para a organização, busca e tratamento dos dados e das informações visando a realização da etapa de coleta dos dados, referente a cada formulário do Aplicativo, para atendimento às exigências da Capes?
 - a. Programas
 - b. Cursos
 - c. Cadastro
 - i. Corpo Docente
 - ii. Corpo Discente
 - iii. Participante Externo
 - d. Proposta do Programa
 - e. Linhas de Pesquisa
 - f. Projetos de Pesquisa
 - g. Disciplinas
 - h. Turmas
 - i. Infraestrutura
 - j. Trabalhos de Conclusão
 - k. Produção Intelectual
 - l. Fluxo discente

- 3) **“Canais”** - Constituem-se “canais” os meios utilizados para a disseminação das informações e dos resultados de forma a obter não só *feedback*, mas também o reconhecimento, a solidariedade e a valorização dos pares, bem como para manter a memória, a difusão e a transparência das informações ou dos resultados produzidos.
- Quais “canais de informação” são utilizados para a comunicação entre os pares, das informações e dos procedimentos necessários ao processo, tanto para a coleta de dados quanto para a divulgação do processo e dos resultados?
- De que forma o programa se comunica com o seu público, com a Capes para a coleta e para a divulgação do processo e dos resultados?

- 4) **“Recursos/Dispositivos de informação”** – Considere todas as regulamentações internas e externas.
- Quais normativas (recursos/dispositivos de informação) têm conhecimento e que baseiam o processo de avaliação da Capes?
- 5) **“Mensagens”** – O elemento “mensagens” do regime de informação no processo corresponde os efeitos, as dimensões, os propósitos, o significado do processo propriamente dito e envolvem: conteúdo, objetivo, relevância, natureza (imperativa, indicativa, opcional), aspectos sociais (propósito, estruturas de poder), políticos e econômicos. Quais são os relatórios e documentos produzidos a partir da coleta de dados?
- De que maneira esses relatórios atendem aos emissores (Programas) e aos receptores (Capes) no contexto do processo de avaliação da pós-graduação?
 - As informações, tanto as enviadas quando às recebidas exercem alguma ação/efeito no processo?
- 6) Há alguma consideração importante que queira fazer (depoimento) sobre o fluxo informacional, sobre as condições institucionais e sobre o processo de gestão acadêmica e administrativa para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* para atendimento à Capes? Pontos positivos e negativos em relação aos atores envolvidos; as fontes para organização e busca de informações; aos canais de comunicação; aos dispositivos legais (internos e externos) e a eficácia dos relatórios e documentos produzidos para a efetivação de ações.

ANEXOS

ANEXO A

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UEL OFERTADOS E RESPECTIVOS CONCEITOS CAPES – AVALIAÇÃO TRIENAL 2001 A 2009

CENTROS DE ESTUDOS/ PROGRAMAS	Nível	Ano de Início	CONCEITOS CAPES			Cursos Novos (*)
			Triênio	Triênio	Triênio	
			2001/2002/2003	2004/2005/2006	2007/2008/2009	
CCA						
1. Agronomia	M	1994	4	5	5	
	D	2000	4	5	5	
2. Ciência Animal	M	1992	5	5	5	
	D	2002	5	5	5	
3. Ciência de Alimentos	M	1976	5	5	5	
	D	1990	5	5	5	
CCB						
4. Análise do Comportamento	M	2005		3	3	
5. Ciências Biológicas	M	2001	3	4	4	
	D	2011				4
6. Genética e Biologia Molecular	M	1989	3	4	5	
	D	2009			5	
7. Microbiologia	M	1989	4	4	4	
	D	2002	4	4	4	
8. Multicêntrico em Ciências Fisiológicas (**)	M	2009				4
	D	2009				4
9. Patologia Experimental	M	2002	4	4	5	
	D	2007			5	
CCE						
10. Bioenergia	M	2010				3
11. Biotecnologia	M	2001	3	5	4	
12. Ciência da Computação	M	2008			3	
13. Ensino de Ciências e Ed. Matemática	M	2002	4	4	5	
	D	2007			5	
14. Física Física (***)	M	1996	5	3	4	
	D	2010	5	4	4	
15. Geografia	M	2001	3	3	4	
	D	2012				4
16. Matemática Apl. e Comput.	M	2007			3	
17. Matemática em Rede	MP	2011				3
18. Química Química (UEL/UEPG/UNICENTRO)	M	2000	3	3	4	
	D	2009			4	
CCH						
19. Ciências Sociais	M	2000	3	3	3	
20. Estudos da Linguagem	M	2001	4	4	4	
	D	2003	4	4	4	
21. Filosofia	M	2010				3
22. História Social	M	2007			3	
23. Letras	M	1993	4	4	4	
	D	2003	4	4	4	

CENTROS DE ESTUDOS/ PROGRAMAS	Nível	Ano de Início	CONCEITOS CAPES			Cursos Novos (*)
			Triênio	Triênio	Triênio	
			2001/2002/2003	2004/2005/2006	2007/2008/2009	
CESA						
24. Administração	M	2010				3
25. Direito Negocial	M	1978	4	4	3	
26. Economia Regional	M	2009			3	
27. Serviço Social e Política Social	M	2001	3	4	4	
	D	2011				4
CCS						
28. Ciências da Saúde	M	2010				4
	D	2010				4
29. Ciências da Reabilitação (UEL/UNOPAR)	M	2010				3
30. Enfermagem	M	2010				3
31. Gestão de Serviços de Saúde	MP	2008			3	
32. Odontologia	M	2010				3
33. Saúde Coletiva	M	1990	3	4	4	
	D	2009			4	
34. Toxicologia Aplicada à Vigilância Sanitária	MP	2011				3
CECA						
35. Ciência da Informação	M	2012				3
36. Comunicação	M	2008			3	
37. Educação	M	1994	3	3	3	
38. Gestão da Informação	MP	2008			3	
CEFE						
39. Educação Física (UEL/UEM)	M	2006		3	4	
	D	2011				4
CTU						
40. Engenharia de Edificações e Saneamento	M	2003	3	3	3	
41. Engenharia Elétrica	M	2002	3	3	3	
42. Metodologia de Projeto (UEM/UEL)	M	2012				3

Fonte: Elaboração Própria com base nas Fichas de Avaliação da Capes.

Legenda:

M = Mestrado

D = Doutorado

MP = Mestrado Profissional

Obs.: (*) Cursos novos, ofertados a partir de 2009, sem conceitos de avaliação trienal.

(**) Programa Multicêntrico em Ciências Fisiológicas (M/D), início em março/2009.

(***) Programa em Física (D) – Associado UEL/UEM, ofertado até 2009. A partir de 2010, ofertado pela UEL.

ANEXO B

EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UEL NAS AVALIAÇÕES TRIENAIS DA CAPES (2004, 2007 E 2009)

CENTRO DE ESTUDO / PROGRAMA / NÍVEL / INÍCIO	PRODUÇÃO INTELECTUAL / QUESITOS / CONCEITOS																			
	AVALIAÇÃO TRIENAL 2004 (TRIÊNIO 2001-2003)							AVALIAÇÃO TRIENAL 2007 (TRIÊNIO 2004-2006)					AVALIAÇÃO TRIENAL 2010 (TRIÊNIO 2007-2009)							
	1	2	3	4	5	6	Conc. CA	Conceito Final	1	2	3	4	Conc. CA	Conceito Final	1	2	3	4	Conc. CA	Conceito Final
CCA																				
Agronomia - M(94)/D(00)	MB	MB	MB	MB			MB	4	MB	MB	MB	MB	MB	5	MB	MB	MB		MB	5
Ciência Animal - M(92)/D(02)	MB	MB	MB	MB			MB	5	MB	B	MB	MB	MB	5	MB	MB	MB	MB	MB	5
Ciência de Alimentos - M(76)/D(90)	MB	MB	B	MB			MB	5	B	MB	MB	MB	MB	5	B	MB	F		B	5
CCB																				
Ciências Biológicas - M(01)	R	F	F	F	F		F	3	F	F	MB		R	4	B	B	B		B	4
Genética e Biologia Molecular - M(89)	B	R	B	B	F		R	3	B	B	NA		B	4	MB	MB	B		MB	5
Microbiologia - M(89)/D(02)	B	B	B	F	R		R	4	R	B	B		R	4	B	MB	R		B	4
Patologia Experimental - M(02)	MB	B	R	B			B	4	B	B	NA		B	4	MB	MB	R		MB	5
CCE																				
Biotecnologia - M(01)	B	B	B	B			B	3	MB	MB	R		MB	5	R	MB	F		B	4
Ens. de Ciênc. e Ed.Matem. - M(02)/D(07)	MB	B	B	B			B	4	MB	B	R		B	4	B	B	B		B	5
Física - M(96)/D(00)	MB	MB	MB	MB			MB	5	R	B	F		R	3	R	MB	F		B	4
Geografia - M(01)	B	F	B	MB	R		R	3	R	R	R		R	3	B	MB	B		B	4
Química - M(00)	B	B	R	R			R	3	R	B			R	3	R	R	B		R	4
CCH																				
Ciências Sociais - M(00)	B	F	R	R	F		F	3	F	F	B		F	3	F	R	B		R	3
Estudos da Linguagem - M(01)/D(03)	MB	B	R	MB	MB	MB	B	4	R	MB	MB		B	4	B	B	MB		B	4
Letras - M(93)/D(03)	MB	R	F	MB	R	B	R	4	R	B	B		B	4	R	R	MB		R	4
CESA																				
Direito Negocial - M(78)	MB	B	B	B	B		B	4	F	Def	Def		F	4	F	R	Def		F	3
Serv. Social e Polit. Social - M(01)	R	R	R	R	B		R	3	MB	B	MB	R	B	4	R	MB	MB		B	4
CCS																				
Saúde Coletiva - M(90)	B	B	B	B			B	3	B	B	B		B	4	B	B	B		B	4
CECA																				
Educação - M(94)	R	R	R	R	R		R	3	R	F	B		R	3	R	R	B		R	3
CTU																				
Engenh. de Edif. e Saneam. - M(03)	R	R	R	B			R	3	F	Def	NA		F	3	F	F	R		F	3
Engenharia Elétrica - M(02)	B	NA	F	MB	Def		F	3	F	F			F	3	R	MB	R		R	3
LEGENDA / QUESITOS: Conc. CA - Conceito Comissão Avaliadora	1.Adeq dos tipos de produção à Proposta do Programa e vínculo com as Áreas de Concentração, Linhas e Proj de Pesquisa ou Teses e Dissertações							1.Publicações qualificadas do programa por docente permanente					1.Publicações qualificadas do Programa por docente permanente							
LEGENDA / CONCEITOS: B - Bom Def - Deficiente F - Fraco MB - Muito Bom R - Regular	2.Qualidade dos veiculos ou meios de divulgação							2.Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente do programa					2.Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do programa							
	3.Quantidade e regularidade em relação à dimensão do NRD6; distribuição da autoria entre os docentes							3.Outras produções consideradas relevantes (Produção técnica, patentes, produtos etc.)					3.Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes							
	4.Autoria e co-autoria dos discentes							4.Qualidade e visibilidade da produção					4.Co-autorias docente-docente e docente-discente							
	5.Itens a critério da área/programa							4.Quantificação da PT do corpo docente permanente e vinculação a linhas e projetos de pesquisa (Serviço Social)												
	6.Itens a critério da área/programa																			

Fonte: Elaboração Própria com base nas Fichas de Avaliação da Capes.